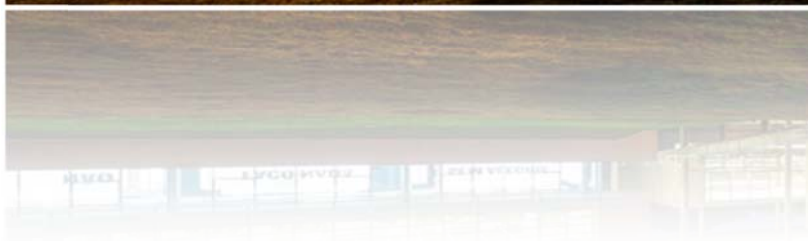




2013

Caderno de Resumos CONFOA



SÃO PAULO

4ª CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE ACESSO ABERTO, 2013

Realização: SIBiUSP

Organização:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo – SIBiUSP
Universidade do Minho – UMinho

Apoio: CNPq
FAPESP

Patrocínio: BioMedCentral
Dot lib

Comissão Organizadora

Sueli Mara Ferreira, Universidade de São Paulo, Brasil
Sadrac Leite Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
Elisabeth Adriana Dudziak, Universidade de São Paulo, Brasil
Bianca Amaro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, Brasil
Sistema Integrado de Bibliotecas USP, Brasil
Eloy Rodrigues, Universidade do Minho, Portugal
João Mendes Moreira, FCCN, Portugal
José Carvalho, SDUM – UMinho, Portugal
Milton Shintaku, Ibict, Brasil
Tiago Luis Cesquim, Universidade de São Paulo, Brasil
Waldo Oliveira, Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão Científica

Sueli Mara Ferreira, Universidade de São Paulo, Brasil
Elisabeth Adriana Dudziak, Universidade de São Paulo, Brasil
Ariadne Chloe Mary Furnival, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Ana Alice Baptista, Universidade do Minho, Portugal
Cristina Ribeiro, DEI – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto/ INESC TEC, Portugal
Daniel Gomes, FCCN, Portugal
Ewout ter Haar, Universidade de São Paulo, Brasil
Helio Kuramoto, Ibict, Brasil
Joaquim Sousa Pinto, Universidade de Aveiro, Portugal
José Borbinha, IST/UTL, Portugal
José Carlos Leite Ramalho, Dep. Informática – Universidade do Minho, Portugal
Lena Vânia Pinheiro, Ibict, Brasil
José Eduardo Santarem Segundo, Universidade de São Paulo, Brasil
Maine Skelton, Universidade de São Paulo, Brasil
Manuela Barreto Nunes, Universidade Portucalense (Biblioteca Geral), Portugal
Marcos Galindo, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Maria Carmen Romcy de Carvalho, Ibict, Brasil
Maria João Amante, ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal
Maria Manuel Borges, Universidade de Coimbra, Portugal
Miguel Ferreira, KEEP SOLUTIONS, Portugal
Pablo Ortellado, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Pedro Puntoni, Universidade de São Paulo, Brasil

Representantes Regionais - Brasil

Célia Regina Simonetti Barbalho, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Fernando César Lima Leite, Universidade de Brasília, Brasil
Guilherme de Athaide Dias, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
José Eduardo Santarem Segundo, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Zeni Marchiori, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Universidade de São Paulo

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi

**4ª CONFERÊNCIA LUSO-BRASILEIRA SOBRE
ACESSO ABERTO**

Caderno de Resumos

São Paulo

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA USP

CONSELHO SUPERVISOR

Prof. Dr. Pedro Luis Puntoni – Presidente

Prof. Dr. Fernando Henrique de Oliveira Iazzetta

Prof. Dr. Caetano Traina Junior

Profa. Dra. Regina Melo Silveira

Prof. Dr. Hussam El Dine Zaher

Prof. Dr. Chao Lung Wen

Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira – Diretora Técnica do SIBiUSP

Bibliotecária Gláucia Maria Saia Cristianini

Bibliotecária Rosa Maria Fischi

DEPARTAMENTO TÉCNICO

Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira – Diretora Técnica

Organização Editorial:

Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

Sadrac Leite Silva

Preparação e revisão: Margareth Artur

Editoração e Diagramação: Lilian Ribeiro

Capa: Marco Antonio Carvalho de Brito

Ficha catalográfica

Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto (4. CONFOA : 2013 : São Paulo)
Caderno de Resumos -4ª Conferência Luso-Brasileira sobre acesso aberto - CONFOA, 6 a 9 de outubro de 2013. -- São Paulo : SIBiUSP, 2013. 127 p.

Conferência realizada na Universidade de São Paulo pelo Sistema Integrado de Bibliotecas, de 6 a 9 de outubro de 2013.

ISBN: 978-85-7314-055-2

1. Acesso aberto. 2. Open access – Conferência - Brasil. 3. Produção científica – políticas de acesso. I. CONFOA (4 : 2013 : São Paulo). II. Título. III. Título: Resumos da IV Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto – CONFOA.

APRESENTAÇÃO

Quando em 2012 fomos convidados a sediar a 4ª. Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, CONFOA 2013, foi com muita honra e alegria que assumimos o desafio de realizar um evento de tal abrangência na Universidade de São Paulo (USP), mais especificamente no Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBiUSP).

Resultado do *Memorando de entendimento* assinado em outubro de 2009 entre os ministros da Ciência e Tecnologia de Portugal e Brasil, a Conferência é realizada, desde então, de forma alternada em Portugal e no Brasil, sob a égide das instituições partícipes: o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, a Universidade do Minho, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Fundação para a Computação Científica Nacional de Portugal.

A Conferência representa o encontro científico de diversos setores relacionados à questão do acesso aberto, à disseminação da informação e da produção científica das Instituições de Ensino Superior (IES). A CONFOA tem como objetivo promover o compartilhamento, a discussão, a geração e a divulgação de conhecimentos, práticas e pesquisas sobre o acesso aberto em todas as suas dimensões e perspectivas, servindo de catalisador à disseminação de políticas, pesquisa e desenvolvimento na área. Visa, também, estimular o envolvimento de pesquisadores, docentes, administradores, estudantes, profissionais e políticos, promovendo maior disseminação, penetração e articulação entre esses atores e o tema do acesso aberto na comunidade luso-brasileira.

O objetivo primordial da Conferência é criar, em longo prazo, massa crítica em torno do tema do acesso aberto e gerar, a partir disso, políticas públicas e institucionais sobre o acesso aberto, visando à promoção do acesso à informação e ao conhecimento produzido nas universidades, órgãos públicos, agências de fomento e institutos especializados do Brasil e de Portugal, sem, no entanto, limitar-se a eles. Suas edições anteriores, realizadas em 2010, 2011 e 2012 reuniram cerca de 600 participantes.

Considerando o movimento mundial em prol de políticas públicas e institucionais de acesso aberto, o momento de realização da 4ª. CONFOA no Brasil foi muito propício para a discussão do tema que tem mobilizado governos, agências de fomento e universidades em diversos países.

Foi especialmente relevante, pois o Brasil vive, hoje, duas situações importantes e pertinentes: de um lado, encontra-se em andamento a revisão e atualização da Lei Brasileira de Direitos Autorais, almejando legalizar as atividades bibliotecárias, considerando-as como bens e serviços públicos e sociais; por outro lado, leis e decretos têm sido discutidos visando oficializar o acesso público e aberto aos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. Essas discussões estão acontecendo nas agências de fomento e universidades, e em distintos níveis: locais, estaduais e em âmbito federal.

Observa-se que o acesso aberto representa uma ruptura no paradigma tradicional de restrição ao acesso e à visibilidade da produção científica e acadêmica. Os esforços empreendidos tanto pelos governos quanto pela comunidade científica agora se voltam à ampla e irrestrita promoção do acesso ao conhecimento científico, veiculado, principalmente, a partir de artigos de periódicos, teses e dissertações. Pesquisas comprovam que artigos científicos publicados de forma aberta recebem, em média, 8% mais citações do que os restritos. Em países em desenvolvimento como o Brasil, a Argentina e a Rússia, esse percentual chega a 25%.

No Brasil, dia a dia as iniciativas em torno do movimento do acesso aberto ganham adeptos, a partir de políticas apoiadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MinC) por intermédio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). O Projeto de Lei nº 387/2011 que preconiza o acesso livre, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), destaca-se como política nacional que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no Brasil e dá outras providências (Documento disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf).

No estado de São Paulo, o esforço realizado em prol do acesso aberto à informação está explicitado a partir do Projeto de Lei que institui a Política de Recursos Educacionais Abertos (PL REA, nº 989/2011) que, apesar de ter sido vetado nesse momento por motivos procedimentais, representa mais um avanço no esforço coletivo.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) vem apoiando iniciativas em prol do acesso aberto como, por exemplo, o Portal Scielo, iniciativa que, há muitos anos, vem contribuindo para a promoção do acesso aberto aos periódicos científicos. Além disso, políticas institucionais têm sido adotadas por diversas IES, tais como a UNB, UFBA, FioCruz/ENSP, UFRJ, UFRGS, além da própria USP que, a partir da Resolução n. 6.444, de 22 de outubro de 2012, estabeleceu as diretrizes e procedimentos para promover e assegurar a coleta, tratamento e preservação da produção intelectual gerada em suas Unidades USP, bem como sua disseminação e acessibilidade para a comunidade.

Nesse sentido, ressalta-se o lançamento, durante a 4ª CONFOA, do Repositório de Produção Científica do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), congregando a produção científica da USP, Unicamp e Unesp, com apoio da Fapesp. Tal iniciativa foi capitaneada pela Universidade de São Paulo, a partir de sua Biblioteca Digital da Produção Intelectual, que é o repositório institucional e oficial da produção intelectual (científica, artística, acadêmica e técnica) da USP.

Nessa 4ª edição, a CONFOA 2013 contou com a inscrição de 385 participantes e foi acompanhada pela Internet ao vivo por cerca de 700 pessoas. Foram submetidos 89 trabalhos (entre comunicações e pôsteres), dos quais foram selecionados 35 pôsteres e 15 comunicações. Além de autores do Brasil e Portugal, tivemos a presença de representantes de Moçambique, Espanha, França, e discussões abrangendo também a África lusófona (Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde y Santo Tomé y Príncipe).

O conjunto de resumos das comunicações e pôsteres aqui apresentado revela, antes de tudo, o estado da arte das pesquisas e aplicações em torno do acesso aberto nos países lusófonos.

O objetivo deste *Caderno de resumos* é registrar e consolidar o conhecimento apresentado e discutido nessa importante Conferência, contribuindo para a preservação de sua memória, mas, principalmente, proporcionando o compartilhamento de tais experiências e reflexões com todos os interessados.

Profa. Titular Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

Coordenadora Geral da 4ª. CONFOA 2013 e Diretora Técnica do SIBiUSP

SUMÁRIO

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES	20
A IMPORTÂNCIA DAS PALAVRAS-CHAVE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DEPOSITADOS NO REPOSITÓRIO ESTUDO GERAL: ESTUDO COMPARATIVO COM OS TERMOS ATRIBUÍDOS NA MEDLINE	21
ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AUTOARQUIVAMENTO NOS REPOSITÓRIOS BRASILEIROS E PORTUGUESES.....	23
A PERSPECTIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS QUANTO À IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ACESSO ABERTO NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	25
A PRESENÇA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NOS ACERVOS DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	27
CROSSREF, DOI (DIGITAL OBJECT IDENTIFIER) E SERVIÇOS: ESTUDO COMPARATIVO LUSO-BRASILEIRO	29
DIRETRIZES OPENAIRE PARA REPOSITÓRIOS DE DADOS, REPOSITÓRIOS DE LITERATURA E SISTEMAS CRIS.....	31
DISPONIBILIDAD EN ACCESO ABIERTO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE LOS PAÍSES DE ÁFRICA LUSÓFONA.....	33
DISPONIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PAÍSES DA ÁFRICA LUSÓFONA EM ACESSO ABERTO.....	36
INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÃO E INTEROPERABILIDADE: O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL COMO SUPORTE À GESTÃO DA INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO	39
MAPEAMENTO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS ASSOCIADAS AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA COM BIBLIOTECÁRIOS E PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS DO BRASIL	41
OS CRITÉRIOS PARA CADASTRAMENTO NO OPENDOAR E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS LUSO-BRASILEIROS	43
PANORAMA ATUAL DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	45
PUBLICAÇÕES EM ACESSO ABERTO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?	47
REVISTAS EM ACESSO LIVRE DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO: CRIAR VALOR PARA A COMUNIDADE	49
UPBOX E DATANOTES: FERRAMENTAS COLABORATIVAS PARA DADOS DE INVESTIGAÇÃO EM DOMÍNIOS DIVERSOS	51
USO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA EM MOÇAMBIQUE.....	52

RESUMOS DOS PÔSTERES	53
ACESSIBILIDADE EM REPOSITÓRIOS DE OBJETOS EDUCACIONAIS	54
ACESSO ABERTO: A INFORMAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS.....	56
ACESSO ABERTO E O AUTOARQUIVAMENTO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: DISCUSSÕES NO ÂMBITO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SUAS PRODUÇÕES NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS	57
ADOTAR UM MODELO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL PARA A DIFUSÃO DE REVISTAS EM ACESSO LIVRE: O OPENEDITION FREEMIUM.....	58
APOIANDO A CIÊNCIA ABERTA NA EUROPA	61
A PROTEÇÃO AUTORA NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DE ACESSO ABERTO ...	62
ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PRODUÇÃO INTELECTUAL DA USP: MELHORIAS & RESULTADOS	63
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA "POLÍTICA MANDATÓRIA" NO REPOSITÓRIO - ESTUDO DE CASO.....	65
BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES: DEZ ANOS DE INTEROPERABILIDADE	66
BVT: SOFTWARE LIVRE PARA CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS VIRTUAIS TEMÁTICAS.....	68
DEFINIÇÃO DE METADADOS PARA REGISTROS DE ÁUDIO EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS DE ACESSO ABERTO	69
DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO ..	70
EASYDEPOSIT: UMA FACILIDADE PARA CONFIGURAR O SWORD	72
FONTES DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA SOBRE OPEN ACCESS	75
INDICADOR DE PRESENÇA NA WEB DO ACERVO DE UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL	77
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COM REPOSITÓRIOS.....	79
LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM BIBLIOTECA DIGITAL PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	80
O MAPEAMENTO E A ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E IMPACTOS DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA ENTRE USUÁRIOS FINAIS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA	81
O REPOSITÓRIO ENSP/FIOCRUZ NA PROMOÇÃO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E DO ACESSO ABERTO	83
OS INVESTIGADORES E A SUA RELAÇÃO COM O ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO ISCTE-IUL	84
PERIÓDICOS BRASILEIROS E A FUGA DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO	85

POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO DAS AGÊNCIAS BRASILEIRAS DE FOMENTO À PESQUISA	86
PORTAL DE REVISTAS ELETRÔNICAS: ACESSO ABERTO À PESQUISA CIENTÍFICA.....	88
PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO NUCLEAR BRASILEIRO: INFRAESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO, ACESSO, COMPARTILHAMENTO E REUSO DE DADOS DE PESQUISA	89
QUALIDADE E IMPACTO DAS REVISTAS DO SEER: UMA AVALIAÇÃO SEGUNDO AS NOTAS QUALIS E O FATOR DE IMPACTO	91
REPOSITÓRIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: DEMOCRATIZAÇÃO DOS SABERES NA EDUCAÇÃO.....	93
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL CRUESP: MAIS DO QUE UM CONSÓRCIO, UM TRABALHO INTEGRADO USP, UNESP E UNICAMP.....	94
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: VISIBILIDADE, COOPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA.....	95
REPOSITÓRIO: UMA SOLUÇÃO POSSÍVEL PARA O ACESSO, VISIBILIDADE E PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO EM PANAFTOSA – OPAS/OMS.....	96
REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO DO REPOSITÓRIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL (REI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	98
REVISTAS EM ACESSO LIVRE DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO: CRIAR VALOR PARA A COMUNIDADE	99
SERVIÇOS PARA O ACESSO ABERTO EM PORTUGAL: O PROJETO RCAAP	101
TREINAMENTO SEER A DISTÂNCIA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPASSE DE TECNOLOGIA	103
UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA POR PESQUISADORES BRASILEIROS	105
CONFERÊNCIAS PLENÁRIAS – RESUMOS DAS MESAS.....	107
MESA I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO.....	108
Developing a framework for open access policies in the United States.....	108
Fapesp: Política de acesso aberto à ciência em São Paulo	108
Proposta de políticas de acesso aberto da FCT.....	108
MESA II – DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO	109
Direito autoral e acesso aberto.....	109
Os direitos dos autores e as necessidades dos utilizadores de obras intelectuais	109
Copyright’s relationship with open access - Legislative framework that contextualizes OA policies and practices	109

MESA III – A CIÊNCIA ABERTA E A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA.....	109
Open Science and open data.....	109
Science as an open enterprise: Open data for an open science.....	109
Socionet CRIS approach to support open science activities	110
RELATORIA DO EVENTO	111
ÍNDICE ONOMÁSTICO	125



PROGRAMA

DOMINGO | 06 DE OUTUBRO

18h30 – 19h | APRESENTAÇÃO DO CORO DE CÂMARA COMUNICANTUS

19h – 20h | ABERTURA

- Boas-vindas e intervenção da presidente da Comissão Organizadora da 4ª CONFOA e coordenadora do SIBiUSP, **Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira**
- Intervenção da coordenadora geral de Pesquisa e Produtos Consolidados do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Brasil, instituição parceira na organização da 4ª CONFOA, **Profa. Dra. Maria Carmen Romcy de Carvalho**
- Intervenção do vice-reitor da Universidade do Minho, Portugal, instituição parceira na organização da 4ª CONFOA, **Prof. Dr. Rui Vieira de Castro**
- Intervenção do presidente do Conselho Executivo da Fundação para a Computação Científica Nacional, Portugal, instituição parceira da 4ª CONFOA, **Prof. Dr. João Nuno Ferreira**

20h – 21h | LANÇAMENTO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL CRUESP

- **Profa. Dra. Glaucia Maria Pastore** – Pró-Reitora de Pesquisa UNICAMP – Coordenadora dos Trabalhos da Comissão de Pesquisa no CRUESP
- **Prof. Dr. Marco Antonio Zago** – Pró-Reitor de Pesquisa USP
- **Profa. Dra. Maria José Mendes Giannini** – Pró-Reitora de Pesquisa UNESP
- **Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz** – Diretor Científico da FAPESP

SEGUNDA-FEIRA | 07 DE OUTUBRO

8h – 9h | Recepção / Registro dos Participantes

9h – 11h | MESA I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO

Moderador:

Hélio Nogueira da Cruz – BRASIL – Vice-Reitor da Universidade de São Paulo

Painelistas:

Fapesp: Política de acesso aberto à ciência em São Paulo

Carlos Henrique de Brito Cruz – BRASIL – Diretor Científico da FAPESP

Developing a framework for open access policies in the United States

Heather Joseph – ESTADOS UNIDOS – SPARC

Proposta de políticas de acesso aberto da FCT

João Nuno Ferreira – PORTUGAL – Membro do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

11h – 11h30 | Intervalo

11h30 – 12h40 | COMUNICAÇÕES I – POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Coordenadora: Bianca Amaro – BRASIL - IBICT

COMUNICAÇÕES

Diretrizes OpenAire para repositórios de dados, repositórios de literatura e Sistemas CRIS

Pedro Príncipe, Eloy Rodrigues, José Carvalho e Ricardo Saraiva

Disponibilidad en acceso aberto de la produccion científica de los países de África lusófona

Martins Fernando Guambe, Gema Bueno de la Fuente

Os critérios para cadastramento no OpenDoar e os repositórios institucionais luso-brasileiros

Maria Fernanda Mascarenhas Melis

12h40 – 14h | Intervalo para almoço

14h – 16h | MESA II – DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO

Moderador:

Rubens Beçak – BRASIL - Secretário Geral da Universidade de São Paulo

Painelistas:

Direito autoral e acesso aberto

Marcos Alves de Souza – BRASIL - Ministério da Cultura

Os direitos dos autores e as necessidades dos utilizadores de obras intelectuais

Cláudia Trabuço – PORTUGAL – Universidade Nova de Lisboa

Copyright's relationship with open access – Legislative framework that contextualizes OA policies and practices

Victoria Owen – CANADÁ – Chief Librarian, University of Toronto Scarborough.
Presidente da Comissão de Direitos Autorais e outras questões legais da IFLA (CLM)

16h – 16h30 | Intervalo

16h30 – 17h40 | COMUNICAÇÕES II - PERCEPÇÃO DO ACESSO ABERTO

Coordenador: João Mendes Moreira – PORTUGAL – Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

COMUNICAÇÕES

Publicações em acesso aberto na área de Ciências Agrárias: O que pensam os pesquisadores?

Jean Carlos Ferreira dos Santos, Marko Synésio Alves Monteiro

A perspectiva dos bibliotecários quanto à implantação de ferramentas de acesso aberto na Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Ligia Patrícia Torino, Emanuelle Torino, Felipe Matheus Melzer

Mapeamento e análise da percepção das mudanças associadas ao acesso aberto à literatura científica com bibliotecários e profissionais de informação de universidades públicas federais e estaduais do Brasil

Rafael Antonio Di Foggi, Ariadne Chloe Mary Furnival

17h40 – 18h30 | Sessão – Meu pôster em 01 minuto ...

Coordenador: Sadrac Leite Silva
Apresentação de 35 Pôsteres

AUTORES	PÔSTERES
ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA ROSILENE PAIVA MARINHO DE SOUSA GUILHERME ATAÍDE DIAS	A PROTEÇÃO AUTORAL NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DE ACESSO ABERTO
MARCOS ROBERTO PEREIRA SILVA JOSÉ EDUARDO SANTAREM SEGUNDO	ACESSIBILIDADE EM REPOSITÓRIOS DE OBJETOS EDUCACIONAIS
JULIANA RABELO DO CARMO DOUGLAS ANSELMO DE OLIVEIRA HAGLLAUPY DE BARROS RIBEIRO GLEIBSON JOSÉ DA SILVA	ACESSO ABERTO E O AUTOARQUIVAMENTO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: DISCUSSÕES NO ÂMBITO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SUAS PRODUÇÕES NOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS
ROSILENE PAIVA MARINHO DE SOUSA ÍLINA CORDEIRO DE MACEDO PONTES STHEFANIE CORDEIRO DE ARAÚJO FORMIGA GUILHERME ATAÍDE DIAS	ACESSO ABERTO: A INFORMAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS
PELLEN MARIE ANNE-SOLWEIG GREMILLET	ADOTAR UM MODELO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL PARA A DIFUSÃO DE REVISTAS EM ACESSO LIVRE: O OPENEDITION FREEMIUM
PEDRO PRÍNCIPE ELOY RODRIGUES	APOIANDO A CIÊNCIA ABERTA NA EUROPA
SUELI MARA SOARES PINTO FERREIRA ANDRÉ NITO ASSADA CÉLIA REGINA DE OLIVEIRA ROSA ERINALVA DA CONCEIÇÃO BATISTA JAN LEDUC DE LARA LAUCIVALDO CARDOSO DE OLIVEIRA SIBELE FAUSTO TIAGO RODRIGO MARÇAL MURAKAMI	ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PRODUÇÃO INTELECTUAL DA USP: MELHORIAS & RESULTADOS
MARIA EDUARDA PEREIRA RODRIGUES ANTÓNIO MOITINHO RODRIGUES	AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA "POLÍTICA MANDATÓRIA" NO REPOSITÓRIO - ESTUDO DE CASO
ANDRÉ FREITAS DE LUCENA MILTON SHINTAKU	BVT: <i>SOFTWARE</i> LIVRE PARA CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS VIRTUAIS TEMÁTICAS
DIEGO JOSÉ MACEDO MILTON SHINTAKU GABRIEL FRANKLIN MATHIAS ROBERTO NOVAES	BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES: DEZ ANOS DE INTEROPERABILIDADE
MARIA IMACULADA DA CONCEIÇÃO MARIA DO CARMO AVAMILANO ALVAREZ HÁLIDA CRISTINA ROCHA FERNANDES	DEFINIÇÃO DE METADADOS PARA REGISTROS DE ÁUDIO EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS DE ACESSO ABERTO
CLARA PARENTE BOAVIDA ELOY RODRIGUES	DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO

VICTORIA TSOUKALA VASSO KALAITZI	
WASHINGTON RIBEIRO SEGUNDO MILTON SHINTAKU	EASYDEPOSIT: UMA FACILIDADE PARA CONFIGURAR O SWORD
RAÍSSA MENDES	FONTES DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA SOBRE OPEN ACCESS
GERALD JEAN FRANCIS BANON MARCIANA LEITE RIBEIRO CLAYTON MARTINS PEREIRA	INDICADOR DE PRESENÇA NA WEB DO ACERVO DE UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
PEDRO PRÍCIPE, JOSÉ CARVALHO, RICARDO SARAIVA	INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COM REPOSITÓRIOS
CÉLIA DA CONSOLAÇÃO DIAS	LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM BIBLIOTECA DIGITAL PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
NELSON SEBASTIAN SILVA JEREZ ARIADNE CHLOE MARY FURNIVAL	O MAPEAMENTO E A ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E IMPACTOS DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA ENTRE USUÁRIOS FINAIS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA
FÁTIMA SANTOS	O REPOSITÓRIO ENSP/FIOCRUZ NA PROMOÇÃO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E DO ACESSO ABERTO
TERESA MARIA SEGURADO MARIA JOÃO AMANTE BRUNO MARÇAL CARINA CUNHA	OS INVESTIGADORES E A SUA RELAÇÃO COM O ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO ISCTE-IUL
RUBENILDO OLIVEIRA DA COSTA LÚCIA MARIA SEBASTIANA VERÔNICA COSTA RAMOS	PERIÓDICOS BRASILEIROS E A FUGA DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO
MICHELLI COSTA FERNANDO CÉSAR LIMA LEITE	POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO DAS AGÊNCIAS BRASILEIRAS DE FOMENTO À PESQUISA
MARIA CLÁUDIA PESTANA LÚCIA MARIA SEBASTIANA VERÔNICA COSTA RAMOS	PORTAL DE REVISTAS ELETRÔNICAS: ACESSO ABERTO À PESQUISA CIENTÍFICA
LUANA FARIAS SALES LUÍS FERNANDO SAYÃO	PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO NUCLEAR BRASILEIRO: INFRAESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO, ACESSO, COMPARTILHAMENTO E REUSO DE DADOS DE PESQUISA
LUÍSA CHAVES CAFÉ	QUALIDADE E IMPACTO DAS REVISTAS DO SEER: UMA AVALIAÇÃO SEGUNDO AS NOTAS QUALIS E O FATOR DE IMPACTO
CATERINA GROPOSO PAVÃO JANISE SILVA BORGES DA COSTA MANUELA KLANOVICZ FERREIRA ZAIDA HOROWITZ	REPOSITÓRIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: DEMOCRATIZAÇÃO DOS SABERES NA EDUCAÇÃO
FABIANA DA SILVA FRANÇA ADRIANA CARLA SILVA DE OLIVEIRA	REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO DO REPOSITÓRIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL (REI) DA UNIVERSIDADE

GUILHERME ATAÍDE DIAS FRANCISCA ARRUDA RAMALHO	FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)
SUELI MARA FERREIRA LUIZ VICENTINI FLÁVIA MARIA BASTOS SILVANA VIDOTTI	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL CRUESP: MAIS DO QUE UM CONSÓRCIO, UM TRABALHO INTEGRADO USP, UNESP E UNICAMP
ROGER DE MIRANDA GUEDES	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: VISIBILIDADE, COOPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA
DAYSE CARIAS BERSOT CÍCERA HENRIQUE DA SILVA	REPOSITÓRIO: UMA SOLUÇÃO POSSÍVEL PARA O ACESSO, VISIBILIDADE E PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO EM PANAFTOSA – OPAS/OMS
JOSÉ CARVALHO ELOY RODRIGUES JOÃO MOREIRA	SERVIÇOS PARA O ACESSO ABERTO EM PORTUGAL: O PROJETO RCAAP
MILTON SHINTAKU ANDREA VALADÃO RONNIE BRITO	TREINAMENTO SEER A DISTÂNCIA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPASSE DE TECNOLOGIA
ARIADNE CHLOE FURNIVAL PEDRO CARLOS OPRIME NELSON SEBASTIAN SILVA JEREZ	UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA POR PESQUISADORES BRASILEIROS

TERÇA-FEIRA | 08 DE OUTUBRO

8h30 – 9h | Recepção

9h – 11h | MESA III – A CIÊNCIA ABERTA E A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

Moderador:

Roberto Marcondes Cesar Junior – BRASIL - Diretor do Núcleo de Pesquisa em e-Science da USP

Painelistas:

Open science and open data

John Wilbanks – ESTADOS UNIDOS - Advisory Boards of the U. S. National Library of Medicine's PubMed Central

Science as an open enterprise: Open data for an open science

Peter Elias – REINO UNIDO - Royal Society, United Kingdom

Socionet CRIS approach to support open science activities

Sergey Parinov – RÚSSIA - Central Economics and Mathematics Institute of Russian Academy of Sciences

11h – 11h30 | Intervalo

11h30 – 12h40 | COMUNICAÇÕES III - TECNOLOGIAS APLICADAS A REPOSITÓRIOS CIENTÍFICOS

Coordenador: Eloy Rodrigues – PORTUGAL - UMinho

COMUNICAÇÕES

UPBox e DataNotes: Ferramentas colaborativas para dados de investigação em domínios diversos
Cristina Ribeiro

A importância das palavras-chave dos artigos científicos depositados no repositório Estudo Geral: Estudo comparativo com os termos atribuídos na MedLine

Ana Miguéis, Ana Luisa Silva, Bruno Neves, Alvaro Trindade, José Augusto Bernardes

CrossRef, DOI (Digital Object Identifier) e serviços: Estudo comparativo luso-brasileiro

Edilson Damasio

12h40 – 14h | Intervalo para almoço

14h – 15h10 | COMUNICAÇÕES IV - REVISTAS E EDITORAS DE ACESSO ABERTO

Coordenador: José Carvalho – PORTUGAL - SDUM – UMinho

COMUNICAÇÕES

Revistas em acesso livre da Universidade de Aveiro: Criar valor para a comunidade

Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco, Diana Silva

A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais

Flávia Rosa, Milton Shintaku, Rodrigo França Meirelles, Susane Barros, Caio Schwarcz Hoffmann

Uso de periódicos eletrônicos nas instituições do ensino superior e de pesquisa em Moçambique

Ranito Zambo Waete, Maria Aparecida Moura, Manuel Valente Mangué

15h10 – 15h40 | Intervalo

15h40 – 16h50 | COMUNICAÇÕES V - REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Coordenadora: Sueli Mara Ferreira – BRASIL - SIBiUSP

Panorama atual dos repositórios institucionais das instituições de ensino superior no Brasil

Tiago Rodrigo Marçal Murakami, Sibebe Fausto

Integração de informação e interoperabilidade: O repositório institucional como suporte à gestão da investigação na Universidade de Aveiro

Diana Silva, Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco

Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios brasileiros e portugueses
Tainá Batista

16h50 – 18h | Encerramento das atividades

CONFOA 2014 - Apresentação da Comissão Organizadora da 5ª CONFOA

Relatoria final da 4ª Confoa: Profa. Dra. Rosaly Favero Krzyzanowski

Observadora Internacional: Profa. Dra. Carolina Rossini

Palavras dos representantes das instituições organizadoras

- Sueli Mara S. P. Ferreira – SIBiUSP, Brasil
- Bianca Amaro – IBICT, Brasil
- Eloy Rodrigues – UMinho, Portugal
- João Moreira – FCT, Portugal

QUARTA-FEIRA | 09 DE OUTUBRO

Cursos Pós-Conferência – 9h – 12h

OFICINA 1 – Interoperabilidade e repositórios: Novos serviços de apoio à atividade científica e acadêmica

Ministrantes: José Carvalho, Eloy Rodrigues, Ricardo Saraiva e Pedro Príncipe, Serviços de Documentação da Universidade do Minho

Carga horária: 03 horas

Sessão tutorial sobre a Interoperabilidade entre repositórios e outros sistemas de informação de apoio à atividade científica e acadêmica e demonstração de serviços de valor acrescentado para repositórios. Esse treinamento permite conhecer todo o ciclo da informação nesses contextos, a importância da utilização das normas e diretrizes e a mais-valia da informação em rede. Aborda, ainda, as principais iniciativas internacionais relevantes nessa área.

Programa:

1. Conceito de repositório aberto e importância da Interoperabilidade
2. Desafios e oportunidades da Interoperabilidade em repositórios de acesso aberto
3. Pilares da Interoperabilidade, normas, diretrizes e a qualidade dos repositórios
4. Interoperabilidade e novos serviços em repositórios: O caso do RepositoriUM
5. Serviços e projetos em nível nacional e transnacional: Os casos do RCAAP e OpenAIRE

OFICINA 2 – Gestão de propriedade intelectual para o acesso aberto ao conhecimento científico

Ministrantes: Carolina Rossini – SPARC/ARL e conselheira OKFN Brasil e Projeto REA Brasil (coordenação), John Wilbanks – Sage Bionetworks, Everton Zanella – OKFN Brasil, Alexandre Hannud Abdo – OKFN Brazil e USP, Debora Sebriam – Projeto REA Brasil e Instituto Educadigital

Carga horária: 03 horas

Programa:

Esse *workshop* tem como objetivo proporcionar um espaço de debate e reflexão sobre o acesso aberto, recursos educacionais abertos e dados abertos como formas primordiais para publicação e gestão do conhecimento gerado na universidade pública. Partindo de um mapeamento do atual estado de acesso aberto no Brasil, de exemplos de políticas implementadas em algumas universidades/países e da solidificação de conceitos sobre o acesso aberto e interoperabilidade legal e técnica, esse *workshop* irá fornecer dicas e instruções sobre como divulgar seu trabalho por meio de estratégias de acesso livre, assim como proteger seus direitos de autor na cultura digital. O debate tratará de questões institucionais relacionadas à transferência de tecnologia e respectivas estratégias de embargo de depósito e publicação.

Também englobará exercícios práticos e guiados para que os participantes compreendam melhor sobre as licenças do Creative Commons, GPL e outras licenças em geral, e aprendam como escolhê-las, implementá-las, como interoperam com outras licenças e como medir seu impacto.

Recursos complementares:

* Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto

<<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/translations/portuguese-translation>>

* Relatório SPARC: Country Report - Brazil, por Carolina Rossini

* Princípios Panton

<<http://pantonprinciples.org/translations/#Portuguese>>

* Outros TBC

OFICINA 3 – A lei de direitos autorais e respectivas limitações para bibliotecas e arquivos

Ministrante: Francimária Bérghamo (MinC)

Carga horária: 03 horas

Programa:

Essa oficina tem por objetivo discutir a revisão da lei autoral brasileira que deverá ser submetida ao Senado brevemente, bem como explicitar o contexto de negociações na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) acerca da ampliação das limitações e exceções ao direito do autor e acesso à cultura, implicando em decisões que podem afetar seriamente nossas atividades. Entendemos que nos encontramos em um momento crítico, no qual a posição das bibliotecas, arquivos e instituições educacionais deve ser claramente manifestada.

Cursos Pós-Conferência – 14h – 17h

OFICINA 4 – Gestão de dados científicos: O papel das bibliotecas

Ministrante: Pedro Príncipe, Serviços de Documentação da Universidade do Minho

Carga horária: 03 horas

O mote para o *workshop* é a necessidade de compreender o papel que as bibliotecas e serviços de informação e documentação têm hoje a desempenhar no domínio dos dados científicos produzidos pelas instituições de investigação. Com base nesse referencial, serão trabalhados, de forma integrada, os seguintes tópicos: planeamento da gestão de dados científicos, curadoria e ciclo de vida dos dados científicos, etapas da gestão de dados científicos, metadados e repositórios de dados científicos, e políticas institucionais para a gestão dos dados. Pretende-se, assim, traçar uma visão geral dos principais campos de compreensão e intervenção dos profissionais envolvidos na gestão de informação científica e académica.

Programa:

1. Dados científicos: conceitos e tipologias
2. Gestão de dados científicos: relevância e desenvolvimentos
3. Ciclo de vida dos dados científicos e etapas na gestão dos dados
4. Recomendações da LIBER sobre o papel das bibliotecas na gestão de dados
5. Políticas institucionais para a gestão dos dados
6. Planeamento da gestão de dados científicos
7. Documentação, metadados e repositórios de dados científicos

OFICINA 5 – Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica

Ministrantes: Bianca Amaro, Luísa Café, Maria Fernanda Melis, Michelli Costa e Tainá Batista – Equipe do Laboratório de Metodologias de Tratamento e Disseminação da Informação – IBICT

Carga horária: 03 horas

Programa

1. Para começar um repositório institucional
 - 1.1. Conceitos e natureza
 - 1.2. Eliminando mal-entendidos
2. Definição das políticas
 - 2.1. Política institucional
 - 2.2. Política de funcionamento
 - 2.3. Termo de autorização de distribuição não exclusiva de conteúdos
3. Arquitetura da informação
 - 3.1. Comunidades e coleções
 - 3.2. Grupos de usuários
 - 3.3. Permissões e políticas
4. Metadados
 - 4.1. Formulários de descrição por tipos de documentos
 - 4.2. Padronização na descrição dos documentos
 - 4.3. Controle de autoridades
5. Visibilidade
 - 5.1. URL
 - 5.2. Nomeação dos arquivos
6. Serviços de informação para a comunidade acadêmica
 - 6.1. Disseminação Seletiva da Informação (RSS e assinatura de coleções)
 - 6.2. Estatísticas
 - 6.3. Preservação
 - 6.4. Orientação sobre os direitos autorais
7. Divulgação
 - 7.1. Diretórios internacionais de repositórios digitais
 - 7.2. *Ranking* de repositórios digitais
 - 7.3. *Marketing*
 - 7.4. Redes sociais

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES

A IMPORTÂNCIA DAS PALAVRAS-CHAVE DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DEPOSITADOS NO REPOSITÓRIO ESTUDO GERAL: ESTUDO COMPARATIVO COM OS TERMOS ATRIBUÍDOS NA MEDLINE

Ana Miguéis, Ana Luísa Silva, Bruno Neves, Álvaro Trindade, José Augusto Bernardes

Resumo

Objetivos

Este trabalho tem por objetivo analisar as palavras-chave usadas pelos autores da Universidade de Coimbra, nos artigos publicados na área das Ciências da Saúde, comparando-as com os termos da linguagem documental Medical Subject Headings (MeSH), que são empregues na análise de conteúdo desses mesmos artigos. No âmbito dos artigos científicos, as palavras-chave expõem a abrangência de um assunto e os seus conceitos principais, que se podem revelar úteis para a indexação em mecanismos de pesquisa ou para a categorização do texto.

A investigação sobre a importância e características das palavras-chave tem incidido sobre vários aspetos, como o da eficiência na recuperação da informação; o uso para a extração automática a partir de diferentes metodologias e algoritmos; o uso por parte dos autores e editores; mais recentemente, a sua utilização nos comportamentos de etiquetagem (metatags); e a comparação com os títulos, resumos e textos integrais, o que se confirma do interesse que despertam. Mas, na revisão da literatura, foram poucos os trabalhos encontrados que abordassem a comparação das palavras-chave fornecidas pelos autores de artigos científicos e os descritores empregues pelos indexadores, analisando o contributo que podem dar para a escolha dos termos de indexação.

Metodologia

Após a revisão bibliográfica exploratória na literatura especializada, delimitou-se o *corpus*, constituído por 290 artigos científicos publicados em revistas internacionais, da comunidade da Faculdade de Farmácia, depositados no Estudo Geral, editados entre 1996 e 2012, e depositados até final de dezembro de 2012. O acesso a esses artigos científicos, armazenados em repositórios de acesso aberto, faz-se a partir dos metadados e do conteúdo de texto integral, aplicando técnicas que representam e expõem as relações semânticas entre documentos, em que os dados são relacionados.

Os objetivos específicos a alcançar pretendiam: (a) identificar e aferir o número de palavras-chave contidas na versão depositada no Estudo Geral e na versão publicada pela editora, e o número de descritores atribuídos pela MEDLINE; (b) verificar as palavras-chave, usadas pelos autores, que coincidem ou relacionam-se com os termos do MeSH. No início da recolha da informação definiram-se algumas condições prévias, nomeadamente, realizar uma primeira comparação com as palavras-chave presentes na versão publicada pelo editor da revista, identificando-se, primeiro, os nomes das publicações periódicas a que pertenciam e confirmando-se, de seguida, o número de palavras-chave existentes em ambos os recursos.

Num momento posterior e reunidas todas as palavras-chave existentes para cada um dos artigos, compararam-se, então, com os descritores MeSH atribuídos aos títulos indexados na base de dados MEDLINE. As palavras-chave recolhidas a partir dos metadados dos registos dos artigos depositados no repositório e da versão final da editora foram organizadas, para cada artigo, em uma grelha, com os termos eleitos pela MEDLINE. Para além desses elementos, foram adicionados campos de descrição, como título, autor e ano de publicação. Na determinação quantitativa das relações identificadas entre as palavras-chave e os descritores MeSH, foram consideradas as relações de equivalência (idênticas) e as relações associativas (relacionadas).

Resultados e discussão

Os resultados obtidos confirmam o entendimento que as palavras-chave recolhidas nos metadados dos artigos depositados no Estudo Geral, ainda que sejam as mesmas, são apenas cerca de metade de todas as palavras-chave presentes na versão publicada pela editora da revista. Esse facto determinou que a análise dos resultados incidisse apenas nas palavras-chave existentes na versão da editora, comparando-as com os descritores MeSH atribuídos aos títulos indexados na base de dados MEDLINE. Nesta comparação verificou-se que o número de palavras-chave é significativamente mais baixo do que os termos empregados pela MEDLINE.

No que se refere à frequência do número de palavras-chave por artigo, a maioria dos artigos não apresenta mais de seis palavras-chave, sendo bem mais dilatada a frequência da atribuição dos descritores da MEDLINE. Do ponto de vista semântico, no que respeita às relações de equivalência e de associação entre as palavras-chave e os descritores da MEDLINE, mais de metade das palavras-chave apresentavam relações de equivalência ou associativas, em proporções semelhantes. Do mesmo modo, a frequência das relações estabelecidas pelas palavras-chave situa-se, maioritariamente, entre 1 a 2 conceitos equivalentes e 1 a 2 conceitos associados por artigo, o que confirma a importância das palavras-chave escolhidas pelos autores para a representação da informação.

Conclusões

Diante dos resultados apurados, pode-se afirmar que as palavras-chave representam uma importante fonte de acesso aos artigos científicos, o que foi comprovado no estudo realizado dos artigos indexados pela base de dados MEDLINE. Assim, nos 290 artigos analisados, o número de relações equivalentes e associativas é aproximado, ainda que as percentagens não sejam muito elevadas, indo ao encontro dos resultados obtidos por outros autores, e permitem concluir por uma influência direta ou indireta na escolha dos descritores, que promove a utilização das palavras-chave na aprendizagem da indexação por assuntos e nos esforços a desenvolver para automatizar o processo de indexação automática.

Ao utilizar o Estudo Geral como suporte a este trabalho, defende-se o propósito de chamar a atenção para o repositório institucional da Universidade de Coimbra e para a importância dos autores, enquanto intervenientes ativos no processo de representação e recuperação da informação, através das palavras-chave registradas em seus artigos. Reconhecer a importância das palavras-chave para a representação e recuperação de informação é uma forma de promover o autodepósito e de estimular o completo preenchimento dos metadados dos documentos depositados, como forma de contribuir para uma maior visibilidade, probabilidade de aumento de citações e impacto da produção científica dos autores depositantes e da própria instituição.

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE AUTOARQUIVAMENTO NOS REPOSITÓRIOS BRASILEIROS E PORTUGUESES

Tainá Batista

Resumo

Os repositórios institucionais são bases de dados que têm por objetivo armazenar e preservar a produção intelectual de uma instituição. Trata-se de um conceito distinto de repositórios temáticos, já que esses estão voltados para o armazenamento da produção intelectual de áreas do conhecimento em particular, podendo ser alimentados por mais de uma instituição (LEITE, 2009).

Dentre outros aspectos, o autoarquivamento constitui um atributo que deve estar presente em um repositório institucional, podendo ser entendido como uma estratégia fundamental para o povoamento dos RIs. O autoarquivamento se refere ao depósito do documento no repositório institucional realizado pelo próprio autor. A adoção do autoarquivamento por parte da instituição busca maximizar a quantidade e garantir os depósitos nos repositórios institucionais. Motivos que podem impedir o autoarquivamento: desconhecimento, por parte dos autores, do Movimento de Acesso Aberto, das questões relacionadas aos direitos autorais, do processo de avaliação por pares e do impacto do trabalho em acesso aberto, entre outros fatores (MELERO, 2007).

Com esta pesquisa pretende-se verificar a existência de políticas de autoarquivamento nos repositórios institucionais brasileiros e portugueses, bem como a identificação de material de apoio, ao autor, para a realização de tal atividade. Para o estudo foram considerados os repositórios brasileiros e portugueses registrados no Directory of Open Access Repositories – OpenDoar.

Para tanto, três critérios foram adotados na pesquisa:

1. Refinamento por país (Brasil e Portugal) dos repositórios registrados no OpenDoar. Para o cumprimento desse primeiro critério, foi adotada a seguinte metodologia:
 - a) Na página inicial do diretório OpenDoar, foi selecionado o *link* para a pesquisa dos repositórios (Search for repositories). Os demais campos permaneceram inalterados;
 - b) na página seguinte, no campo Any Country, foi selecionado o país Brasil;
 - c) os dados coletados foram organizados em uma planilha. Para o levantamento dos repositórios de Portugal, foi utilizado o mesmo processo, tendo apenas a mudança na escolha do país selecionado – Portugal, no campo Any Country.
2. Identificação dos repositórios brasileiros e portugueses que são institucionais, segundo a definição de Leite (2009).
3. Dentre os repositórios apresentados no item anterior, a identificação de quais possuíam políticas de autoarquivamento.
4. Uma vez identificadas as políticas, foram observados os critérios quanto à obrigatoriedade, sanção sobre a não realização do depósito e a existência de material didático para os autores realizarem os depósitos.

Como principais resultados temos:

1. Quanto ao primeiro critério, foram recuperados 67 repositórios brasileiros registrados no OpenDoar e 43 repositórios portugueses.
2. Quanto à aplicação do segundo critério da pesquisa, observou-se que, do universo inicial apresentado no item anterior, reduziu-se para 26 repositórios institucionais brasileiros e 28

repositórios institucionais portugueses. Não foi possível a avaliação de 9 repositórios (tanto portugueses quanto brasileiros) em razão de erro apresentado na página do sistema da instituição.

3. Com relação ao terceiro critério e ao universo de repositórios apresentado no primeiro item, observamos que 20 repositórios (sendo 8 brasileiros e 12 portugueses) apresentaram política na página do repositório institucional. Entretanto, sobre as políticas identificadas, observou-se que todas as instituições do universo português fazem menção ao autoarquivamento, enquanto, no Brasil, três instituições fazem essa referência. As demais políticas encontradas são institucionais ou de informação.
4. Por fim, com relação ao último item da metodologia adotada, não foi identificada nenhuma forma de sanção expressa na política quanto a não realização do processo de autoarquivamento, tanto no contexto brasileiro quanto no português. Sobre o material de apoio disponível ao autor para a realização da submissão de um documento no repositório, foi observado que as instituições (brasileiras e portuguesas) que contam com a política de autoarquivamento estabelecida disponibilizaram material didático aos autores, tais como vídeos tutoriais, guias com passo-a-passo, visando à realização do depósito e disponíveis para *downloads* e páginas de perguntas e respostas.

Notou-se também que três instituições portuguesas apresentaram guias tutoriais disponíveis na página do sistema, porém não há a apresentação da política em si. Conclui-se que, no processo de registro do repositório no diretório, não há entendimento do que é repositório institucional por parte das próprias instituições.

Foi observado esse fato ao realizar-se uma busca no mesmo diretório, utilizando o campo Any Repository Type e serem recuperados também repositórios não institucionais, segundo a classificação adotada por este trabalho. Para o alcance do autoarquivamento e a maximização dos números de documentos em acesso aberto nos repositórios institucionais, a instituição deve definir sua política de obrigatoriedade de depósito.

Estudos comprovam, como o de Suber (2009), que a quantidade de depósito é baixo quando a política não é um requisito. Uma das formas de garantir a participação da comunidade científica da instituição é fazer com que entendam a importância do processo de autoarquivamento para o desenvolvimento de novas pesquisas. Para tanto, no trabalho que envolve a tarefa do autor, que é a submissão do próprio trabalho, devem estar presentes serviços de atendimento direcionados a esse processo, como a disponibilização dos tutoriais. Foi observada, nesta pesquisa, a preocupação das instituições em oferecer esse apoio ao autor. Recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos para que a questão levantada seja discutida com maior profundidade.

Referências bibliográficas

LEITE, Fernando César Lima. *Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira*: Repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009.

MELERO, Remedios. *Políticas sobre el libre acceso a la producción científica y la respuesta de los autores*. En: CONGRESO DE COMUNICACIÓN SOCIAL DE LA CIENCIA, 4, Madrid, 2007. Disponible en: <<http://eprints.rclis.org/10429/>>. Consulta: 30 abr. de 2013.

SUBER, Peter. Open access policy options for funding agencies and universities. *Welcome to the SPARC Open Access Newsletter*, n. 130, 2009. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/newsletter/02-02-09.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

A PERSPECTIVA DOS BIBLIOTECÁRIOS QUANTO À IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS DE ACESSO ABERTO NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Ligia Patrícia Torino, Emanuelle Torino, Felipe Matheus Melzer

Resumo

As discussões acerca da necessidade de investir em iniciativas de acesso aberto, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), apresentaram uma alternativa para organizar a produção intelectual institucional, sobretudo em função da estrutura da Universidade, com campus em diferentes cidades do estado do Paraná, de forma que o conhecimento produzido pudesse ser compartilhado interna e externamente.

Observou-se, então, que a produção intelectual de sua comunidade interna e as diferentes possibilidades de tipologias documentárias estavam além dos preceitos de repositório institucional. Dessa forma, a Política Institucional de Informação estabeleceu a implantação de um Portal de Informação em Acesso Aberto (PIAA), uma plataforma desenvolvida para facilitar o acesso à produção da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), disponível por meio de quatro ferramentas de acesso aberto: o Repositório Institucional da UTFPR (RIUT), o Repositório de Outras Coleções Abertas (ROCA), os Periódicos Científicos Institucionais (PERI) e os Eventos Científicos Institucionais (EVIN).

As atividades junto do DSpace, *software* utilizado pelos repositórios, culminou na implantação, no mês de outubro de 2010, do RIUT, e do ROCA em setembro do ano seguinte; naquele momento a atuação já estava regulamentada institucionalmente por meio de documentos como a Política de Informação, a Instrução Normativa, que rege a entrega dos trabalhos às bibliotecas da UTFPR, e a Política de Submissão. Uma vez disponíveis duas das quatro ferramentas de acesso aberto propostas pela Instituição, em abril de 2012, foi disponibilizado o PIAA.

Definiu-se como política o depósito mediado por bibliotecários. Com isso, a equipe foi composta e constituiu o Comitê Gestor, do qual fazem parte um bibliotecário de cada um dos 12 campus da Universidade, todos trabalhando em regime de dedicação parcial ao repositório. Além disso, há um suporte técnico da área de informática desenvolvido por um servidor da Diretoria de Gestão de Tecnologia de Informação.

Com o objetivo de avaliar as ações junto dos Repositórios da UTFPR (RIUT e ROCA), bem como subsidiar o planejamento e tomadas de decisão necessárias, todos os membros do Comitê Gestor dos Repositórios da UTFPR foram convidados a registrar informações utilizando formulário eletrônico, do qual obtivemos o retorno de 75% dos sujeitos.

Constatou-se que, quanto ao uso do *software* DSpace e o conhecimento dos documentos que regem a atividade, os bibliotecários avaliam como positivo e relatam apenas que, embora existam discussões via e-mail e videoconferência, há a necessidade de estabelecer uma frequência de encontros presenciais entre os membros do Comitê Gestor para direcionamentos necessários ao desenvolvimento da atividade.

A divulgação do Portal de Informação em Acesso Aberto da UTFPR ocorreu de diversas formas; contudo, percebe-se que ainda é pequena a procura por parte dos servidores para disponibilizar seus materiais no RIUT. Observa-se que ampliar a divulgação e as ações de povoamento em ambos os repositórios ampliará a visibilidade *web* e, em consequência, as possibilidades de citação dos trabalhos desenvolvidos na UTFPR e, ainda, a visibilidade institucional. É notório observar que o desenvolvimento das ferramentas adotadas institucionalmente para reunir, preservar e permitir acesso à produção científica e academicamente orientada da UTFPR está cumprindo seu papel: as ferramentas atuam como um mecanismo de gestão da informação institucional nos campus da Universidade.

Contudo, é necessário planejamento e investimento, sobretudo em recursos humanos. Este é o grande desafio para permitir o povoamento dos repositórios: ampliar o número

de servidores com dedicação a essa atividade. Além disso, ao oferecer um serviço que aproxima a tecnologia do contexto das bibliotecas da UTFPR, de forma, inclusive, a ampliar o alcance da divulgação da própria Universidade, é necessário dispor de equipe própria para o desenvolvimento das atividades de forma satisfatória.

Nesse sentido, trabalhamos na perspectiva de sensibilizar a comunidade acadêmica a enviar sua produção aos repositórios da UTFPR e de pleitear, junto da gestão da instituição, a ampliação do quadro de recursos humanos para compor uma equipe dedicada às ferramentas de acesso aberto, objetivando a disseminação da informação.

A PRESENÇA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS NOS ACERVOS DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Flávia Rosa, Milton Shintaku, Rodrigo França Meirelles, Susane Barros, Caio Schwarcz Hoffmann

Resumo

Os repositórios institucionais têm se tornado uma vitrine da produção científica, em meio digital, de uma instituição. Em muitos casos, centrados na produção de artigos, disponibilizam os textos integralmente, ampliando a visibilidade tanto do autor quanto da instituição. Torna-se, assim, uma ferramenta importante para a promoção da produção científica. Nota-se, no entanto, que nem todas as disciplinas têm, nos artigos de periódicos, a principal forma de divulgação dos resultados de pesquisa.

Algumas áreas, como as Ciências Sociais e Humanas, valorizam mais a publicação de livros, sobretudo porque há uma relação com os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes e com critérios de agências de fomento. Além disso, os livros são uma importante fonte de consulta e têm sido publicados tanto em suporte impresso quanto digital, facilitando e ampliando, assim, o acesso aos seus conteúdos. Nesse sentido as editoras universitárias têm o papel fundamental de promover a difusão da produção científica. Caracterizam-se por abranger todas as áreas do conhecimento, publicando textos de qualidade, avaliados por pares e de autoria de pesquisadores com filiações institucionais diversas.

Os avanços tecnológicos tanto possibilitaram a inserção das editoras universitárias no uso dos processos editoriais digitais quanto o aumento de visibilidade, acessibilidade, uso e impacto dos livros. Os repositórios podem, dessa forma, agregar valor aos objetivos das editoras porque, além de disseminar, têm também como função a preservação do conteúdo neles depositados. Revela-se, desse modo, uma complementaridade entre os papéis dos repositórios e dessas editoras.

A comercialização dos títulos e adesão das editoras universitárias ao movimento de acesso aberto à informação científica pode parecer conflitante em um primeiro momento. No entanto, como são parte de instituições sem fins lucrativos e como a maioria dos títulos são oriundos de pesquisas financiadas com recursos públicos, o interesse se volta para a divulgação da produção científica da instituição, sua circulação e impacto, estando, dessa forma, em pleno acordo com os princípios do movimento do acesso aberto.

O presente estudo tem por finalidade verificar a adesão de editoras ao movimento de acesso aberto à informação científica, pela presença de títulos publicados em acervos de repositórios institucionais. Busca-se também conhecer a política das editoras voltadas ao depósito de livros e capítulos no repositório da instituição. Assim, para compor a amostra foram selecionados 14 repositórios de universidades e instituições de pesquisa com maior número de itens disponibilizados e com coleções de livros e capítulos de livros. Esses 14 repositórios apresentaram um quantitativo pequeno de livros ou capítulos de livros depositados. O repositório da Universidade Federal da Bahia (UFBA) destaca-se por disponibilizar o maior número de livros e capítulos depositados – um total de 264 itens – seguido da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 114, e da Universidade de Brasília (UnB), com 101.

De modo geral, quanto à presença das editoras universitárias na composição dos acervos dos repositórios, verificou-se que a maior quantidade de livros ou capítulos de livros depositados pertence às editoras das próprias universidades. Nesse caso, a Editora da UFBA (EDUFBA) destaca-se não apenas por ter o maior quantitativo de livros e capítulos de livros depositados, mas também por estar presente nos repositórios da UnB e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Nesse sentido, vale destacar que a coleção da EDUFBA, no repositório da UFBA, disponibiliza 230 publicações em texto completo. Revela-se o alinhamento dessa editora universitária ao depósito em repositório, por possuir uma política formal de acesso aberto.

No entanto, não foi verificado um alinhamento de todas as editoras ao movimento de acesso aberto, sobretudo pela falta de políticas formais dessas editoras sobre a disponibilização desses conteúdos em repositórios. Mesmo com a baixa adesão das editoras na composição dos acervos dos repositórios das universidades, considera-se essa contribuição valiosa, tanto pelo enriquecimento do acervo quanto por minorar dificuldades de acesso às publicações. Tanto o repositório quanto as editoras compartilham de objetivos comuns em disseminação do conhecimento. Contudo, ainda se faz necessária a definição de políticas explícitas das editoras para disponibilização de suas publicações.

CROSSREF, DOI (DIGITAL OBJECT IDENTIFIER) E SERVIÇOS: ESTUDO COMPARATIVO LUSO-BRASILEIRO

Edilson Damasio

Resumo

Introdução

O CrossRef é uma associação de editores e instituições que publicam na Internet e necessitam registrar seu conteúdo por identificadores únicos (*handle systems*) e demais serviços com metadados e sua interoperabilidade. Inicia suas atividades no ano de 2000 e hoje conta com diversos serviços de *links* persistentes e metadados. Apresenta o objetivo e finalidade do CrossRef e seus principais serviços: é o principal agente do DOI-Digital Object Identifier (com 53 milhões de registros), Cited-ByLinking, CrossCheck e o lançamento CrossMark. Os serviços do CrossRef são utilizados pelas principais editoras e sociedades científicas e universidades do mundo, e também em projetos de acesso aberto, como o SciELO e, institucionalmente, pela UEM-Universidade Estadual de Maringá, Brasil, pioneira na América-Latina, como instituição isolada, em metodologia para ativação de DOIs em grande quantidade, com 4.500, desde o ano de 2008. O estudo é comparativo das principais instituições/editores/associações luso-brasileiras com DOIs ativos.

O objetivo do estudo é mostrar os principais números na utilização de DOIs no Brasil, comparando-os com Portugal. Em junho (2012), o Brasil contava com 85 associados (instituições/associações/editoras). Em Portugal existem nove associados, mas devemos considerar que muitos periódicos são publicados em editoras como Elsevier, Springer e outras. Também visamos mostrar a comparação de instituições que os utilizam no Brasil e América Latina. A fonte dos dados são relatórios estatísticos emitidos pelo CrossRef e informações de sua página *online*. Apresentam comparação de periódicos indexados nas plataformas Scopus e Web of Science nos últimos cinco anos.

Termina com apresentação das correlações de associados com DOIs do Brasil e Portugal, e também apresenta dados da baixa utilização do CrossCheck, sistema de identificação de plágio e integridade científica que tem baixa utilização nos dois países. Outro serviço analisado é o Cited-ByLinking, objetivando mostrar, em sua página *online*, dos artigos publicados, os outros que o estão citando, desde que estejam nos 53 milhões de metadados DOIs do sistema. Em periódicos de acesso aberto, os pesquisadores, editores, bibliotecários e profissionais da informação necessitam de informações da importância da implementação desses serviços e registros, como requisito para registrar e validar objetos e documentos digitais na *web*, gerando interoperabilidade dos dados e maior visibilidade da produção científica.

Métodos

Estudo quantitativo com análise de dados do CrossRef e seus serviços, com apresentação de gráficos estatísticos. Mostra também qual o funcionamento básico dos procedimentos de registros DOIs, sistema CrossCheck e Cited-ByLinking.

Resultados e discussão

Número total de associados do CrossRef – 2.664. Número de usuários no Brasil (instituições/editoras/sociedades/universidades), maio 2012 – 85, classificados como *publishers*. O projeto SciELO Brasil, SciELO Argentina e SciELO Espanha são, respectivamente, os principais depositários de registros DOIs ibero-americanos. Como instituição depositária isolada, a Universidade Estadual de Maringá (UEM) é a maior utilizadora, com 4.500 DOIs ativados desde o ano de 2008, com mais de 800 DOIs específicos para congressos. Apresenta também as demais instituições brasileiras com depósitos próximos de 1.000 DOIs, a UFSC, Unisinos, *Revista Enfermagem UFPE*, UEPG, entre outras. Sobre a utilização do CrossCheck, existem 150 utilizadores, sendo a principal a editora Elsevier, e, também – Informa UK, Ovid, Springer e Willey-Blackwell.

No Brasil a Unisinos é utilizadora do CrossCheck e a UEM está em fase de testes, com excelentes resultados. Na utilização do Cited-ByLinking, Portugal tem registrado, como utilizadora, a APRH-Assoc. Portuguesa Recursos Hídricos; no Brasil, a UEM utiliza em testes, com excelentes resultados.

Considerações finais

Os serviços oferecidos pela associação CrossRef são de extrema necessidade para as publicações em Acesso Aberto. A utilização dos registros DOIs e seus *links* é essencial para o aumento da visibilidade, devido à sua interoperabilidade em diversas bases de dados de acesso aberto ou fechado, e também um dos critérios para avaliação de indexação de novos periódicos nas plataformas Scopus e Web of Science. Contar com um *link* persistente possibilita o intercâmbio de localização de seus artigos no meio acadêmico. No Brasil, a Plataforma Lattes e seus currículos possuem campo específico para a utilização do DOI em artigos publicados e comunicações em congressos e eventos. Na análise estatística, o Brasil está utilizando o DOI após a implantação pelo SciELO, em 2005, e seu convênio com o CrossRef.

Temos instituições isoladas com periódicos não indexados no SciELO que necessitam dos registros DOIs e estão realizando seus registros diretamente com o CrossRef. Como resultado principal, o Portal de Periódicos da UEM teve uma grande utilização do DOI desde 2008; nesse intermédio, os periódicos publicados em acesso aberto, que em sete anos conseguiram melhores índices de avaliação no Qualis/Capes e indexação na Scopus, Web of Science e aumento de Fator de Impacto no JCR – utilizando o OJS (Open Journals System), no Brasil denominado SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas). Sistema este com desenvolvimento centralizado no PKP-Public Knowledge Project (Canadá/USA) com diversos *plug-ins*, um sendo exclusivo para exportação de registros XML para o CrossRef, para a utilização de DOIs para referências, e a possibilidade de inserir o código para o Citeb-by Linking e o CrossCheck.

A utilização dos serviços CrossRef é incipiente, mas sua importância já está definida como requisito essencial nos periódicos brasileiros, com as políticas de acesso aberto, sendo essencial para aumento da visibilidade, inclusive com aumento constante de Fator de Impacto.

DIRETRIZES OPENAIRE PARA REPOSITÓRIOS DE DADOS, REPOSITÓRIOS DE LITERATURA E SISTEMAS CRIS

Pedro Príncipe, Eloy Rodrigues, José Carvalho, Ricardo Saraiva

Resumo

O OpenAIRE – Infraestrutura *open access* para a Europa (www.openaire.eu) apoia a política *open access* da Comissão Europeia, fornecendo a infraestrutura de informação para os investigadores, os projetos e as instituições concretizarem o mandato *open access* da União Europeia. Essa infraestrutura, criada a partir do projeto com o mesmo nome, encontra-se em fase de transição de projeto piloto para a implementação de serviço em produção. Nessa 2ª Geração da Infraestrutura de Acesso Aberto para a Investigação na Europa, levada a cabo no âmbito do projeto OpenAIRE plus, pretende-se facilitar o acesso aberto à produção científica do espaço europeu de investigação, interligando publicações com os dados científicos associados e os respectivos programas de financiamento. Esse projeto, que reúne 41 parceiros europeus, nos quais estão incluídas três comunidades interdisciplinares de investigação, funcionou, em uma primeira fase, com o projeto OpenAIRE e veio a estender a sua missão de implementação das iniciativas que orientam a política de acesso aberto da União Europeia e ampliar a rede de repositórios e serviços.

Com a realização do projeto OpenAIRE plus, a infraestrutura OpenAIRE começa agora a mover-se de um sistema de informação assente em literatura e publicações científicas para uma infraestrutura de maior abrangência, que pretende cobrir todos os tipos de resultados de produção científica. Pretende-se, assim, criar um serviço robusto e participativo que expande a rede de repositórios e a base de publicações abrangidas às publicações em acesso aberto indexadas pela infraestrutura DRIVER¹ e recolhe e indexa os metadados de conjuntos de dados de repositórios de dados científicos. Para o concretizar foi desenvolvido um conjunto integrado de diretrizes com os requisitos técnicos específicos para apoiar os objetivos em curso do projeto OpenAIRE e da Comissão Europeia: diretrizes para gestores de repositórios de literatura científica, gestores de repositórios de dados e gestores de sistemas CRIS – Current Research Information System.

Com a implementação desse conjunto de três diretrizes OpenAIRE, os gestores de repositórios e sistemas de informação científica passam a deter as condições para permitir que os autores que depositam publicações nos seus repositórios cumpram os requisitos de acesso aberto da Comissão Europeia, bem como os requisitos de outros financiadores de âmbito nacional ou internacional com os quais o OpenAIRE coopera. Adicionalmente, permitirá que a infraestrutura OpenAIRE disponibilize serviços de valor acrescentado, tais como serviços integrados de descoberta de informação, interligação de dados, publicações e programas de financiamento, e ainda a criação de publicações científicas enriquecidas.

Esta comunicação pretende descrever, de forma completa e integrada, as diretrizes OpenAIRE², destacando o conjunto de orientações para gestores de repositórios de dados, de repositórios de literatura e de sistemas CRIS.

As diretrizes OpenAIRE para repositórios de literatura científica vêm fornecer orientação aos gestores de repositórios para a definição e implementação de suas políticas de gestão local, de acordo com as exigências do OpenAIRE e Comissão Europeia.

Inicialmente, foram estabelecidos os requisitos da infraestrutura OpenAIRE para apoiar e acompanhar a implementação do projeto piloto *Open Access* da Comissão Europeia³. Atualmente, o OpenAIRE está a amplificar seu âmbito tanto em termos de infraestrutura como de conteúdo. Nesse contexto, as diretrizes atuais para gestores de repositórios de literatura (versão 3.0) destinam-se a orientar os gestores de repositórios para expor o conteúdo, não só de publicações financiadas pela Comissão Europeia, como também de outras publicações em acesso aberto, independentemente do seu financiamento. Com a implementação dessas diretrizes, os gestores de repositórios serão capazes de permitir que os

autores cumpram as exigências de acesso aberto da Comissão Europeia e igualmente com os requisitos de outros financiadores de âmbito nacional ou internacional.

De acordo com a expansão OpenAIRE em curso, a nova versão das diretrizes prevê a fusão das diretrizes DRIVER⁴ no contexto de diretrizes OpenAIRE, o que vem alargar a pertinência da divulgação dessas diretrizes para além do espaço de intervenção das instituições de investigação e ensino superior da Europa.

Diretrizes para gestores de repositórios de dados

As diretrizes OpenAIRE para gestores de repositórios de dados fornecem instruções para os gestores de arquivos de dados exporem os seus metadados de forma que seja compatível com a infraestrutura OpenAIRE. Os dados arquivados em repositórios devem ser incluídos no espaço de informação OpenAIRE, quando estão relacionados com um outro documento, por exemplo, um conjunto de dados citados por um artigo. Essas diretrizes foram concebidas, em grande parte, com base no esquema de metadados da DataCite⁵.

O OpenAIRE acredita que isso vai proporcionar um esquema de metadados abrangente e integrador, agnóstico no que ao domínio científico diz respeito, possibilitando a interoperabilidade através da referência a um pequeno número de propriedades.

Com a implementação dessas diretrizes para repositórios de dados científicos, o OpenAIRE facilita a criação de publicações enriquecidas e a construção dos pilares necessários para edificar uma infraestrutura de pesquisa de publicações e dados interligados.

Diretrizes para gestores de sistemas CRIS

O OpenAIRE e o euroCRIS⁶ acordaram sobre o uso de CERIF-XML⁷ como formato padrão pelo qual o OpenAIRE irá orientar sua ação de recolha de informação dos sistemas CRIS. As diretrizes para gestores de sistemas CRIS apresentam a especificação do perfil de aplicação, com base nos requisitos do modelo de dados OpenAIRE, vocabulários relevantes, entidades, descrição e seus valores.

Essas diretrizes, ao estabelecerem o uso de CERIF-XML como base para um formato de troca de dados dentro do domínio de resultados de investigação científica, são claramente um passo em frente na colaboração entre comunidades de gestão da informação de investigação científica.

Notas

1) Em: DRIVER (Networking European Scientific Repositories). Disponível em: <<http://www.driver-community.eu>>.

2) Disponíveis em: <<http://guidelines.openaire.eu>>.

3) Consultar: *Open Access Pilot in FP7*. Disponível em: <<http://www.openaire.eu/en/component/attachments/download/4.html>>.

4) Em: DRIVER Guidelines v2.0. Disponível em: <<http://www.driver-support.eu/managers.html#guidelines>>.

5) Consultar: DataCite. Disponível em: <<http://www.datacite.org>>.

6) Consultar: euroCRIS. Disponível em: <<http://www.eurocris.org>>.

7) Consultar: CERIF. Disponível em: <<http://www.eurocris.org/Index.php?page=featuresCERIF&t=1>>.

DISPONIBILIDAD EN ACCESO ABIERTO DE LA PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE LOS PAÍSES DE ÁFRICA LUSÓFONA

Martins Fernando Guambe, Gema Bueno de la Fuente

Resumen

El movimiento de acceso abierto a la comunicación científica, inicialmente protagonizado por los países occidentales, en los últimos años está tomando una fuerza cada vez mayor en países en desarrollo, notablemente en América del Sur. No obstante, en el continente africano, los esfuerzos a favor del acceso abierto son muy desiguales entre los distintos países. La mayoría de las iniciativas se localizan en países del África anglófona, en menor medida del África francófona, mientras que en los países de África lusófona son muy incipientes aún, tanto a través de la vía dorada como de la vía verde. El directorio internacional DOAJ¹ no incluye ninguna revista de estos países, mientras que en el portal African Journals Online (AJOL)² tan sólo hay una revista a pago publicada en Mozambique entre los más de cuatrocientos títulos de su base de datos. En OpenDoar³, únicamente dos de los 64 repositorios ubicados en el continente africano son lusófonos: el mozambiqueño SABER⁴ y la Biblioteca Digital da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde⁵.

No obstante, en estos países se editan publicaciones académicas que se distribuyen fuera de los canales *mainstream*, muchas de ellas aún en papel, y que son, por lo tanto, con una limitada distribución y visibilidad⁶. Estas revistas podrían aprovechar las oportunidades que ofrece la filosofía OA y las tecnologías que lo hacen posible, para aumentar su visibilidad y mejorar su impacto a nivel internacional. Por otro lado, existe una producción científica de investigadores de países lusófonos que se publica en revistas de alto impacto a nivel internacional. Parte de ellas son de acceso abierto, principalmente publicadas por BioMed Central y PLoS⁷, si bien aquéllas que son de pago, permiten algún tipo de depósito en acceso abierto conforme a la clasificación SHERPA/ROMEO⁸.

Los contados repositorios activos en el África Lusófona no han aprovechado aún versiones *preprint* o *postprint* de estos trabajos, preservando su totalidad las posibilidades de identificar y depositar la producción científica al tiempo que proporcionan acceso a literatura que, en muchos casos, no está libremente disponible para su comunidad.

Bajo esta premisa, el presente estudio pretende identificar y caracterizar la producción científica de las instituciones académicas y de investigación de los países del África lusófona, (Mozambique, Angola, Guinea Bissau, Cabo Verde y Santo Tomé y Príncipe), tanto en publicaciones de producción propia y alcance local, regional o nacional, como en publicaciones internacionales de alto impacto. Se parte de la hipótesis que, aunque el volumen de trabajos en estas revistas es pequeño en comparación con otros países, existe una producción científica de autores de instituciones del África Lusófona de la que dichas instituciones no se están apropiando como les corresponde legítimamente, y que por tanto, no se está garantizando el acceso a la propia comunidad que la ha producido o financiado. El objetivo final es plantear un conjunto de recomendaciones de actuación para que las instituciones académicas de los países del al potencien el acceso abierto y se aprovechen de las ventajas que les reporta.

Para identificar y cuantificar la producción científica de autores del África lusófona susceptible de ser depositada en repositorios de acceso abierto, así como establecer el volumen de trabajos y el nivel de acceso abierto, real y potencial, de las revistas publicadas en estos países en el periodo de diez años 2002-2011, se ha empleado una metodología eminentemente cuantitativa.

En la identificación de los trabajos de autores del África lusófona en revistas internacionales, y la identificación de los títulos en los que más publican, se ha consultado la base de datos Scopus por afiliación de los autores y fecha de publicación, extrayendo además la información relativa a las condiciones de acceso de su listado de revistas indexadas⁹. Se ha consultado la base de datos SHERPA/ROMEO para la caracterización y clasificación de las políticas de auto-archivo que permiten estas revistas. Los datos se han extraído, tratado y analizado empleando diversas herramientas, principalmente Google Refine, SQL Lite y R.

Considerando como criterio mínimo de calidad de las revistas de producción nacional o local que estas contasen con identificador internacional de publicaciones periódicas, éstas se han recopilado de la base de datos ISSN Portal¹⁰. Del total de 170 títulos publicados conjuntamente por los cinco países, se han aplicado los criterios básicos del catálogo *Latindex*¹¹ para discriminar las revistas de carácter científico y académico de otros tipos de publicaciones periódicas. De este conjunto de revistas, se ha estimado el volumen de trabajos publicados en el periodo 2002-2011 teniendo en cuenta la periodicidad y el número de trabajos por número, calculado a partir de una muestra de cinco números por título.

La información cuantitativa obtenida a través de estas fuentes se ha completado y contrastado con la consulta a otras bases de datos e índices como SciELO y sus estadísticas de trabajos por países de los autores¹², o los índices trimestrales de revistas africanas que elabora la Library of Congress Overseas Office en Nairobi¹³, entre otras.

Los resultados preliminares nos permiten corroborar la hipótesis de partida, pues se ha identificado un volumen de trabajos publicados en revistas internacionales, en el periodo de estudio 2002-2011, cercano a los 3.000 artículos. Aunque pueda parecer escasos en comparación con la producción de otros países, esta cifra es muy similar al número de ítems actualmente depositados en los repositorios abiertos mencionados, en los que apenas se pueden encontrar artículos de revista. Asimismo, se ha constatado que un alto porcentaje de estos trabajos se publican en revistas de acceso abierto o de acceso por suscripción, pero que permiten diversas opciones de auto-archivo, con o sin periodos de embargo.

El estudio se concluye con unas recomendaciones y pautas de actuación dirigidas a las bibliotecas académicas de las universidades y centros de investigación de afiliación de los autores para ejercer su derecho de disponibilización en acceso abierto de su propia producción científica, tanto de forma retrospectiva como prospectiva. Finalmente, se hace un llamamiento a las instituciones y a los gobiernos de estos países para desarrollar y promover políticas que incentiven el acceso abierto a su propia producción científica.

Notas

1) Directory of open access journals. Disponible en: < <http://www.doaj.org> >.

2) African journals online. Disponible en: <<http://http://www.ajol.info/>>.

3) Directory of open access repositories. Disponible en: <<http://www.opendoar.org>>.

4) SABER (Repositório Científico de Moçambique). Disponible en: <<http://www.saber.ac.mz/>>.

5) Biblioteca Digital da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponible en: <<http://bdigital.cv.unipiaget.org/dspace/>>.

6) ISSAK, A. M. The creation of an information repository: A perspective from Mozambican higher education sector. En: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: 76TH IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 2010, Gothenburg, Suecia. *Proceedings...* Gothenburg, Suecia, 2010. Disponible en: <<http://conference.ifla.org/past/ifla76/138-issak-en.pdf>>. Consulta: 09 mayo 2013.

7) *Situación del acceso abierto por países, región África*, Global Open Access Portal, Unesco. Disponible en: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/africa/>>.

8) SHERPA/ROMEO. *Publishers copyright policies and self-archiving*. Disponible en: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>>.

- 9) Scopus, listado de revistas indexadas. Disponible en:
<<http://www.scopus.fecyt.es/Nuestros-Servicios/Informacion-para-Investigadores/Pages/Listado-de-revistas-indexadas.aspx>>.
- 10) ISSN Portal. Disponible en: < <http://portal.issn.org>>.
- 11) *Catálogo Latindex, metodología de construcción*. Disponible en:
<<http://www.latindex.unam.mx/latindex/catalogo.html>>.
- 12) SciELO, Indicadores Bibliométricos, números de la red SciELO por país de afiliación del autor. Disponible en: <http://www.scielo.org/local/tabelas/A01d_es.xls>.
- 13) *Quarterly Index of African Periodical Literature*, Library of Congress Overseas Office. Disponible en: <http://www.loc.gov/acq/ovop/nairobi/indexed_journal.html>.

DISPONIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DOS PAÍSES DA ÁFRICA LUSÓFONA EM ACESSO ABERTO

Martins Fernando Guambe, Gema Bueno de la Fuente

Resumo

O movimento de acesso aberto à comunicação científica inicia protagonizado pelos países ocidentais, está expandindo-se cada vez mais nos últimos anos, nos países em desenvolvimento, de forma notável na América do Sul. Porém, no continente africano, os esforços a favor do acesso aberto são muito desiguais entre os distintos países. A maior parte das iniciativas situa-se nos países de África anglófona, em menor escala de África francófona, enquanto nos países de África lusófona (AL) a situação é ainda muito incipiente, tanto por meio da via dourada como pela via verde. O diretório internacional DOAJ¹ não inclui nenhuma revista desses países, ainda que no portal African Journals Online (AJOL)² encontre-se uma.

Na revista publicada em Moçambique, entre as quais mais de 400 títulos disponíveis em sua base de dados, a mesma tem uma taxa de pagamento. No OpenDoar³, apenas dois dos 64 repositórios localizados no continente africano são lusófonos: o de Moçambique tem Repositório SABER⁴ e a Biblioteca Digital da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde⁵.

Todavia, nesses países editam-se publicações acadêmicas que se distribuem fora dos canais *mainstream*, muitas das quais ainda em papel, e que têm, aliás, uma distribuição e visibilidade limitadas⁶. Essas revistas poderiam aproveitar as oportunidades oferecidas pela filosofia do acesso aberto e das tecnologias que o permitem, para aumentar sua visibilidade e melhorar seu impacto em nível internacional. Por outro lado, existe determinada produção científica de investigadores dos países lusófonos que publicam em revistas de alto impacto em nível internacional. Uma parte dessa produção está em acesso aberto, principalmente publicada por BioMed Central e PLoS⁷, mesmo com alguma taxa de pagamento permite algum tipo de depósito em acesso aberto, conforme a classificação SHERPA/ROMEO⁸.

Os exíguos repositórios ativos na África lusófona não aproveitaram totalmente as possibilidades de identificar e depositar as versões *preprint* ou *postprint* desses trabalhos, preservando sua produção científica por proporcionarem acesso à literatura que, em muitos casos, não está livremente disponível para a própria comunidade.

Sob essa premissa, o estudo pretende identificar e caracterizar a produção científica de instituições acadêmicas e de pesquisa dos países africanos lusófonos (Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), nas publicações de produção própria e alcance local, regional ou nacional, bem como nas publicações internacionais de alto impacto. Parte-se do pressuposto que, embora o volume de trabalho nessas revistas seja menor, se comparado com outros países, há uma produção científica de autores de instituições africanas lusófonas que não está sendo apropriada, conforme se é legitimada e, por isso, não é garantido o acesso à comunidade que produziu ou financiou dita produção científica.

O objetivo final é propor um conjunto de recomendações políticas para que as instituições acadêmicas dos países de AL melhorem o acesso aberto e aproveitem as vantagens que disso advém.

Para identificar e quantificar a produção científica dos autores africanos lusófonos suscetíveis de serem depositados em repositórios de acesso aberto, bem como definir o volume de trabalho e o nível de acesso aberto, real e potencial, de revistas publicadas nesses países no período de 10 anos, 2002-2011, utilizamos, predominantemente, uma metodologia quantitativa.

Ao identificar o trabalho de autores africanos lusófonos em revistas internacionais, bem como a identificação de títulos em que mais publicam, consultamos a base de dados

Scopus por afiliação do autor e data de publicação, extraindo mais informações sobre condições de acesso à sua lista de periódicos indexados⁹. Apoiamo-nos na base de dados SHERPA /ROMEO para a caracterização e classificação das políticas de autoarquivo dessas revistas. Os dados foram extraídos, tratados e analisados utilizando várias ferramentas, principalmente Google Refine, SQLLiteR.

Consideramos como critérios mínimos de qualidade das revistas produzidas nacional ou localmente a posse de um identificador internacional de publicações periódicas, o qual foi recompilado a partir do portal ISSN¹⁰. Dos 170 títulos publicados em conjunto pelos cinco países, foram aplicados os critérios básicos do catálogo *Latindex*¹¹ para discriminar revistas científicas e outras publicações acadêmicas. A partir desse conjunto de revistas, estimamos o volume de artigos publicados no período 2002-2011, tendo em conta o tempo e o número de trabalho por número, calculado a partir de uma amostra de cinco números por título.

As informações quantitativas obtidas por meio dessas fontes foram completadas e contrastadas com a consulta de outras bases de dados e índices como SciELO e as respectivas estatísticas, discriminando por país dos autores¹², ou índices trimestrais produzidos pelos jornais africanos e disponibilizados pela Library of Congress Overseas Office em Nairóbi¹³, entre outros.

Os resultados preliminares nos permitem confirmar a hipótese inicial, pois foi identificado um volume de artigos publicados em periódicos internacionais no período de estudo 2002-2011, cerca de 3.000 artigos. Embora possa parecer inferior quando comparado com a produção de outros países, esse número está próximo dos artigos atualmente depositados em repositórios abertos mencionados, nos quais dificilmente se pode encontrar artigos de revista. Além disso, verificou-se que uma elevada percentagem desses trabalhos é publicada em revistas de acesso aberto ou acesso por assinatura, mas permitem várias opções de autoarquivamento, com ou sem períodos de embargo.

A investigação conclui com algumas recomendações e orientações, para as bibliotecas universitárias, de instituições e centros de pesquisa de afiliação dos autores para que exerçam seu direito de disponibilidade em acesso aberto da própria produção científica, tanto retrospectiva como prospectivamente. Convidam-se as instituições e os governantes desses países para desenvolver e promover políticas que estimulem o acesso aberto à sua própria produção científica.

Notas

- 1) Directory of open access journals. Disponível em: <<http://www.doaj.org>>.
- 2) African journals online. Disponível em: <<http://www.ajol.info>>.
- 3) Directory of open Access repositories. Disponível em: <<http://www.opendoar.org>>.
- 4) SABER (Repositório Científico de Moçambique). Disponível em: <<http://www.saber.ac.mz/>>.
- 5) Biblioteca Digital da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Disponível em: <<http://bdigital.cv.unipiaget.org/dspace/>>.
- 6) ISSAK, A. M. *The creation of an information repository: A perspective from Mozambican higher education sector*. EN WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: 76TH IFLA GENERAL CONFERENCE AND ASSEMBLY, 2010, Gothenburg, Suecia, 2010. *Proceedings...* Gothenburg, Suecia, 2010. Disponível em: <<http://conference.ifla.org/past/ifla76/138-issak-en.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2013.
- 7) *Situación del acceso abierto por países, región África*, Global Open Access Portal, Unesco. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/portals-and-platforms/goap/access-by-region/africa/>>.

- 8) SHERPA/ROMEO. Publishers copyright policies and self-archiving. Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/>>.
- 9) Scopus, listado de revistas indexadas. Disponível em: <<http://www.scopus.fecyt.es/Nuestros-Servicios/Informacion-para-Investigadores/Pages/Listado-de-revistas-indexadas.aspx>>.
- 10) ISSN Portal. Disponível em: <<http://portal.issn.org>>.
- 11) *Catálogo Latindex, metodología de construcción*. Disponible en: <<http://www.latindex.unam.mx/latindex/catalogo.html>>.
- 12) SciELO, Indicadores bibliométricos, números de la red SciELO por país de afiliación del autor. Disponible en: <http://www.scielo.org/local/tabelas/A01d_es.xls>.
- 13) *Quarterly Index of African Periodical Literature*, Library of Congress Overseas Office. Disponível em: <http://www.loc.gov/acq/ovop/nairobi/indexed_journal.html>.

INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÃO E INTEROPERABILIDADE: O REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL COMO SUPORTE À GESTÃO DA INVESTIGAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

Diana Silva, Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco

Resumo

A implementação de repositórios de acesso aberto nas instituições de ensino superior tem sido um dos meios mais usados, nos últimos anos, para a gestão e promoção da visibilidade da produção científica desenvolvida nas instituições, ao facilitar mecanismos de autodepósito, de gestão da informação científica e sua disponibilização na *web* e de integração e interoperabilidade com outros sistemas. Esta última vertente tem sido apontada recentemente¹ como um dos aspetos fundamentais para a criação de valor no seio das instituições ao nível da gestão da produção científica e disseminação da mesma. De facto, podemos considerar que a interoperabilidade dos repositórios com outros sistemas de informação no âmbito da instituição e fora dela pode ser identificada como um dos fatores críticos para o sucesso e para a adesão dos investigadores ao depósito em repositórios científicos de acesso aberto.

O Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA) é um sistema de informação em regime de autoarquivo que armazena, preserva e dá acesso via *web* em regime de acesso aberto à produção científica da UA em formato digital. Dotar a universidade de ferramentas que permitam uma melhor gestão da sua produção científica constitui-se como um dos objetivos do RIA, desde a sua implementação no ano de 2011.

A presente comunicação tem como objetivo apresentar a estratégia global de desenvolvimento, configuração e adequação de funcionalidades do RIA em função de uma gestão integrada da informação relativa à produção científica da instituição em termos de avaliação, acesso, visibilidade e preservação. Serão exploradas algumas das configurações próprias consideradas no desenvolvimento do repositório baseado em *software* DSpace ao nível da comunicação com outros sistemas, explorando os aspetos críticos de interoperabilidade e recolha de informação identificados no decorrer dos processos de desenvolvimento. Será partilhado, neste contexto, o projeto de criação de um sistema único para a gestão da investigação da universidade interoperável e preparado para a recolha de informação do repositório institucional. De facto, a equipa de gestão e desenvolvimento do repositório considerou desde o início como desafios fundamentais os ligados à comunicação de informação com sistemas internos e externos de forma a partilhar e integrar informação relevante e a racionalizar recursos e serviços. Neste nível destacam-se:

1. A recolha automática de dados bibliográficos de bases de dados na *web* ou de sistemas de gestão bibliográfica no momento de depósito no RIA, que tem concorrido para a simplificação de processos de autoarquivo contribuindo para o seu incentivo. Esta possibilidade resulta, de uma forma muito efetiva, num enriquecimento do registo bibliográfico com o preenchimento automático de campos descritivos, o que claramente constitui valor acrescentado para o sistema de informação.
2. A integração do RIA com um sistema de informação que realiza a gestão de utilizadores em toda a universidade denominado *Registo Central de Utilizadores da UA* que inclui docentes, alunos, investigadores e funcionários da instituição e permite identificação inequívoca da autoria no repositório e a disponibilização de dados de forma controlada para outros sistemas internos. A gestão de dados de investigação e docência de forma segura e controlada é permitida pelo facto de existir um mecanismo de identificação inequívoca da autoria dentro dos sistemas e entre eles.
3. Disponibilização de informação do RIA para o sistema PADUA – Gestão de Informação para Avaliação de Docentes da UA. Trata-se de um sistema desenvolvido internamente com ligação à base de dados de utilizadores da instituição. Um dos critérios incluídos neste sistema para a avaliação de docentes é baseado na tipologia de documentos e na atribuição de valores para cada uma das tipologias aceites. A comunicação entre os dois sistemas – RIA e PADUA – realiza-se por intermédio de um *web service* do RIA que

permite que no momento da recolha de informação sejam seleccionados os registos disponíveis no repositório a incluir no sistema de avaliação. Por outro lado, referir que a troca de dados entre os dois sistemas é facilitada por meio da identificação comum da autoria.

4. O projeto de criação de um sistema único para a gestão da investigação da universidade e preparado para efetuar automaticamente a recolha de dados bibliográficos no repositório institucional.

São vários os desafios que têm sido apontados em relação à interoperabilidade entre sistemas¹. Alguns dos aspetos críticos identificados no âmbito do desenvolvimento e configuração do RIA passam por: mecanismos de identificação inequívoca de registos e documentos digitais através de identificadores persistentes como o *handle* e DOI; a identificação inequívoca de autores no âmbito institucional e fora da instituição; informação descritiva (metadados) com um alto nível de granularidade. A reflexão comum em torno destes aspetos será um meio de potenciar o desenvolvimento de soluções adequadas em nível global.

Notas

1) COAR Working Group 2 Repository Interoperability. The Case for Interoperability for Open Access Repositories version 1.0, 2011, p. 10.

Referências bibliográficas

LEWIS, S.; HAYES, L.; NEWTON-WADE, V.; CORFIELD, A.; DAVIS, R.; DONOHUE, T.; WILSON, S. If SWORD is the answer, what is the question?: Use of the Simple Web-service Offering Repository Deposit Protocol. *Program: Electronic library and information systems*, v. 4, n. 4, p. 407-418, 2011. Doi: 10.1108/00330330910998057.

MAPEAMENTO E ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS ASSOCIADAS AO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA COM BIBLIOTECÁRIOS E PROFISSIONAIS DE INFORMAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS E ESTADUAIS DO BRASIL

Rafael Antonio Di Foggi, Ariadne Chloe Mary Furnival

Resumo

O **objetivo** desta pesquisa foi explorar as percepções dos bibliotecários e profissionais de informação das bibliotecas universitárias públicas federais e estaduais do Brasil, localizados na frente do potencial impacto do Movimento de Acesso Aberto (OA) à literatura científica. Mais especificamente, mapear a visão que esses profissionais detêm do papel de sua profissão no movimento de OA no Brasil, levantar suas responsabilidades profissionais em relação à implementação e promoção do OA em sua instituição e eliciar suas opiniões relativas às suas percepções de sua formação na graduação, no que diz respeito à sua preparação para lidar com tais mudanças. Esta pesquisa possui uma **abordagem metodológica** qualitativo-quantitativa.

Um questionário foi criado, adaptado daquele de Palmer, Dill e Christie (2009), que traçou o perfil do profissional responsável pela biblioteca digital e repositório institucional nos Estados Unidos, adequando-o ao cenário brasileiro. Esse questionário foi criado na plataforma Limesurvey, e, em seguida, hospedado em um servidor na instituição dos autores, no qual pôde ser testado em pré-teste. O questionário foi composto por um total de 28 perguntas, sendo seis dessas sobre dados pessoais e 22 perguntas fechadas sobre OA, de múltipla escolha; algumas com opções de campo "outros" a serem preenchidos com mais detalhes, caso o respondente quisesse. Adotou-se o envio por e-mail, pela facilidade e rapidez que lhe é peculiar.

O número de questionários retornados foi excelente. Enviou-se 1.125 questionários, para bibliotecários de todas as universidades federais do Brasil, mais uma universidade estadual de cada estado, e foram obtidos 244 questionários respondidos na íntegra, totalizando 21,68%. A lista de e-mails foi construída manualmente, por meio de busca nos sites das bibliotecas, em que se localizou os e-mails dos bibliotecários, com exceção dos bibliotecários da Universidade de São Paulo, onde se obteve o apoio do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBiUSP), que enviou o referido questionário a todos os bibliotecários daquela universidade. Para efeito de análise dos dados, descartaram-se os questionários incompletos e também alguns completos que foram respondidos por técnicos ou auxiliares de documentação, considerando, portanto, 232 questionários completos para análise.

Os dados levantados foram submetidos a uma análise estatística simples, utilizando o *software* Vantage Point, e, em seguida, apresentados na forma de tabelas e gráficos confeccionados no *software* Microsoft Office Excel. Nos **resultados**, identificou-se que os profissionais bibliotecários das universidades públicas do Brasil entendem corretamente o conceito do OA como sendo o "acesso gratuito para usuários no mundo todo (com acesso à Internet) a artigos científicos publicados em revistas científicas de acesso aberto ou repositórios (arquivos) digitais, *online*".

Porem, 64% desses profissionais não possui o correto conhecimento sobre os direitos autorais sobre publicações em OA. São profissionais que concordam plenamente (78%) que o OA pode falhar, se não houver um envolvimento das bibliotecas universitárias. Noventa e quatro por cento (94%) entendem que os princípios do OA se relacionam com as propostas das bibliotecas universitárias, contribuindo para que haja uma mudança no panorama de informação. Noventa e seis por cento (96%) concordam que têm a responsabilidade de ser o "fio condutor" no processo de conscientizar seus usuários sobre o movimento de publicação em OA, sobre os direitos autorais em suas publicações científicas, incentivando que seus usuários depositem versões de sua produção científica e material de pesquisa (banco de dados, apresentações multimídias, relatórios de pesquisa) em repositórios de OA de suas instituições.

A visão desses profissionais sobre o papel da biblioteca, ou centro de informação diante do movimento de publicação em OA, é que essas instituições devem exercer papel de *incentivadoras* de políticas de promoção ao OA nos órgãos administrativos das universidades, criando cargos para profissionais de OA trabalharem com projetos diretamente nessa área. Para isso, 84% concordam que se deve realocar recursos existentes para projetos de desenvolvimento de repositórios de acesso aberto. Noventa e um por cento (91%) dos profissionais concordam que as bibliotecas ou centros de informação são os órgãos mais competentes e adequados dentro da universidade para trabalhar com repositórios digitais de OA. Em relação ao envolvimento teórico dos profissionais bibliotecários das universidades públicas federais e estaduais do Brasil, na busca pelo conhecimento sobre o movimento de publicações em acesso aberto, verificou-se que esses profissionais ainda não estão embasados cientificamente sobre o assunto.

O índice de leitura sobre o tema, seja em *websites*, *blogs*, listas de discussão ou em revistas científicas, revistas, jornais ou livros ainda é muito pequeno, cerca de 25%. E apenas 13% sempre participam de discussões sobre OA com outros bibliotecários de bibliotecas universitárias, seja do próprio campus ou de fora dele. Em relação à formação, 81% não tiveram disciplinas na graduação com conteúdo que tratasse de repositórios de OA, e 74% afirmam não ser relevante que isso ocorra para eles estarem ou não preparados em lidar com o movimento de publicação em OA. Considerando sua formação como um todo, 97% foram preparados de alguma maneira para lidar com o tema.

E, para finalizar, o perfil desses profissionais é de pessoas predominantemente do sexo feminino (80%), com 57% de idade entre 30-49 anos, atuando como formações; a grande maioria cursou a graduação neste século (entre 2000 e 2012), e 65% possuem curso de especialização/MBA, concentrados nas áreas de Gestão Pública e Biblioteconomia. Desses, 23% concluíram o mestrado, afirmando, assim, que essa geração de bibliotecários tem buscado constante atualização profissional. Oitenta por cento (80%) deles trabalham em instituições que possuem repositórios digitais, porém, poucos trabalham diretamente com atividades ligadas a esse tema. Para **concluir**, entende-se que, no geral, os resultados demonstram que os bibliotecários das bibliotecas universitárias públicas federais e estaduais do Brasil aceitam os preceitos e princípios do OA, percebem que possuem um papel crucial em sua promoção e sentem-se capacitados para lidar com os desafios que isso traz, visto estarem procurando constante atualização/capacitação profissional.

OS CRITÉRIOS PARA CADASTRAMENTO NO OPENDOAR E OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS LUSO-BRASILEIROS

Maria Fernanda Mascarenhas Melis

Resumo

Introdução

Repositório institucional (RI) é uma ferramenta para tratamento, armazenamento, disseminação e preservação de documentos acadêmico-científicos e lida, exclusivamente, com a produção intelectual de uma instituição, em ambiente digital e interoperável. Diferente de outros sistemas para gestão bibliográfica, os RIs não se prestam à aquisição e ao armazenamento de documentos externos, nem daqueles documentos que não tenham cunho científico.

Após a criação e a implantação de um repositório, faz-se importante seu cadastramento em diretórios internacionais, pois estes potencializam a disseminação e a visibilidade dos conteúdos armazenados. Dentre os diretórios destinados a organizar iniciativas de acesso aberto, encontra-se o OpenDOAR, desenvolvido pela Universidade de Nottingham, no Reino Unido. Nele há os seguintes filtros de pesquisa: área do conhecimento, *software* utilizado, país, tipo de conteúdo, língua e tipo de repositório (agregador, disciplinar, governamental, institucional).

É possível também acessar estatísticas acerca do estado de funcionamento dos repositórios, das políticas de conteúdo adotadas, do crescimento da base de dados do diretório, entre outras. Após o cadastramento do repositório no OpenDOAR, uma equipe do diretório verifica as informações registradas. Uma vez cumpridos os critérios estabelecidos, o cadastro é adicionado ao diretório; caso contrário, o registro é removido. Em 2012, o número de repositórios cadastrados no diretório diminuiu, devido a uma limpeza no banco de dados que tinha como objetivo, segundo informações do *site*, controlar a qualidade dos dados cadastrados. Hoje, após a limpeza, o OpenDOAR conta com 2.272¹ repositórios cadastrados.

Objetivos

O presente estudo analisou o emprego dos critérios de qualidade adotados pelo diretório OpenDOAR em relação aos repositórios institucionais luso-brasileiros.

Metodologia

Inicialmente, foram feitas pesquisas no OpenDOAR a fim de descobrir informações acerca dos critérios adotados para o cadastramento de repositórios. Os critérios utilizados para a recusa de um cadastro são: *site* repetidamente inacessível; não ser um repositório, e sim um portal de periódicos; não conter documentos de acesso aberto; conter apenas as referências do documento ou remeter a *links* externos; ser um catálogo de biblioteca; requerer *login* para acesso ao documento.

Também foram feitos contatos, por e-mail, com a equipe do OpenDOAR, visando tentar descobrir informações adicionais sobre os critérios utilizados para a exclusão de cadastros e sobre limpeza da base de dados ocorrida em 2012.

Descobertos os critérios, fez-se uma pesquisa no diretório, com refinamento por país e tipo de repositório, para se chegar ao universo da análise. Foram filtrados 91 repositórios luso-brasileiros, classificados como institucionais no diretório. Desses, 38 são portugueses e 53 brasileiros. Para esta pesquisa não foi questionado se o emprego da tipologia utilizada para classificação dos repositórios estava correta ou se concordava com a literatura especializada da área.

Após definida a amostra, cada um dos 91 RIs luso-brasileiros foi visitado e analisado, a fim de comprovar-se que cumpriam os critérios adotados pelo OpenDOAR. A análise se

realizou tomando por base o período de três meses, compreendidos entre os dias 25 de janeiro a 25 de abril de 2013.

Resultados e discussão

Após a análise dos 91 RIs da amostra, os principais resultados encontrados foram:

a) Total de 6 cadastros, sendo 3 portugueses e 3 brasileiros, ainda que tenham *links* repetidamente inacessíveis, continuam fazendo parte do diretório. Sustentam essa afirmação as visitas feitas, em dias alternados, durante o período da pesquisa, aos *links* informados no cadastro. É possível que o repositório não esteja fora do ar, mas sim que os *links* cadastrados tenham mudado;

b) a respeito da limpeza da base, um cadastro só é excluído da base de dados após a equipe do OpenDOAR efetuar um conjunto de verificações, tais como: reiteradas tentativas de acesso à URL do repositório (o OpenDOAR não especifica quantas tentativas de visita resultarão na exclusão do repositório); eliminação de portas que estiverem compondo a URL, quando for o caso, chegando até mesmo a realizarem tentativas de localizar, na Internet, o repositório em questão;

c) os critérios empregados pelo OpenDOAR não se referem à qualidade intrínseca do repositório, trata-se de critérios de cunho operacional;

d) ao menos 3 cadastros possuem coleções que contêm apenas referências dos documentos e/ou remetem para *links* externos, não possuindo o arquivo do documento;

e) mesmo com o emprego de critérios, há um cadastro brasileiro duplicado, o que pode ter ocorrido após a limpeza;

f) a equipe do diretório não sabe informar quais registros foram excluídos durante a limpeza da base de dados em 2012.

Conclusão

Por ser o OpenDOAR² uma ferramenta que aumenta a visibilidade das iniciativas de acesso aberto, sugere-se que o diretório adote os seguintes procedimentos: a) limpeza periódica da base de dados, informando aos gestores dos repositórios sobre sua ocorrência, para que esses mantenham seus cadastros atualizados sob pena de exclusão; b) um maior refinamento e informações dos critérios adotados para o cadastramento de repositórios; e c) manutenção de um controle dos itens excluídos. Um cadastro eficiente das iniciativas de acesso aberto permite monitorar o crescimento do movimento de acesso aberto no mundo.

Notas

1) Dados coletados até o fechamento deste resumo.

2) OpenDoar. Disponível em: <<http://www.opendoar.org/index.html>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

PANORAMA ATUAL DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Tiago Rodrigo Marçal Murakami, Sibele Fausto

Resumo

Introdução

Os repositórios digitais estão entre as alternativas oriundas da rápida evolução da comunicação científica no ambiente virtual, sob os auspícios de movimentos para o acesso aberto, visando promover modelos eficientes de armazenamento, disseminação, visibilidade e acesso aos conteúdos científicos. A natureza de tais repositórios pode ser temática ou institucional, e disseminaram-se com o surgimento e disponibilização de *softwares* livres como o E-prints (da Southampton University, Inglaterra), o Greenstone (desenvolvido na Waikato University, Nova Zelândia, e distribuído em cooperação com a Unesco) ou o DSpace (do Massachusetts Institute of Technology – MIT).

Hoje se verifica a existência ampliada de repositórios mundialmente, em especial em países que buscam promover a visibilidade de sua produção científica. Tal cenário estimula estudos diversificados sobre os repositórios, com os quais esse trabalho visa contribuir.

Objetivo

Este estudo teve como objetivo um levantamento dos Repositórios Institucionais (RIs) de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, com o intuito de analisar quantitativa e qualitativamente o panorama nacional atual.

Metodologia

Sendo uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa, descritiva e exploratória, os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados considerou como fontes os diretórios Registry of Open Access Repositories – ROAR (<<http://roar.eprints.org/>>), The Directory of Open Access Repositories – OpenDOAR (<<http://www.opendoar.org/>>) e Diretório Luso-Brasileiro de Periódicos e Repositórios de Acesso Livre (<<http://diretorio.rcaap.pt/>>).

Para o preparo e a categorização dos dados, utilizou-se a Ferramenta Google Fusion Tables, que permite a elaboração de tabelas para a representação de todos os repositórios institucionais pesquisados e suas principais características: Instituição mantenedora, Natureza da instituição, Local, Região geográfica, *Software* adotado e sua versão, adoção do padrão Dublin Core e Quantidade de trabalhos disponibilizados na data do estudo. As tabelas geraram um volume diversificado de informações sobre os repositórios institucionais de IES no Brasil, que, reunidas e organizadas, são apresentadas em formatos que permitem a visualização facilitada dos resultados.

Resultados e discussão

Foi possível identificarmos 41 repositórios institucionais de IES que, em 15 de abril de 2013, disponibilizavam 360.738 itens. Elaboramos um gráfico demonstrando a distribuição do volume de itens por repositório; um gráfico demonstrando a distribuição por Instituição mantenedora (uma vez que uma instituição pode manter mais de um repositório); um gráfico representando o volume de itens por Natureza institucional e um gráfico representando o volume de itens por Região geográfica. Em relação ao *Software* adotado, o DSpace é o *software* predominante, com 80,5% das instalações (33 instalações). Em seguida vem o TEDE, com 7,3% (3 instalações), Nou-Rau com 4,9% (2 instalações) e Drupal, Maxwell e a BDTD-USP, com 2,4% (1 instalação cada). Não é possível determinar a maioria das versões de *softwares* usados, uma vez que essa não é uma informação fornecida de forma clara pelos repositórios estudados.

Geramos uma tabela referente às informações que puderam ser levantadas e a versão mais utilizada é a 1.6.2 do DSpace. Em relação à natureza da instituição, 68,3 % dos repositórios são federais (28 repositórios), 14,6% são estaduais (6 repositórios), 14,6% são particulares (6 repositórios) e 2,4% são municipais (1 repositório). Porém, em relação à quantidade de itens por Natureza da instituição, 48,1% estão em repositórios federais (173.380), 44,4% em repositórios estaduais (160.061) e 7,5% em repositórios particulares (27.116). Não representa percentagem no gráfico, mas o repositório municipal possui 181 itens. Quanto à Distribuição geográfica, 56,6% dos trabalhos foram disponibilizados em repositórios na região Sudeste (204.020); 31,8% na região Sul (114.566); 5,5% na região Centro-Oeste (19.892); 5,5% na região Nordeste (19.713); e 0,7 % na região Norte (2547).

Em relação ao uso do padrão Dublin Core, que é um pré-requisito para a interoperabilidade entre esses sistemas, todos os repositórios que utilizam DSpace usam o Dublin Core, mas não foi possível identificar se os outros utilizam, a não ser no caso da BDTD-USP, a qual utiliza uma exportação em uma tabela HTML, cujo conteúdo está em Dublin Core.

Considerações finais

A variedade de dados levantados permitiu a organização de um *Catálogo de repositórios institucionais de instituições de ensino superior no Brasil* e um *Mapa navegável dos repositórios institucionais de instituições de ensino superior no Brasil*, representando sua distribuição geográfica, que serão, posteriormente, compartilhados via Google Drive com qualquer interessado. Este estudo permitiu caracterizar o cenário de Repositórios Institucionais de Instituições de Ensino Superior no Brasil, mostrando que a rápida proliferação dos RIs é positiva, importante e deve ser acompanhada. A coleta de dados será mantida e atualizada constantemente com a inclusão dos repositórios que vierem a ser lançados e com a atualização de suas quantidades de trabalhos de maneira regular, pretendendo ser uma fonte útil e livre sobre o cenário de Repositórios Institucionais de Instituições de Ensino Superior no Brasil.

PUBLICAÇÕES EM ACESSO ABERTO NA ÁREA DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS: O QUE PENSAM OS PESQUISADORES?

Jean Carlos Ferreira dos Santos, Marko Synésio Alves Monteiro

Resumo

Esta pesquisa tem interesse particular na compreensão de como as práticas de publicação dos pesquisadores vêm sendo possivelmente influenciadas pelo paradigma emergente da disseminação e do acesso livre à informação científica, trazido pelo desenvolvimento da Internet e pelas iniciativas ligadas ao movimento *open access*. Estabeleceu-se um recorte na área de Ciências Agrárias, objetivando analisar a compreensão de um grupo de pesquisadores dessa área acerca das publicações em acesso aberto, em especial sobre os periódicos, e as implicações desses meios de comunicação científica em suas práticas de publicação.

A metodologia empregada para a construção desta pesquisa envolveu, inicialmente, uma análise bibliográfica visando à compreensão da proposta do movimento *open access* e com fins a caracterizar o acesso aberto no Brasil. Em seguida, foram feitas entrevistas abertas com pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa ligados às Ciências Agrárias. A aplicação da entrevista aberta como recurso de pesquisa possui finalidade exploratória, servindo para obtenção de informações mais detalhadas sobre um tema específico e formulações mais precisas, segundo a visão dos entrevistados.

Desse modo, a partir das entrevistas realizadas, buscou-se perceber o conhecimento dos pesquisadores sobre as propostas do movimento pelo *open access*, assim como suas opiniões a respeito de iniciativas no campo das publicações abertas, como o portal de periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO). Adicionalmente, procurou-se compreender a relevância do acesso aberto nas práticas de publicação desses pesquisadores e como eles orientam suas escolhas de publicação para divulgar suas pesquisas.

Conforme a tabela de classificação de áreas do conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), as Ciências Agrárias se constituem como uma área heterogênea, que engloba a agronomia, engenharia agrícola, engenharia florestal, estudos sobre extensão rural, entre outros. A produção científica brasileira nas Ciências Agrárias é intensa, possuindo grande visibilidade tanto localmente quanto em nível internacional.

De acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2009, o Brasil foi responsável por 68% dos artigos latino-americanos indexados na Web of Science e por 9,89% da produção científica mundial na área (bem acima da participação brasileira na produção científica como um todo, que gira em torno de 2%). Em relação à produção científica interna, entre 2007 e 2010, as Ciências Agrárias foram responsáveis por 20% dos artigos completos publicados em periódicos especializados, e grande parte desses periódicos está em acesso aberto.

Preliminarmente, tem-se observado, a partir dos dados obtidos até o momento, que muitos dos pesquisadores entrevistados não conhecem o debate sobre acesso aberto. Contudo, eles reconhecem a importância dos meios de publicações existentes para sua área de pesquisa. Percebe-se que a questão do livre acesso aos artigos científicos não é algo que influencia as escolhas dos periódicos para a publicação dos resultados de pesquisa. Os pesquisadores têm se orientado para publicar em periódicos tradicionais e bem classificados no sistema de avaliação Qualis da área em que atuam, destacando a importância desses critérios para fins de avaliação acadêmica em suas instituições de pesquisa e pelas agências de fomento, e para obtenção de visibilidade e reconhecimento entre os pares.

Ressalta-se que o presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento; desse modo, os resultados apresentados aqui ainda são parciais. Espera-se

que, ao final, este estudo possa contribuir para a compreensão da questão e subsidiar o debate e estudos relacionados ao acesso aberto no Brasil, principalmente no que tange à percepção dos cientistas sobre o tema.

REVISTAS EM ACESSO LIVRE DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO: CRIAR VALOR PARA A COMUNIDADE

Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco, Diana Silva

Resumo

A implementação de uma plataforma integrada para disponibilização de publicações científicas e académicas produzidas na Universidade de Aveiro (UA) surge da necessidade de reunir num único ponto a informação produzida pelos departamentos e unidades de investigação da UA, bem como responder à necessidade que foi sendo demonstrada pelos editores das publicações em realizar mudanças à forma de publicação, à passagem para ambiente *web* das mesmas e a promoção dos conteúdos publicados.

Num esforço integrado com os departamentos, as comunidades de investigação e as unidades de apoio, as bibliotecas da UA avançaram em 2009 com a criação da plataforma Revistas em Acesso Livre da Universidade de Aveiro (<http://revistas.ua.pt>), baseada no *software* Open Source OJS – Open Journal Systems.

A implementação da plataforma Revistas em Acesso Livre da UA e a seleção do *software* OJS possibilitou dar respostas a diversas questões, nomeadamente: a disponibilização de informação na *web* de forma integrada e dinâmica; a criação de *workflows* para o processo editorial das revistas; mecanismos que possibilitem a divulgação e o aumento da visibilidade das publicações, bem como responder às questões ligadas à preservação digital dos conteúdos.

A presente comunicação tem como finalidade partilhar a metodologia aplicada pelas bibliotecas da UA na implementação da plataforma Revistas em Acesso Livre da UA, na definição de uma estratégia de proximidade com as equipas de edição e publicação e na aposta da criação de conteúdos de apoio para a promoção da informação e para a indexação das publicações em sistemas externos.

Durante o processo de implementação da plataforma de alojamento de revistas e do acompanhamento feito aos editores das mesmas, verificou-se que as publicações a integrar apresentavam características diferentes e a estratégia prevista pelas bibliotecas da UA foi sendo adaptada às especificidades das publicações.

Foram identificadas revistas apenas publicadas em formato papel (versão impressa) que pretendiam em alguns casos eliminar a versão impressa, a partir do momento em que a revista fosse publicada em ambiente digital e outras em que existe o interesse em manter ambas as versões. Em ambiente digital foram identificadas revistas que eram publicadas através de um *site web* estático, sem qualquer tipo de descrição bibliográfica ou funcionalidades de interoperabilidade, que permitissem a integração com os motores de pesquisa na *web*, etc. e que pretendiam avançar para a publicação via OJS. Para além destes, houve ainda casos em que as revistas nasceram com a integração na plataforma Revistas em Acesso Livre da UA (OJS).

Nesse cenário pouco homogéneo, as bibliotecas da UA têm tido um papel de mediação no processo de publicação, baseada na proximidade com os editores e na oferta de um serviço de formação e *helpdesk*.

De forma a tornar mais flexível o processo de passagem para o meio digital e a gestão do fluxo de edição foram criados pacotes que se ajustam às particularidades das revistas alojadas. A oferta de serviços personalizados foca-se no modelo de criação e gestão da revista que pode numa primeira fase passar por uma dependência de tarefas, concentrada numa única pessoa ou na equipa da biblioteca da UA ou na adaptação imediata ao fluxo editorial do sistema de alojamento.

A maioria das revistas alojadas não assumiram de imediato o controlo no fluxo de edição da plataforma, adaptando o processo de edição já praticado na publicação da versão impressa. Esta opção está relacionada com fatores como a falta de tempo dos editores e

responsáveis para a adaptação ao sistema de publicação e a gestão *online* da revista e dificuldades na percepção do processo de auto-submissão e configuração da revista na plataforma.

Neste contexto as bibliotecas da UA ficaram, em alguns dos casos, responsáveis pela criação e configuração da revista na plataforma, carregamento dos números correntes e retrospectivos das publicações (para alguns casos houve mesmo a necessidade de digitalização dos originais), controlo de qualidade e uniformização dos metadados.

Os conteúdos foram disponibilizados em acesso aberto, sendo que o incentivo ao mesmo não foi considerado um aspeto crítico. O acesso livre à informação foi até ao momento uma decisão natural por parte dos editores e responsáveis pelas revistas. Em casos excecionais foi considerado o embargo, sendo os números retrospectivos inseridos na plataforma depois de ultrapassado o período definido para restrição de acesso.

A estratégia adotada pelas bibliotecas da UA passa também pela formação e incentivo à autonomização dos processos para editores e responsáveis das revistas, bem como pela criação de conteúdos de apoio sobre a indexação de revistas em bases de dados e/ou diretórios externos (Google Scholar, DOAJ – Directory of Open Access Journals, OAIster, etc.).

Pretende-se, através do serviço de *helpdesk* e formação, apoiar os editores na parametrização das revistas na plataforma, na comunicação com os agentes envolvidos no processo de submissão e revisão da publicação, na construção de mecanismos de divulgação e relançamento da revista em ambiente digital, aumentando, assim, o impacto da produção e a visibilidade alcançada.

UPBOX E DATANOTES: FERRAMENTAS COLABORATIVAS PARA DADOS DE INVESTIGAÇÃO EM DOMÍNIOS DIVERSOS

Cristina Ribeiro

Resumo

Os fluxos de gestão de dados científicos são em geral processos *a posteriori*, em que a iniciativa de preservar os dados é tomada após a finalização do processo de investigação. Esta abordagem, que é natural para as publicações, não é apropriada para a natureza dinâmica dos dados. A interpretação dos dados depende muito do seu contexto de produção e por isso a gestão dos dados deve fazer-se desde o início e ser integrada no fluxo das tarefas de investigação. As plataformas de repositórios existentes, desenhadas para o caso das publicações, não fornecem as funcionalidades necessárias para este efeito. Na sequência de experiências com dados de diversas áreas, propomos um ambiente colaborativo para a gestão de dados de investigação que pode apoiar um grupo de investigação pequeno a armazenar e a descrever os seus dados, tendo em vista o depósito num repositório. O processo de gestão de dados é suportado por dois componentes *open-source* integrados: o UPBox como armazenamento privado na nuvem e o DataNotes como sistema de anotação colaborativo. Uma avaliação preliminar com utilizadores mostrou que as funcionalidades desta solução respondem às necessidades principais de um grupo de investigação.

USO DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS NAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA EM MOÇAMBIQUE

Ranito Zambo Waete, Maria Aparecida Moura, Manuel Valente Mangué

Resumo

O estudo realizado tomou como referência a centralidade e as repercussões dos Portais de Periódicos Eletrônicos disponíveis em Moçambique para a pesquisa científica. Para tanto, foram analisados os graus de aceitação e utilização dos Portais de Periódicos do Inasp, Hinari, Agora e Capes por professores e pesquisadores de Instituições do Ensino Superior e de Pesquisa (Iesp) em Moçambique. A metodologia contou com a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas. Também se serviu da pesquisa documental, para tanto, utilizou-se dos documentos oficiais e técnicos coletados junto dos órgãos do governo de Moçambique, voltados para políticas públicas de informação, ciência e tecnologia. O universo da pesquisa foi composto por professores, pesquisadores e bibliotecários de Iesp. A amostra do estudo caracterizou-se por ser não probabilística por conveniência, e foi composta por professores e pesquisadores oriundos de 20 Iesp em Moçambique que estão registrados para o acesso aos Portais de Periódicos.

Os resultados obtidos permitiram concluir que tanto os professores quanto pesquisadores utilizam de forma rotineira os Portais de Periódicos Eletrônicos em suas atividades de ensino e pesquisa. Os mesmos resultados indicaram que a minoria dos professores e pesquisadores, apesar da experiência acadêmica e científica e tempo de exercício da profissão, desconhecem a existência dos periódicos eletrônicos e dos Portais de Periódicos. Quanto ao grau de satisfação em relação ao uso dos Portais, os mesmos estão satisfeitos, apesar de apontarem a barreira linguística como um grande entrave para o acesso e utilização dos periódicos eletrônicos disponíveis nos portais. Os resultados do estudo apontaram para a necessidade de ampliação da divulgação dos Portais de Periódicos e a realização de cursos de treinamento para alunos, professores e pesquisadores.

RESUMOS DOS PÔSTERES

ACESSIBILIDADE EM REPOSITÓRIOS DE OBJETOS EDUCACIONAIS

Marcos Roberto Pereira Silva, José Eduardo Santarem Segundo

Resumo

A nova dinâmica social, criada a partir da difusão e do fortalecimento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), aliadas ao potencial da Internet, faz com que as pessoas se conectem em grandes redes ao redor de todo o mundo, buscando, de forma incessante, novas informações e conhecimento. Nesse contexto, a Educação a Distância (Ead) cresce e ganha cada vez mais espaço como modalidade de ensino, pois dinamiza e facilita o acesso à informação e ao conhecimento, uma vez que, pelo próprio computador, os sujeitos podem se conectar e aprender coletivamente. Atualmente, a principal ferramenta da EaD, no processo de transmissão da informação, do conhecimento e no processo de ensino e aprendizagem são os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Utilizando essa ferramenta, os provedores e gestores dos cursos comunicam-se com seus alunos.

O ambiente mais utilizado no Brasil e no mundo atualmente é o MOODLE, que, em síntese, funciona como um repositório de material educacional no qual os participantes, além de acessar os materiais disponibilizados dentro dos cursos, podem interagir entre si de maneira síncrona e assíncrona.

As atividades assíncronas são representadas por ações que acontecem individualmente, quando o usuário acessa o repositório de conteúdo educacional, e as atividades síncronas são representadas por processos que envolvem grupos de usuários, entre alunos e professores, atuando em conjunto no ambiente digital. A utilização dessa ferramenta, para um indivíduo normal que tenha conhecimentos básicos no uso do computador, pode parecer uma tarefa trivial; no entanto, para uma pessoa com deficiência visual essa tarefa não é das mais simples, pois ela depende de um *software* específico que faça a leitura de todo o conteúdo disposto na página, possibilitando, assim, que ela compreenda o conteúdo disponível e consiga navegar na plataforma. Para que esse processo ocorra, a página em questão deve estar preparada para a utilização desse *software* que possibilita o uso por parte do deficiente visual.

No que tange aos repositórios educacionais, infelizmente, a maioria não se encontra adequada para receber os deficientes visuais, ou seja, os *softwares* leitores de tela utilizados para esses fins não funcionam nesses ambientes. Quando um repositório educacional está preparado para receber, além dos usuários comuns, os deficientes visuais, diz-se que ele possui acessibilidade. Existem diversos protocolos, iniciativas nacionais e internacionais que desenvolvem diretrizes para garantia de acessibilidade na Internet. A partir do exposto, este trabalho tem como principal objetivo levantar e analisar as normas e protocolos para garantia de acessibilidade na Internet e propor seu uso na implementação de repositórios educacionais, a fim de criar um ambiente acessível amigável para os deficientes visuais.

A metodologia utilizada para a construção do trabalho perpassa por uma revisão de literatura sobre os conceitos básicos de sociedade da informação, sociedade da aprendizagem, educação a distância e ambientes virtuais de aprendizagem, realização de uma pesquisa em universidades brasileiras sobre o uso de AVA, análise dos protocolos desenvolvidos pelo World Wide Web Consortium (W3C) para garantia de acessibilidade na Internet e, por fim, uma explanação sobre Digital Accessible Information System (DAISY), que é uma iniciativa importante para a criação de livros digitais falados, que podem ser usados pelos deficientes visuais.

Ao final do percurso da pesquisa, os resultados revelaram que, atualmente, são inúmeras as possibilidades de iniciativas, ferramentas e modelos que podem ser usados para criação de repositórios educacionais acessíveis na Internet. No entanto, poucas são as iniciativas desenvolvidas nesse sentido.

Portanto, conclui-se que é evidente a necessidade do desenvolvimento de pesquisas, projetos, criação de parcerias entre empresas e universidades e mais investimentos nessa área, para fomentar o desenvolvimento de uma cultura que favoreça a criação de projetos os quais visem garantir acessibilidade nos ambientes virtuais de aprendizagem, para os portadores de deficiência visual. Dessa maneira, a Ciência da Informação, como Ciência Social Aplicada, pode interferir, cumprindo, de fato, seu papel, deixando o conhecimento acessível para todas as pessoas, independente de sua condição.

ACESSO ABERTO: A INFORMAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS AUTORAIS

Rosilene Paiva Marinho de Sousa, Ílina Cordeiro de Macedo Pontes, Sthefanie Cordeiro de Araújo Formiga, Guilherme Ataíde Dias

Resumo

A partir de pesquisas bibliográficas, o presente trabalho pretende confirmar a eficiência da difusão da informação a partir dos repositórios digitais. Além disso, busca comprovar a possibilidade de sua existência harmoniosa com o instituto dos direitos autorais. O rápido avanço das tecnologias alimenta a constante necessidade de adquirir-se informação. A própria Constituição brasileira garante em vários de seus dispositivos, principalmente em seu art. 5º, o direito de informar-se e de ser informado. Nessa seara, diversos países têm impulsionado e exigido a criação de mecanismos capazes de agregar, preservar e disseminar a informação relacionada ao conhecimento científico, os chamados repositórios eletrônicos institucionais.

O acesso aberto, sendo uma maneira de quebrar qualquer barreira informacional existente, contribui para que a sociedade construa cada vez mais novos conhecimentos científicos e promova, assim, uma ampla inclusão social. Convém afirmar que o que passa a ser apropriado pela sociedade não repercute em uma ferida para o direito do autor. O usufruto do material não faz sucumbir à autoria nem desagrega valor à obra. O poder sobre a obra permanece intacto, quando não modificado ou indevidamente explorado pela sociedade. Então, há possibilidade da convivência harmoniosa entre o direito individual, de propriedade do autor, e o direito coletivo, à informação, da sociedade em geral.

**ACESSO ABERTO E O AUTOARQUIVAMENTO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA:
DISCUSSÕES NO ÂMBITO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS POSSÍVEIS
CONTRIBUIÇÕES ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE SUAS PRODUÇÕES NOS
REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS**

*Juliana Rabelo do Carmo, Douglas Anselmo de Oliveira, Hagllaupy de Barros Ribeiro,
Gleibson José da Silva*

Resumo

A informação científica expressa o conhecimento e age como parceira da ciência na era do conhecimento. O pesquisador, para transferir suas descobertas à comunidade à qual pertence – como forma de obter o reconhecimento das instituições, academias, sociedades científicas, etc. (LE COADIC, 1996), busca soluções econômicas, efetivas e ágeis que garantam o processo de comunicação científica. Esta pesquisa que tem como objetivo maior compreender os Repositórios Institucionais, em seus diversos aspectos, com vistas à análise de sua aplicação, visando integrar a participação dos Programas de Iniciação Científica com suas produções científicas disponíveis nos Repositórios Institucionais (RIs) de Instituições de Ensino Superior (IES), utiliza, como metodologias para realização do estudo, as pesquisas bibliográfica e descritiva.

Os RIs surgiram como uma alternativa para solucionar a crise que os periódicos enfrentavam na década de 1990, em que as produções intelectuais eram produzidas com dinheiro público e com esse mesmo dinheiro as instituições pagavam a assinatura dessas revistas (GUEDES, 2010). Nessa perspectiva, os RIs começaram a ser idealizados para armazenamento e divulgação da produção científica de cada IES, pelo emprego da política do acesso aberto.

Lynch (2003) conceitua repositório institucional como conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade, para a gestão e disseminação de material digital criado pela universidade e membros de sua comunidade. No panorama nacional de comunicação científica, dados elucidam termos quantitativos que registram a totalidade de 2.032 periódicos científicos, sendo 1.137 impressos e 895 *online* (AMARAL; SHINTAKU, 2012). O objeto de pesquisa proposto são os Programas de Iniciação Científica nas IES brasileiras. Acredita-se que a publicação dos resultados das pesquisas desenvolvidas pelo Programa contribuirão para maior visibilidade da produção e divulgação científica das instituições de origem e seus pesquisadores, por meio da inserção de suas pesquisas nos RIs das respectivas IES, que se caracterizam como ferramentas para a propagação do acesso livre.

A partir da pesquisa realizada, podemos considerar que, apesar da ligação dos repositórios institucionais com as IES no Brasil, ainda não existem iniciativas de parcerias para divulgação científica dos Programas de Iniciação Científica com os RIs. Portanto, considera-se como ponto-chave para a questão da maior abrangência dos RIs brasileiros a criação de Políticas Institucionais de Informação (PIRES; MIRANDA, 2012), para conscientização do impacto de suas ações no desenvolvimento da ciência.

ADOTAR UM MODELO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL PARA A DIFUSÃO DE REVISTAS EM ACESSO LIVRE: O OPENEDITION FREEMIUM

Pellen Marie, Anne-Solweig Gremillet

Resumo

O OpenEdition é desenvolvido pelo “Centro para a edição eletrônica aberta” (Cléo), uma iniciativa pública sem fins lucrativos, que promove as edições acadêmicas em acesso livre. Ele disponibiliza, para a comunidade científica, quatro plataformas de publicação e de informação em ciências sociais e humanas, de âmbito internacional: OpenEdition Books, Revues.org, Calenda e Hypotheses. Além disso, o OpenEdition desenvolve o projeto LusOpenEdition para os conteúdos em língua portuguesa e/ou relativa ao espaço lusófono com o CRIA (Lisboa) e a Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa).

Modelos econômicos do acesso livre

Neste momento a publicação em acesso livre já não é um desafio, mas sim uma realidade. Dois modelos econômicos dominam o campo das publicações científicas em acesso livre. De um lado, trata-se dos subsídios (*green road*) e, por outro, do modelo autor-pagador (*gold road*).

Identificamos dois fatores desfavoráveis à divulgação das publicações de ciências sociais e humanas em acesso livre: trata-se, por um lado, da fragilidade dos modelos econômicos atualmente praticados para esse modo de difusão, e, por outro, da dificuldade para as bibliotecas universitárias assegurarem seu papel tradicional de mediação documental para os conteúdos em acesso livre. O OpenEdition Freemium tem como remover, de maneira pragmática e também política, os dois entraves ao alargamento do acesso livre identificados anteriormente.

É vital que as bibliotecas conquistem seu lugar na construção de um modelo econômico perene para as publicações em acesso livre. Elas representam, de fato, o espaço no qual a utilização das publicações científicas se desenvolve naturalmente. Essa convergência entre bibliotecas e publicações em acesso livre revela-se de interesse público.

As realidades econômicas da publicação eletrônica aberta

Pensamos que as bibliotecas esperam por uma alternativa aos modelos tradicionais baseados no acesso restrito. Para responder a essa expectativa, lançamos o OpenEdition Freemium. O objetivo consiste em comercializar os serviços e produtos derivados com base em um livro em acesso livre, construindo uma relação de parceria com as principais bibliotecas de pesquisa. Dessa forma, os livros divulgados em acesso livre no formato HTML (legíveis em navegador *web*) podem ser baixados em formatos destacáveis (PDF, ePub, Mobi), exclusivamente pelos utilizadores das bibliotecas assinantes.

Receitas

O volume de negócios gerado pelo programa OpenEdition Freemium é distribuído da seguinte forma: 34% das receitas são conservadas pelo Cléo para financiar o funcionamento das plataformas e o desenvolvimento de novas ferramentas; 66% são distribuídos aos editores das revistas e das coleções de livros aderentes, membros do pacote OpenEdition Freemium. A totalidade das receitas gerada por este é, assim, reinvestida no desenvolvimento da edição eletrônica científica em acesso livre.

Neste momento são mais de 53 bibliotecas no mundo que decidiram subscrever ao pacote OpenEdition Freemium.

Explorar a hipótese do Freemium por meio do exemplo de várias revistas:

Confins A2 Webqualis

Confins é uma revista franco-brasileira sobre geografia, dedicada à publicação de artigos originais, em francês ou português, e traduções de artigos existentes desde 2007. Os artigos tratam, com numerosas ilustrações, de assuntos brasileiros, franceses ou outros, e prioridade é dada aos artigos comparativos e os artigos de brasileiros sobre a Europa.

A revista difunde, em ambas as direções, os avanços das pesquisas em geografia, em todas as suas linhas, com ênfase na geografia regional. Quanto às abordagens, nenhuma exclusiva, mas as exigências de uma revista científica são seguidas: avaliação dos artigos pelos pares, uma publicação regular três vezes ao ano.

Só em 17 números, a revista, na área da geografia, tornou-se importante para o diálogo entre França e Brasil. A divulgação se faz no portal OpenEdition desde 2007 e, com o modelo econômico Freemium, desde 2011. Aqui se encontram as estatísticas da revista.

Pode-se ver que as visitas são as mesmas antes e depois da escolha do modelo Freemium.

Por que escolhemos essa plataforma com esse modelo de Freemium, em uma plataforma multidisciplinária? Para ser visto por nossos colegas acadêmicos em geografia, para que a geografia possa também ser vista por outros especialistas nas interfaces, ou melhor, ser vista por todos, para os serviços profissionais dados na plataforma (estatísticas, valorização do conteúdo, implementação da revista nas bibliotecas importantes como revezamento de informações).

Para a revista *Confins*, o importante não é só propor conteúdos, tanto em português como em francês, mas ser conhecido pelos colegas e pelas bibliotecas na França, em Portugal, no Brasil, em Moçambique, em Angola. O Projeto Lusopenedition permite isso.

Com Lusopenedition e o modelo Freemium, *Confins* se permite ser verdadeiramente internacional e produzir textos científicos de qualidade, disponíveis em acesso aberto, inscrevendo o trabalho editorial em processo sustentável.

Neste trabalho, consideraremos também o interesse do Freemium e a presença em uma plataforma de revista temática em acesso livre para outras revistas dotadas de características próprias: a *Cybergeo* (A2 Webqualis), a *Lectures*, a *Nuevo mundo – Mundos nuevos* (B1 Webqualis) e os *Cadernos de estudos africanos*.

1. O portal OpenEdition, que promove o modelo Freemium, tem por objetivo responder às várias necessidades que permitem valorizar uma publicação.
2. Valorizar o funcionamento do *peer-reviewing* realizado pela equipe da revista (no âmbito dos artigos) e pelo conselho científico do OpenEdition (pela parte das revistas que entram na plataforma).
3. Internacionalizar as revistas: no âmbito das contribuições e no âmbito dos leitores.
4. Formar as equipes das revistas na edição eletrônica (regras e boas práticas) com formação livre em Marselha, Paris, Lisboa e São Paulo.

Para concluir

O modelo OpenEdition Freemium é um modelo novo. Os primeiros resultados mostram que pode ser uma hipótese interessante para se construir um modelo econômico perene com as bibliotecas, no que se refere às publicações em acesso livre.

O modelo Freemium ou Platinum é uma das hipóteses, não a única, e é importante explorar outros modelos e experimentar, até encontrar modelos que garantam a qualidade do trabalho editorial com uma difusão em acesso livre.

APOIANDO A CIÊNCIA ABERTA NA EUROPA

Pedro Príncipe, Eloy Rodrigues

Resumo

Este pôster apresenta o âmbito de intervenção do projeto OpenAIREplus – 2ª Geração da Infraestrutura de Acesso Aberto para a Investigação na Europa (www.openaire.eu), representando as principais características da rede de repositórios, dos recursos dessa infraestrutura de informação e dos serviços que disponibiliza.

O OpenAIREplus¹ é um projeto financiado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa Quadro, que decorre entre dezembro de 2011 e maio de 2014, e surge na continuidade do projeto OpenAIRE², amplificando a sua missão de implementação das políticas de acesso aberto da União Europeia e estendendo a rede de repositórios e serviços.

O OpenAIREplus reúne 41 parceiros institucionais de 32 países da Europa, onde o projeto marca presença com secretariados nacionais de acesso aberto. Complementarmente aos parceiros para desenvolvimento técnico, disseminação e rede de implantação nacional, o projeto trabalha com três comunidades científicas no domínio da gestão de dados científicos: EMBL-EBI (European Bioinformatics Institute) para as Ciências da Vida, DANS (Data Archiving and Networked Services) para as Ciências Sociais e BADC (The British Atmospheric Data Centre) para Clima e Ambiente. Em diferentes níveis e intervenção o projeto coopera ainda com várias organizações europeias nos domínios do *open access* e informação científica, tais como: EuroCRIS, EUDAT, DataCite, ORCID, COAR, LIBER, SPARC Europe.

O OpenAIREplus está a construir uma infraestrutura participativa para interligar publicações científicas, os conjuntos de dados associados e informação dos programas de financiamento. Essa infraestrutura assenta na rede iniciada com o OpenAIRE e encontra-se em expansão com a integração da rede de repositórios e base de publicações indexadas pela infraestrutura DRIVER, e com a recolha dos metadados de conjuntos de dados científicos provenientes de repositórios de dados previamente selecionados.

O pôster explicita o que é a infraestrutura OpenAIRE e quais os destinatários e beneficiários das aplicações e serviços gerados, identificando ainda as principais ações desenvolvidas e sua importância para o apoio ao espaço europeu de ciência aberta.

Notas

1) Disponível em: <<http://www.openaire.eu/en/about-openaire/openaireplusproject/fact-sheet>>.

2) Disponível em: <<http://www.openaire.eu/pt/about-openaire/openaire-project/fact-sheet>>.

A PROTEÇÃO AUTORAL NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DE ACESSO ABERTO

Adriana Carla Silva de Oliveira, Rosilene Paiva Marinho de Sousa, Guilherme Ataíde Dias

Resumo

O artigo tem por objetivo realizar uma breve análise sobre a proteção autoral no contexto das publicações científicas de acesso aberto e as modalidades contratuais que as envolvem. Como metodologia do trabalho adotou-se a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin e a pesquisa bibliográfica. Com a evolução tecnológica, a intensificação da Internet e as publicações de acesso aberto, verifica-se a existência de lacunas quanto à proteção da informação disseminada em meio eletrônico e o direito de publicar. Tema esse que tem sido discutido no cenário acadêmico e científico, em virtude da grande propagação de publicações veiculadas nas mídias digitais e das questões éticas que permeiam a temática. Nesse sentido, definem-se como uma problemática ao contexto, os aspectos protetivos relativos aos direitos do autor, no que tange aos mecanismos protetivos adotados.

Essa temática encontra suas bases legais no Brasil, regida pela Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, Lei de Direitos Autorais – LDA, que disciplina a proteção aos direitos de autor e os que lhe são conexos e a base teórica nos aspectos protetivos e nas modalidades contratuais de Cessão de Direitos e Licença, aplicadas, em especial, às publicações científicas de acesso aberto. Assim, a vulnerabilidade na apropriação da informação por terceiros, sem a devida credibilidade ao autor, é facilmente possível devido ao meio em que as publicações estão alicerçadas.

Outrossim, as modalidades contratuais de Cessão de Direitos e Licença Pública, adotadas atualmente para a disponibilidade e o uso das publicações eletrônicas, apresentam-se como alternativas para que essas sejam disponibilizadas e usadas, sem que haja a violação no direito do autor. Nesse contexto, a sociedade contemporânea passa por uma quebra no paradigma de pensar como essa publicação, de cunho acadêmico e científico, continuará a ser gerada, disseminada, usada e protegida no meio eletrônico. Trata-se de uma preocupação generalizada, tanto dos autores e de pesquisadores como de instituições de ensino superior que possuem o grande desafio de propagar e difundir as publicações de acesso aberto, bem como o de gerar mecanismos protetivos, a fim de evitar a violação dos direitos autorais.

Por fim, observa-se muita fragilidade nesses mecanismos de proteção, inclusive nos instrumentos usualmente adotados no âmbito nacional. A adoção desses instrumentos contratuais é utilizada nas instituições que adotam o uso do sistema eletrônico para as suas publicações científicas de acesso aberto. Contudo, observa-se que a legislação autoral vigente não abraça todo o esboço atual de proteção da informação digital, e os instrumentos contratuais adotados devem ser analisados, a fim de apropriarem-se de maior consistência quanto à proteção da obra, originalidade e transferência para o contexto digital.

Nesse sentido, tornou-se perceptível a existência de lacuna na legislação vigente, pois a lei de direitos autorais, quanto à proteção, abrange a obra nas formas literária, artística e científica; entretanto, quando se trata do conteúdo técnico e científico, deixa uma deficiência em sua aplicabilidade, em virtude da superficialidade na lei quanto às publicações veiculadas em qualquer meio, incluindo-se, nesse aspecto, as publicações científicas de acesso aberto.

ATUALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DIGITAL DE PRODUÇÃO INTELECTUAL DA USP: MELHORIAS & RESULTADOS

*Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, André Nito Assada, Célia Regina de Oliveira Rosa,
Erinalva da Conceição Batista, Jan Leduc de Lara, Laucivaldo Cardoso de Oliveira, Sibele
Fausto, Tiago Rodrigo Marçal Murakami*

Resumo

Introdução

Em outubro de 2012 foi oficialmente lançada a Biblioteca Digital da Produção Intelectual da Universidade de São Paulo (BDPI-USP), um repositório com a missão de ser o instrumento oficial incumbido de reunir a produção intelectual gerada na Universidade, para:

I – aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão dos resultados da atividade acadêmica e de pesquisa da USP por meio da coleta, organização e preservação em longo prazo;

II – facilitar a gestão e o acesso à informação sobre a produção intelectual da USP, por meio da oferta de indicadores confiáveis e validados;

III – integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados, conforme consta na Resolução nº 6.444, de 22 de outubro de 2012, que define a política de acesso aberto na Universidade¹. A BDPI foi lançada na plataforma DSpace, versão 1.7.2, implementada desde 2008 e na qual foram feitas muitas customizações, sendo, a principal, o Currículo USP, que consiste em reunir todas as obras de um pesquisador em uma página e mapear sua rede de colaboração. No começo de 2013, iniciaram-se estudos para verificar as vantagens e desvantagens da adoção da versão DSpace 3.1, lançada em 31 de janeiro de 2013.

Objetivos

Estabelecer comparações relacionadas às implementações de estrutura realizadas na plataforma DSpace da Biblioteca Digital da Produção Intelectual da USP, nas versões 1.7.2 e 3.1 referentes aos anos de 2008 e 2013, respectivamente, verificando benefícios em seu desempenho com os novos serviços e implementações integrados à nova versão do aplicativo.

Metodologia

Estudo de natureza descritiva, comparativa e documental, no qual as duas versões da Plataforma DSpace (1.7.2 e 3.1) são equiparadas para verificação dos benefícios em desempenho de uma versão para outra, com a adoção de novos serviços e implementações, *plug-ins* e integração com banco corporativo da Universidade.

Resultados

A comparação entre as duas versões do aplicativo apontou as seguintes melhorias: uso de ferramentas de desenvolvimento atualizadas (ANT, Maven e Java, Tomcat, Postgres, etc.), novas funcionalidades no formulário de submissões (controle de autoridade e tipos de campos), suporte nativo ao Google Analytics, melhoria na ferramenta de importação em lote, atualização de versão Solr (melhora na ferramenta de estatísticas nativa), nova interface OAI que permite a exportação em 12 padrões de metadados, autenticação para a autopublicação e melhoria no gerenciamento de coleções na ferramenta de embargo.

Conclusões

Este estudo comparativo mostrou a viabilidade do investimento na atualização da versão, pois possibilitou a implementação de uma série de melhorias no recurso, visando à abertura para a autopublicação e para a inclusão de novas tipologias para registro da produção intelectual na Universidade, com inserção das coleções de livros, capítulos de livros, teses e eventos, além dos registros já presentes de artigos de periódicos. As novas implantações tornam a BDPI mais eficaz em sua missão de ser um ambiente único e amigável para depósito integral da produção intelectual gerada na Universidade de São Paulo.

Notas

1) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Reitoria. *Resolução nº 6.444, de 22 de outubro de 2012*. Disponível em: <<http://www.usp.br/drh/novo/legislacao/doe2012/res-usp6444.html>>.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA "POLÍTICA MANDATÓRIA" NO REPOSITÓRIO – ESTUDO DE CASO

Maria Eduarda Pereira Rodrigues, António Moitinho Rodrigues

Resumo

Os repositórios institucionais devem ser entendidos como um dos instrumentos mais adequados à difusão, partilha, recuperação, reutilização e validação do conhecimento científico produzido. São de fácil utilização e não necessitam de intermediação. Em grande parte dos repositórios, estas características não são integralmente aproveitadas pelos principais interessados, os investigadores. Os repositórios se deparam com problemas difíceis de resolver. A falta de interesse dos investigadores para a participação no repositório e a concorrência da publicação *peer review* em meio científico são dois dos problemas mais evidentes.

As políticas institucionais de depósito (mandatórias) de documentos podem ajudar a resolver estes problemas, principalmente quando funcionam integradas com programas de avaliação dos docentes/investigadores. Com o objetivo de avaliar o efeito que a Política de Depósito de Documentos (PDD) produziu sobre a evolução do Repositório Científico do Instituto Politécnico de Castelo Branco (RCIPCB) foi realizado um estudo dividido em duas partes.

A primeira parte diz respeito à posição dos docentes/investigadores relativamente à PDD e ao depósito efetivo no RCIPCB. A segunda parte diz respeito ao desempenho do RCIPCB de 1 de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, e de 1 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013, períodos antes e depois da PDD, respetivamente. A primeira parte do estudo consistiu na avaliação dos resultados de um inquérito por questionário *online* (Google docs) distribuído durante o mês de novembro de 2012 a todos os docente/investigadores do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) (N=505). Obteve-se um total de 94 respostas válidas, correspondendo a 19% do total do universo de inquiridos. Para a avaliação do desempenho do repositório foram recolhidos dados no RCIPCB. Os resultados obtidos foram tratados com o programa SPSS, v19. Relativamente à Política de Depósito de Documentos no RCIPCB, 66% dos respondentes informaram conhecê-la. Destes, 68% revelaram desconhecer a obrigatoriedade implícita em depositar os seus documentos no RCIPCB.

Verificou-se, também, que 50% dos respondentes não depositaram nenhum documento produzido em 2011, sendo as razões mais invocadas para o não depósito a falta de tempo (43,5%), os direitos autorais (21,7%) e o esquecimento (17,4%). Relativamente ao desempenho do RCIPCB nos períodos analisados, obtiveram-se os seguintes resultados: de 01-02-2011 a 31-01-2012 – 629 documentos depositados (150 por autoarquivo e 479 por arquivo); de 01-02-2012 a 31-01-2013 – 564 documentos depositados (84 por autoarquivo e 480 por arquivo).

Os dados obtidos mostram que o número total de documentos depositados por arquivo diminuiu 10,3%. Após a entrada em vigor da PDD, também diminuiu o autoarquivo em 44,0%. Quanto ao registo de utilizadores, passou de 86 para 157 docentes/investigadores registados, após uma ação de sensibilização através de contacto direto realizado em dezembro de 2012. Pelos resultados analisados, conclui-se que a PDD não produziu resultados ao nível do autoarquivo e do depósito total, sendo necessário desenvolver novas aproximações, no sentido de fomentar, quer o autoarquivo, quer a cedência dos documentos às bibliotecas para arquivo. Finalmente, registou-se um aumento do interesse pelo RCIPCB a partir do momento em que foi introduzido o Sistema de Avaliação de Docentes na instituição (AVADOC).

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES: DEZ ANOS DE INTEROPERABILIDADE

Diego José Macedo, Milton Shintaku, Gabriel Franklin Mathias, Roberto Novaes

Resumo

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é um marco do Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica no Brasil. Nascida em 2002, completou, em 2012, dez anos, com uma história de grandes feitos, sendo a primeira iniciativa que integrou sistemas de informação, via os preceitos da interoperabilidade, de quase todos os estados brasileiros. Segundo Kuramoto (2011), um trabalho de unificação de iniciativas isoladas. Assim, potencializou a visibilidade da produção acadêmica brasileira, no nível de pós-graduação.

Com desenvolvimento coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), a BDTD tem ação sobre a promoção de acesso a Teses e Dissertações (TDs) de forma ampla. Dessa forma, vem ampliando a circulação de uma literatura que, para muitos estudiosos, era considerada literatura cinzenta.

Alberani (1990), por exemplo, coloca as teses e dissertações no mesmo escopo, em relação à circulação, com relatórios técnicos e atas de conferências. Entretanto, atualmente, as teses e dissertações brasileiras, com inegável apoio da BDTD, tornaram-se literatura com maior facilidade de acesso. Pelo pioneirismo e tecnologias utilizadas, a BDTD é importante sob vários aspectos, e o tratado, no presente estudo, relaciona-se com a interoperabilidade. Nesse contexto, o objetivo, aqui, é apresentar os dez primeiros anos da BDTD, focando as questões técnicas e tecnológicas que envolvem as interconexões entre os sistemas pertencentes à BDTD, apresentar um histórico dessa iniciativa pioneira no Brasil, descrevendo, assim, um pouco da história, pelo cunho técnico e tecnológico, desse importante serviço brasileiro.

A abordagem etnográfica do estudo dá-se pelo levantamento histórico efetuado por funcionários e colaboradores do Ibict, que, ao longo do tempo, acompanharam, direta ou indiretamente, o projeto. Essa abordagem aproxima os estudos antropológicos das descrições tecno-tecnológicas relacionadas a desenvolvimento e implementação dos sistemas de informação.

Historicamente, como relatado por Southwick (2006), a BDTD nasceu da iniciativa do Ibict em desenvolver a Biblioteca Digital Brasileira (BDB), no final de 2001, financiada pela Financiadora de Estudos e Pesquisa (Finep). Nesse âmbito, a BDTD era uma das ações relacionadas à BDB, que possuía um escopo maior relacionado à produção científica nacional. Assim, a BDTD se restringia à disseminação das teses e dissertações. Desse modo, em 2002, com o projeto aprovado, deu-se início ao mesmo.

Consistia de três iniciativas – o desenvolvimento das bibliotecas digitais de teses e dissertações locais, de um sistema coletador automático de metadados e de um sistema nacional de consolidação de metadados. Para tanto, contou com a consultoria da Universidade de São Paulo (USP, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Nesse sentido, para implementação de um sistema tão complexo, várias etapas foram planejadas, como relata Southwick (op. cit.), tais como: arquitetura do sistema, definição de metadados, ferramentas, pacote de *softwares*, entre outros. A BDTD emprega um modelo distribuído utilizando tecnologias de arquivos abertos. As IES são provedoras de dados e o Ibict opera, nessa rede, como agregador, coletando os metadados, provendo serviços de informação sobre esses metadados e disponibilizando-os para serem coletados por outros provedores de serviços. Para o nosso estudo, destaca-se a questão da implementação da coleta automática de metadados, com todas as suas relações. Ressalta-se a questão do padrão de metadados desenvolvido para a BDTD, o Padrão Brasileiro de Metadados de Teses e Dissertações (MTD-BR), que abrange todos os principais metadados dos esquemas de metadados Dublin Core e Eletronic Theses and

Dissertation – Metadadata Schema da NDLTD, e implantou a camada do Protocolo OAI-PMH para expor os metadados referentes às teses e dissertações publicadas nas IES.

Nos dias atuais, estudos são feitos para atualização do MTD-BR. Para um projeto piloto, em 2002, implementou-se, no Ibict, um coletador (*harvester*) – um programa que utiliza a interface oferecida pelo protocolo OAI-PMH para coletar metadados, baseado na tecnologia distribuída pela Virginia Tech, com tecnologia desenvolvida em Perl.

Da mesma forma, A PUC-Rio, UFSC e USP implementaram provedores de dados com camadas de protocolo OAI, utilizando o mesmo padrão da Virginia Tech. Assim, a BDTD iniciou a coleta automática de metadados com três instituições, inaugurando a interoperabilidade de teses e dissertações. Em 2003, em um processo de fomento das bibliotecas digitais, o Ibict desenvolveu e distribuiu o sistema TEDE, que permitia a criação de bibliotecas digitais com um processo de alimentação do sistema baseado no autoarquivamento, com camada de protocolo que respondia ao *harvesting*.

Dessa forma, começou, não somente o repasse da ferramenta, mas o repasse de tecnologia de bibliotecas de teses e dissertações locais. Assim, iniciou-se o projeto piloto com o TEDE nas instituições: Universidade Católica de Brasília, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal Fluminense.

Posteriormente, pelos problemas enfrentados no fluxo do autoarquivamento, ajustou-se o sistema TEDE para permitir que a biblioteca executasse todas as etapas da submissão de uma tese ou dissertação, criando o TEDE-simplificado. Em contrapartida, o sistema TEDE passou a ser denominado de TEDE-modular. Atualmente, outros sistemas de informação integram o sistema BDTD, como o DSpace e o NouRau. Assim, agrega metadados de 97 instituições com mais de 200 mil registros de documentos em texto completo. Nesse ponto, segundo a NDLTD, é o maior agregador, pela quantidade de documentos, de teses e dissertações.

Por fim, o histórico apresentado, baseado em questões mais tecnológicas, revelou o início inovador da BDTD. Da mesma forma, revela o espírito empreendedor do Ibict, implementando, no Brasil, o primeiro serviço a pautar-se nos preceitos, tanto do acesso aberto quanto dos arquivos abertos.

Referências bibliográficas

ALBERANI, V.; PIETRANGELI, P. D. C.; MAZZA, A. M. R. The use of grey literature in healthsciences: A preliminary survey. *Bulletin of the Medical Library Association*, Chicago, v. 4, n. 78, p. 358-363, 1990.

KURAMOTO, H. Nove anos da BDTD. *Blog do Kuramoto*. Brasília, 2011.

SOUTHWICK, S. B. The Brazilian electronic theses and dissertations digital library: Providing open access for scholarly information. *Ciência da Informação*, São Paulo, v. 35, n. 2, 2006.

BVT: SOFTWARE LIVRE PARA CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS VIRTUAIS TEMÁTICAS

André Freitas de Lucena, Milton Shintaku

Resumo

A Internet apresenta uma quantidade significativa de informações. Entretanto, essa informação se apresenta desorganizada. Assim, em uma discussão sobre a desorganização da Internet, Schons (2007) revela que, devido ao excesso de informação, há uma série de conflitos, visto que qualquer busca em sistemas buscadores, como o Google, traz uma imensa quantidade de resposta, até mesmo quando se escreve errado o termo buscado.

Nesse sentido, a desorganização da informação na Internet dificulta o acesso à informação, mesmo com os *sites* de busca, que criam uma organização artificial à *web*, como relata Johnson (2003). Assim, sistemas *web* que ofertam informações organizadas tornam-se instrumentos valiosos aos usuários. Dentre esses sistemas, para o presente estudo, destacam-se as bibliotecas virtuais. Nesse sentido, em uma visão mais geral, Cavalcanti (1996) considera a biblioteca virtual como uma representação em computador da biblioteca física.

Barbosa Filho, Castro e Tome (2005) complementam que biblioteca virtual é um serviço que captura, reúne e organiza informações oriundas de outras iniciativas disponíveis em rede, conforme padrões estabelecidos. Então, iniciativas como o Prossiga, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) da Bireme apoiaram a criação e disseminação de bibliotecas virtuais sendo, em seu tempo, sistemas importantes na disseminação da informação no Brasil.

Atualmente, essas iniciativas se apresentam um pouco defasadas em vários aspectos, principalmente o tecnológico. Por isso, como parte da atualização tecnológica, o Ibict desenvolveu e distribuiu um *software* chamado Biblioteca Virtual Temática – BVT. Nesse contexto, o propósito do presente estudo é descrever a ferramenta BVT, descrevendo as funcionalidades. Para tanto, aporta-se como estudo aplicado, com o propósito descritivo, avaliando as funcionalidades.

O BVT é um *software* livre, para a criação e gerenciamento de bibliotecas virtuais, desenhado para operar na *web*. Por ser desenvolvido com a linguagem portátil JAVA, pode ser instalado tanto em sistemas baseados em Linux quanto em sistemas MS Windows. Oferece várias facilidades, algumas para o gerenciamento do acervo e outras para administração do *site*. No que se refere às facilidades para gerenciamento do acervo, o BVT disponibiliza facilidades de visualização, tais como ferramentas de busca simples e avançada, relatórios sobre o acervo, estatísticas de acesso e outros.

Para a facilidade de gerenciamento dos registros, possibilita adição, alteração e exclusão de registros. Quanto às questões de customização, algumas possibilidades, tais como a alteração de layout, podem ser executadas via interface *web*. Assim, o sistema possui interfaces diferentes para cada tipo de usuário, o administrador, o gerente e os leitores, ofertando diferentes tipos de facilidades a cada tipo de usuário. Outro ponto importante é a integração com o protocolo OAI-PMH, transformando o BVT em um provedor de dados, alinhando o sistema aos preceitos dos arquivos abertos, além da relação com o movimento de acesso aberto. Por tudo, o BVT se apresenta como um sistema robusto, mas flexível, para a implementação de bibliotecas virtuais temáticas de acesso aberto.

DEFINIÇÃO DE METADADOS PARA REGISTROS DE ÁUDIO EM REPOSITÓRIOS DIGITAIS DE ACESSO ABERTO

Maria Imaculada da Conceição, Maria do Carmo Avamilano Alvarez, Hálida Cristina Rocha Fernandes

Resumo

A sociedade atual exige inovadores ambientes de trabalho para lidar, efetivamente, com uma carga cada vez maior de informações heterogêneas. A produção e a divulgação dos dados e novos conhecimentos também ocorrem de forma rápida e ampla. No entanto, recuperar informação relevante torna-se cada vez mais difícil, uma vez que o conhecimento humano não está mais centralizado em unidades físicas de informação, e sim distribuído, inclusive, em repositórios digitais. Com a diversidade de suportes existentes, uma informação pode estar em livro, artigo, filme ou em arquivo de áudio.

O objetivo deste trabalho é definir os metadados para registros de áudio em repositórios digitais de acesso aberto, garantindo que essas informações tenham maior visibilidade no extenso universo da Internet. Os metadados possuem importante contribuição no registro e na futura recuperação do recurso informacional, tornando acessíveis coleções que existem apenas em formato digital. Assim, o processo de recuperação depende da qualidade do tratamento dado ao documento e da escolha e uso dos tipos de metadados. O Dublin Core (DC) é um dos esquemas de metadados mais utilizados em repositórios digitais, sendo já um padrão ISO (ISO 15836, 2009).

Neste trabalho foi feita a identificação e comparação dos metadados disponíveis no formato MARC 21, na metodologia LILACS e também no esquema DC, definindo-se um escopo mínimo de metadados. Para melhorar e completar a descrição dos registros desse tipo de material, que possui uma complexidade específica, também foram acrescentados novos metadados com base em estudos feitos pela Library of Congress para o desenvolvimento de sua coleção digital. O resultado do trabalho é um formulário específico para material de coleções de áudio, mantendo a compatibilidade e interoperabilidade com o esquema Dublin Core. Aos elementos existentes foram agregados refinamentos como entrevistador, editor de som, áudio *bits*, duração e identificação do arquivo, que abrangem e melhoram os aspectos de descrição e preservação digital.

O mundo está rapidamente sendo transformado pela proliferação de recursos de informação disponíveis e distribuídos pela rede de computadores, com um número cada vez maior de instituições que têm desenvolvido coleções digitais. Uma das vantagens das coleções em áudio é o fato que a linguagem utilizada na expressão oral, especialmente em entrevistas, tende a ser mais coloquial e, por isso, torna a informação mais acessível aos ouvintes não especializados nas disciplinas em questão e faz a ponte entre universidade e sociedade. Dar visibilidade às coleções de áudio, *spots* de rádio acessíveis que podem ser veiculados por rádios comunitárias e educativas, vai ao encontro do papel de promoção de pesquisas das instituições. Esse compartilhamento da informação contribui para a construção da cidadania e capacitação da população para participar das políticas públicas.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO

Clara Parente Boavida, Eloy Rodrigues, Victoria Tsoukala, Vasso Kalaitzi

Resumo

O objetivo deste pôster é a apresentação das diretrizes para a implementação de políticas de acesso aberto desenvolvidas no âmbito do projeto MedOANet (Mediterranean Open Access Network), um projeto de dois anos financiado pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia, que pretende colmatar a necessidade de coordenação das estratégias e políticas de acesso aberto à informação científica na Europa mediterrânea.

As diretrizes MedOANet foram desenvolvidas não só para servirem de base a decisores políticos e a outras partes interessadas na definição e implementação de políticas e estratégias de acesso aberto, mas também para melhorar políticas e estratégias de acesso aberto já existentes.

Na concepção das diretrizes MedOANet, foram tidas em consideração as orientações políticas da Comissão Europeia relativamente ao acesso à informação científica no Horizonte 2020¹, bem como outros documentos, orientações e boas práticas reconhecidas pela comunidade nos últimos anos, nomeadamente, as orientações publicadas pela Unesco², as recomendações para os próximos dez anos da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste³, o *Roadmap towards Open access*⁴, publicado em junho de 2011 pela League of European Research Universities (LERU), e a posição relativa ao acesso aberto publicada recentemente pela Science Europe⁵.

As diretrizes estão estruturadas em três secções: a primeira inclui a introdução e o enquadramento do documento, a definição de conceitos e a descrição do atual contexto do acesso aberto e dos desenvolvimentos relativos às políticas de acesso aberto. No enquadramento das diretrizes, o conceito de acesso aberto é definido tendo por base a definição de Acesso Aberto da Iniciativa de Budapeste⁶ e da Declaração de Berlim⁷. São também caracterizados os benefícios do acesso aberto para os diferentes intervenientes do sistema de investigação científica dos quais fazem parte as instituições que realizam investigação científica, os investigadores, os financiadores de ciência, as bibliotecas, os editores científicos e as pequenas e médias empresas.

A negociação dos direitos de propriedade intelectual também é referida como uma questão fundamental da atividade de investigação reforçada pela orientação da Comissão Europeia que, como financiadora de investigação, incentiva os autores a manterem a propriedade dos direitos autorais dos artigos que publicam, no acordo que estabelecem com os editores. Concluiu-se com um conjunto de recomendações para bibliotecas como forma de promover o sucesso das práticas de acesso aberto.

A segunda secção constitui o núcleo central do documento. Apresentam-se aí as diretrizes para a definição e implementação de políticas de acesso aberto, quer em instituições que realizam investigação, quer por parte dos organismos financiadores de investigação. O processo de definição, aprovação e implementação é descrito passo a passo, sugerindo-se ações e iniciativas a desenvolver, em ambos os contextos institucionais, nas diferentes etapas do processo. As diretrizes enunciam também todos os aspetos que as políticas devem considerar: que tipos de resultados de investigação são abrangidos (apenas artigos com revisão por pares, outras publicações, dados científicos, etc.), o que é requerido (depósito em repositórios, publicação em revistas de acesso aberto, utilização de licenças específicas, como as Creative Commons, etc.), admissão de eventuais embargos ou exceções e mecanismos de monitorização da aplicação da política.

A terceira secção inclui informação sobre recursos, destacando práticas de sucesso, modelos, diretórios e listas de políticas de acesso aberto. O conjunto de recursos referenciados inclui práticas de sucesso de instituições e financiadores de ciência, com mandatos de acesso aberto implementados na Europa Mediterrânea. São exemplo de políticas de acesso aberto de financiadores de ciência as políticas das fundações italianas Telethon e CARIPLO.

Das políticas institucionais fazem parte a política de acesso aberto da Universidade do Minho em Portugal, da Universidade Autónoma de Barcelona, da Universidade de Alicante em Espanha, da Universidade de Milão e da Universidade Católica do Sagrado Coração, ambas na Itália. Como políticas governamentais destacam-se os três casos implementados em Espanha, nomeadamente, a Lei Nacional Espanhola de Ciência, Tecnologia e Inovação publicada, em 2011, e os dois mandatos de acesso aberto definidos pelos governos regionais de Madri e das Astúrias, ambos com um mandato de acesso aberto em execução.

Para além das práticas de sucesso são sugeridos dois modelos de políticas de acesso aberto para instituições e financiadores de ciência, em conformidade com as orientações da Comissão Europeia e tendo por base casos de sucesso internacionais. Esses modelos têm como objetivo apoiar as instituições a estabelecer suas próprias políticas, permitindo sua adaptação às realidades e necessidades locais. São ainda listados diretórios de políticas de acesso aberto de instituições, editores e financiadores científicos e sintetizadas as políticas de acesso aberto europeias. As diretrizes MedOANet estão disponíveis em cinco línguas (português, inglês, francês, italiano e espanhol), permitindo a coordenação de políticas de acesso aberto entre diferentes países e seu alinhamento com as iniciativas existentes.

Notas

1) Recomendação da Comissão sobre o acesso à informação científica e preservação, de 17 de julho de 2012. *Comunicação da Comissão no Parlamento Europeu*, de 17 de julho de 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/era-communication-partnership-excellence-growth_en.pdf>.

2) SWAN, Alma. *Policy guidelines for the development and promotion of open access*. Paris: Unesco, 2012. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/resources/publications-and-communication-materials/publications/full-list/policy-guidelines-for-the-development-and-promotion-of-open-access/>>.

3) *Recomendações para os próximos dez anos da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste*. Disponível em: <<http://edit.soros.org/openaccess/boai-10-translations/portuguese>>.

4) LERU. *The LERU Roadmap towards open access*. 2011. Disponível em: <http://www.leru.org/files/publications/LERU_AP8_Open_Access.pdf>.

5) *Science Europe Position Statement*. Disponível em: <http://www.scienceeurope.org/uploads/Public%20documents%20and%20speeches/SE_OA_Pos_Statement.pdf>.

6) Disponível em: <<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-translations/portuguese>>.

7) Disponível em: <http://oa.mpg.de/files/2010/04/BerlinDeclaration_pt.pdf>.

EASYDEPOSIT: UMA FACILIDADE PARA CONFIGURAR O SWORD

Washington Ribeiro Segundo, Milton Shintaku

Resumo

O Movimento de Acesso Aberto apresenta dois grandes veículos para disseminação do conhecimento científico: os periódicos de acesso aberto e os repositórios, tanto que Harnad et al. (2004) denomina-os de Via Dourada e Via Verde, respectivamente. O acesso livre dos periódicos, concedido pelo editor, permite que fontes primárias estejam acessíveis gratuitamente aos usuários. E os repositórios, por sua vez, apresentam-se como uma ferramenta para o autoarquivamento, em que, como relata Costa (2006), recebe-se a permissão, sinal verde, para dar acesso público e gratuito a um artigo publicado anteriormente.

Nesse contexto, a utilização de repositórios de acesso aberto vem crescendo no mundo acadêmico, o que se confirma nos dados publicados pelo *Registry of open access Repositories* (ROAR), que apontou um crescimento de 60% na utilização dessa ferramenta: em dezembro de 2010, Andrade, Silva e Cervantes (2011) extraíram o dado que apontava um total de 1.380 repositórios ativos de pesquisa ou departamental, e, em março de 2013, observava-se a marca de 2.192. O mesmo ocorre com os periódicos de acesso aberto.

Cada vez mais revistas têm como assunto o acesso aberto, ou então permitem que os artigos sejam depositados em repositórios, com ou sem tempo de embargo. Serviços como o Sherpa-Romeo, Dulcinea, Blimunda e o brasileiro Diadorim, disponibilizam, de forma *online*, essas políticas de depósito em repositórios. E, em todos os casos, eles afetam positivamente o processo da comunicação científica. Desse modo, o DSpace se apresenta como o *software* mais utilizado para criar repositórios. Novamente, segundo o ROAR, 65% dos repositórios atualmente declarados como de pesquisa ou departamental são implementados com essa ferramenta. No que se refere aos periódicos, Baptista et al. (2009) revelam a importância do SEER (OJS) como *software* principal na implantação de revistas científicas.

Assim, um artigo publicado em revista SEER, sobre acesso aberto, pode ser depositado em um repositório DSpace, sem problemas de permissão. Contudo, pode haver retrabalho: o artigo pertencente à revista eletrônica terá de ser replicado na base de dados do repositório. A solução para tal fenômeno é apresentada pelo protocolo de comunicação SWORD (Simple Web-service Offering Repository Deposit). Um protocolo leve, de transferência de conteúdo entre sistemas de informação.

Entretanto, por se tratar de dois sistemas de informação (repositório e revista eletrônica), com tecnologias e finalidades tão distintas, a integração entre SEER/OJS e DSpace nem sempre é tarefa fácil às equipes de informática. Por esse motivo, a Universidade de Auckland desenvolveu um aplicativo chamado EasyDeposit, que é uma aplicação cliente/servidor simples, e altamente customizável, a qual auxilia na implementação e nos testes do protocolo SWORD em repositórios.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar o uso do EasyDeposit como ferramenta auxiliar à implementação do protocolo SWORD, para usuários de repositórios implementados com o DSpace. Contribuindo, portanto, para a disseminação do uso do protocolo e facilitando o processo de troca de informações entre diferentes bases de dados. O que temos é uma pesquisa exploratória, com aspectos experimentais, e levantamento de informações técnicas que auxiliem os informáticos na implementação do SWORD em repositórios. Por ter características tecnológicas, nosso trabalho tomou por base os manuais de instalação e customização dos sistemas SEER/OJS, DSpace e SWORD, além de listas de discussão e outras fontes mantidas por instituições relacionadas com o acesso aberto. Da mesma forma, por ter também características experimentais, reflete os estudos aplicados à prática de instalação e configuração dos *softwares*. Isso resultou na avaliação tanto da aplicação das instruções e recomendações apresentadas nos manuais quanto das dicas relatadas em *sites* especializados.

Notamos que as informações sobre a ativação do SWORD, tanto no DSpace quanto no SEER/OJS, revelaram-se importantes, mas com uma complexidade maior de implementação no DSpace, principalmente nas questões de teste de depósito. Essa dificuldade justifica o uso do EasyDeposit como ferramenta didática na configuração e testes de depósitos. Para o presente estudo, instalou-se o DSpace, na versão 3.1, e uma instância do EasyDeposit, em equipamentos diferentes, de forma a simular um ambiente real.

Por ser extremamente leve, o EasyDeposit pode ser instalado em equipamentos simples, pois requer pouca infraestrutura. Ele é constituído, basicamente, do protocolo SWORD e uma camada de apresentação. Sua interface de usuário é escrita na linguagem de programação PHP, e não há um banco de dados adjacente, o que o torna de fácil instalação, configuração e customização. Deve-se, no entanto, ressaltar que o SWORD, como protocolo, não é uma implementação, mas apenas as regras de como a comunicação deve ocorrer entre os diferentes sistemas. Existem inúmeros casos de uso, todos compatíveis por estarem em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo protocolo.

O EasyDeposit pode ser utilizado para testar qualquer sistema de informação que possua um servidor SWORD, e que, se implementado na versão dois (SWORD v2), adiciona, à função de depósito original, a facilidade de recuperação, atualização e exclusão de documentos. Os testes também revelaram que o uso do protocolo SWORD em repositórios DSpace é compatível com as políticas de fluxo de submissão, e não inviabiliza a aplicação em repositórios que implementam fluxos mais elaborados. Por fim, a utilização do EasyDeposit apresentou-se como uma solução didática, no que concerne ao entendimento do funcionamento do protocolo SWORD em repositórios. Isso facilitou significadamente o processo de customização do repositório, deixando-o apto à integração com revistas implementadas com SEER/OJS.

Referências bibliográficas

ALLINSON, J.; FRANÇOIS, S.; LEWIS, S. SWORD: Simple Web-Service Offering Repository Deposit. *Ariadne*, Bath, n. 54, 2008. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue54/allinson-et-al>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ANDRADE, Morgana Carneiro de; SILVA, Terezinha Elisabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Política de informação para repositórios institucionais: Um estudo comparativo. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011, Maceió. *Anais...* Maceió: Edufal, 2011.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica: O papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. *Encontros Bibli*, Florianópolis, 2007. Número especial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12nesp1p1>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

COSTA, S. M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: Elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000200005>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

DSPACE 3.x *Documentation*. Disponível em: <<http://wiki.duraspace.org/display/DSDOC3x/DSpace+3.x+Documentation>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

EASYDEPOSIT: *The SWORD client creation toolkit*. Disponível em: <<http://easydeposit.swordapp.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

HARNAD, Stevan et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. *Serials Review*, Raleigh, North California, v. 30, n. 4, p. 310-314, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>>. Acesso em: 25 mar. 2013.

JISC. Disponível em: <<http://www.jisc.ac.uk/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

LEWIS, Stuart. *About SWORD*. Disponível em: <<http://swordapp.org/about/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

LEWIS, Stuart. *Stuart Lewis' blog*. Disponível em: <<http://blog.stuartlewis.com/>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

PHP. Disponível em: <<http://php.net/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

UNIVERSITY OF AUCKLAND. *Library and learning services*. Disponível em: <<http://www.library.auckland.ac.nz/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

FONTES DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA SOBRE OPEN ACCESS

Raíssa Mendes

Resumo

Com o preço abusivo dos editores de periódicos e a necessidade dos pesquisadores pelo acesso às publicações científicas pela Internet, os temas sobre *open access* (acesso aberto) vêm ocupando espaço entre as publicações nacionais e estrangeiras sobre comunicação científica. Todavia, o vasto e caótico universo virtual, que é a Internet, tem dificultado a recuperação de trabalhos, iniciativas governamentais e notícias em geral existentes sobre esse tema, de forma mais centralizada.

Conforme Baptista et al. (2007), o mote do Movimento de Acesso Aberto é a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. Seus benefícios são, entre outros, a maior visibilidade das pesquisas e sua utilização pelo maior número possível de interessados, o que promove, em última instância, o desenvolvimento da ciência.

O presente trabalho tem por objetivo principal identificar fontes de informação eletrônicas, nacionais e estrangeiras, sejam elas primárias ou secundárias, que reúnam informações de diferentes formatos e tipos, relacionadas ao tema *open access*.

Por meio de uma pesquisa na Internet, foram encontradas algumas fontes de informação que mostraram ter mais destaque devido à sua completude de conteúdo.

As fontes encontradas e consideradas mais relevantes foram:

Digital Scholarship, criada por Charles Bailey Jr. em 2005; a página na Internet chamada Digital Scholarship possui bibliografias atualizadas sobre *open access*, além de indicar *blogs* e outras informações e comentários sobre acesso aberto, comunicação científica, repositórios digitais, direitos autorais em ambientes digitais e afins. Charles Bailey Jr. possui 24 anos de experiência em gestão de bibliotecas e foi o editor de um dos primeiros periódicos de acesso aberto, o *The Public-Access Computer Systems Review*, criado em 1989. De acordo com a própria página, desde o ano de seu surgimento até junho de 2011, Digital Scholarship tinha mais de 8.3 milhões de visitantes provenientes de 228 países, o que comprova a grande popularidade mundial dessa fonte de informação.

Open Access Directory: trata-se de uma *wiki*, editada por Robin Peek e destinada a reunir o maior número de informações sobre o tema acesso aberto. Nessa página, existem várias listas: de *blogs*, de organizações que apoiam o movimento, de cursos oferecidos, de repositórios digitais de acesso aberto, dentre muitos outros. A intenção da *wiki* é fazer com que os próprios interessados e adeptos ao movimento mantenham seu conteúdo sempre completo e atualizado.

Open Access Archivangelism: *blog* do professor da Universidade de Southampton, Stevan Harnad, considerado um dos maiores defensores do Movimento de Acesso Aberto dentro da comunidade acadêmica. Em seu *blog*, Harnad indica trabalhos em formato completo sobre o tema, além de vídeos de palestras e *slides* de apresentações.

Blog do Kuramoto: *blog* destinado, principalmente, a discutir questões relacionadas ao acesso livre à informação científica e temas afins cobertos pela Ciência da Informação. Criado pelo pesquisador em Ciência da Informação Hélio Kuramoto, o *blog* também tem informações sobre posições governamentais brasileiras em relação ao acesso aberto e sobre a evolução da implantação de repositórios institucionais no Brasil.

É importante que a comunidade acadêmica saiba dos esforços que estão sendo realizados por vários pesquisadores em reunirem informações de diversas naturezas sobre o *open access*. Em vista das fontes apresentadas, é possível perceber a magnitude que esse tema já adquiriu dentro da comunidade científica mundial e não é difícil notar que as discussões não param de evoluir. Tais fontes podem ser consideradas como essenciais

para o início de qualquer pesquisa que aborde o tema acesso aberto. Notou-se também que a presença de fontes nacionais ainda é tímida.

Referências bibliográficas

BAPTISTA, A. A. et al. Comunicação científica: O papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, 2007. Número especial.

BLOG DO KURAMOTO. 2013. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/>>. Acesso em: 01 maio 2013.

DIGITAL SCHOLARSHIP. Disponível em: <<http://digital-scholarship.org/>>. Acesso em: 05 maio 2013.

OPEN ACCESS ARCHIVANGELISM. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

OPEN ACCESS DIRECTORY. Disponível em: <http://oad.simmons.edu/oadwiki/Main_Page>. Acesso em: 09 maio 2013.

INDICADOR DE PRESENÇA NA WEB DO ACERVO DE UM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

Gerald Jean Francis Banon, Marciana Leite Ribeiro, Clayton Martins Pereira

Resumo

Objetivos

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) comemorou, em 2011, seu 50º aniversário, com a missão de “produzir ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre e oferecer produtos e serviços singulares em benefício do Brasil”. Desde a criação da então Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), em 1963, o Inpe acumulou um acervo significativo de documentos derivados de sua produção intelectual. Seu acervo, chamado de Memória Científica do INPE, é hospedado na plataforma computacional URLib que funciona como uma biblioteca ou repositório digital. Atualmente, mais de 40.000 referências estão disponíveis *online*, e mais de 24.000 possuem um acesso ao texto completo.

A montagem do acervo digital apresenta dois desafios. O primeiro é o armazenamento dos textos completos de toda a produção científica da instituição e o segundo é a otimização de suas condições de acesso, dado que nem todo texto completo é de fácil captura ou ainda possui os requisitos para acesso irrestrito, em razão das condições de seu depósito e de suas regras de licenciamento.

O principal objetivo deste artigo é mostrar como esses desafios foram enfrentados no Inpe.

Metodologia

Na primeira etapa, definiram-se indicadores que pudessem revelar tanto os aspectos de armazenamento dos textos completos no repositório institucional quanto as condições de acesso a esses textos. Para isso, foram introduzidos três indicadores inter-relacionados e chamados de Indicadores de Armazenamento Digital (IAD), Acesso Livre (IAL) e Presença na Web (IPW).

A segunda etapa consistiu em reunir os critérios que permitissem categorizar os diferentes tipos de documentos. Esses critérios têm como base o direito do autor em escolher o tipo de licenciamento para sua obra, caso esta seja publicada pela instituição, ou ainda as políticas de autoarquivamento das editoras, caso o autor tenha cedido seus direitos patrimoniais.

Na terceira etapa, foram instalados, na Biblioteca Digital, módulos de importação para facilitar tanto a coleta de metadados em formato XML, a partir da Plataforma Lattes ou BibTeX de outras bases de metadados, quanto à inserção de texto completo, toda vez que a URL de origem fizer parte dos metadados; por exemplo, formatados em uma planilha Excel.

A quarta etapa consistiu em compilar as políticas de autoarquivamento das editoras das revistas que publicam artigos de autores da instituição.

Na quinta etapa, foram configuradas as características do repositório digital, de forma a implementar as regras que otimizem as condições de acessibilidade.

A última etapa consistiu em levantar os valores dos diferentes indicadores propostos por unidade (coordenadoria) ou para a instituição como um todo, e por ano.

Resultados

Toda vez que possível, a inserção, tanto de metadados sobre a produção científica quanto de dados científicos ou de textos completos de artigos, em eventos organizados pela instituição, foi realizada utilizando os módulos de importação. Com essas ferramentas foi possível agilizar o processo de inserção dos textos completos.

Em relação aos trabalhos publicados em revista, a instituição dispõe, agora, de uma tabela cujas entradas são o ISSN das principais revistas escolhidas pelos pesquisadores da instituição para publicar seus trabalhos, e as saídas são as respectivas políticas de autoarquivamento. Essas políticas foram codificadas de forma que o tipo de acesso pudesse ser automaticamente implementado para cada artigo em revista, dependendo se o documento disponibilizado é a versão final do manuscrito do autor ou o PDF da editora. Além disso, o sistema resolve, automaticamente, os casos com prazos de embargo. Com essa ferramenta foi, então, possível, otimizar o Indicador de Acesso Livre (IAL).

Os indicadores propostos estão implementados desde 2009 e, dessa forma, é possível dispor já de uma série de quatro anos, podendo revelar algumas tendências.

Conclusões

Melhoria nos mecanismos de captura dos textos completos contribui para o aumento do valor do Indicador de Armazenamento Digital (IAD). Quanto mais a instituição investe em profissionais das áreas da Tecnologia de Informação, Biblioteconomia e Arquivística, maiores são as chances desse indicador aproximar-se de seu valor máximo (100%).

Os valores obtidos para o Indicador de Acesso Livre (IAL) dependem de políticas adotadas pelos pesquisadores, pela própria instituição ou ainda pelas instituições de fomento à pesquisa, no momento de escolher a forma de publicação. Privilegiar publicação sem intermediário, isto é, diretamente pela própria instituição ou por meio de veículos de acesso livre tende a aumentar o Indicador de Acesso Livre (IAL). No entanto, devido ao importante papel ainda desempenhado pelas atuais revistas científicas, dificilmente poder-se-ia atingir seu valor máximo (100%) para o IAL.

O Indicador de Presença na Web (IPW) que aparece como o produto do IAD pelo IAL resume, em um único número (entre 0 e 100%), o nível de disponibilidade na web de um acervo institucional e permite comparar facilmente, entre si, repositórios institucionais.

INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COM REPOSITÓRIOS

Ricardo Saraiva, Pedro Príncipe, José Carvalho

Resumo

A massificação da utilização de tecnologias digitais em instituições de ensino e investigação em nível mundial, bem como as alterações que se vêm produzindo nas formas de armazenar, preservar, aceder e partilhar a informação resultante das atividades científicas (desde os dados primários até as publicações como os artigos de revista) têm crescido em dimensão e complexidade, de acordo com a própria evolução no meio científico.

Os repositórios de acesso aberto foram concebidos, originalmente, como uma forma de conceder acesso imediato e amplo a trabalhos de investigação resultantes de atividades científicas, mas estão se assumindo cada vez mais como importantes componentes da infraestrutura global *e-Research*.

Um potencial dos repositórios reside na possibilidade de interligação e integração com outros sistemas de informação, para criar uma rede que pode fornecer um acesso integrado aos resultados de investigação e (re)utilização por máquinas e/ou investigadores. Por seu lado, os investigadores e os utilizadores de sistemas de informação, em geral, possuem expectativas bastante elevadas relativamente ao fornecimento e (re)utilização de conteúdos digitais. Para se alcançar essa meta necessitamos da interoperabilidade entre sistemas.

Este pôster tem por objetivo fornecer, através de casos concretos aplicados no RepositoriUM – Repositório Institucional da Universidade do Minho, uma visão de formas de integração de repositórios de acesso aberto com outros sistemas de informação, sua mais-valia, bem como identificar problemas e desafios nesse domínio.

No contexto dos repositórios a interoperabilidade pode ocorrer de diferentes formas. No âmbito do sistema, interoperabilidade ocorre quando os repositórios são configurados de forma a permitir a recolha de dados ou objetos digitais dentro ou fora, através de sistemas externos. A interoperabilidade, pelo protocolo OAI-PMH – o qual especifica critérios para permitir que sistemas externos acedam e recolham metadados – tornou-se um padrão no universo dos repositórios e quase todos os repositórios utilizam o OAI-PMH como base para a interoperabilidade.

Outros protocolos também tentam aproveitar o potencial da interoperabilidade através da criação de sistemas projetados para facilitar a partilha de conteúdos (e não apenas dos registos de metadados) entre os sistemas. Um desses protocolos, o Open Archives Initiative Object Reuse and Exchange (OAI-ORE), define as normas para a descrição e troca de agregações de recursos da *web*, por vezes chamados de objetos digitais compostos.

Outro protocolo, Simple Web-Service Offering Repository Deposit (SWORD), permite que os autores depositem um artigo utilizando uma única interface e, em seguida, encaminhem o item para múltiplos repositórios. O objetivo do SWORD é diminuir potenciais barreiras aos depósitos, de tornar o processo mais transparente e mais simples para os depositantes. Para que qualquer desses protocolos seja viável, os sistemas devem ser configurados de forma consistente e interoperável.

Com o constante desenvolvimento de novas tecnologias e novas ferramentas, os repositórios devem ser capazes de suportar serviços muito mais complexos e inovadores que se baseiem em requisitos adicionais para a interoperabilidade.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA EM BIBLIOTECA DIGITAL PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E VISIBILIDADE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Célia da Consolação Dias

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar as ações que foram planejadas e implementadas na disciplina Biblioteca, Arquivos e Museus Digitais do curso de Biblioteconomia para possibilitar aos alunos o contato com a prática dos processos de atualização de uma biblioteca digital. Para possibilitar aos alunos uma maior compreensão de todas as etapas para a construção de uma biblioteca digital e contribuir para um aprendizado mais efetivo, surgiu a ideia da criação de um laboratório de práticas. Tal laboratório objetiva, a partir das discussões teóricas da disciplina Bibliotecas, Arquivos e Museus Digitais no curso de Biblioteconomia da UFMG, oferecer uma oportunidade de reflexão sobre as questões envolvidas na condução de um projeto de biblioteca digital.

Além disso, tem permitido aos alunos vivenciar não apenas as etapas de alimentação de uma biblioteca digital, mas também dar uma contribuição à ampliação do acesso e à visibilidade da produção científica do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Os procedimentos metodológicos implementados foram baseados em ações que contemplam o planejamento de projetos. Nesse sentido, compreendeu: 1) fazer o planejamento das ações que foram implementadas; 2) definir os instrumentos para acompanhamento do projeto; 3) definir os aspectos técnicos referentes ao acervo que foi trabalhado no projeto; 4) discutir as ações referentes à autorização do autor para publicação de sua tese ou dissertação; 5) definir os procedimentos de digitalização do acervo; 6) fazer a inclusão dos dados da produção científica nos sistemas; 7) avaliar o processo.

Um passo marcante neste projeto foi a formação da parceria com a biblioteca universitária da UFMG. A Universidade possui um projeto de ampliação do acesso e visibilidade das teses e dissertações que compreende o período de 2000 a 2010. Nesse sentido, em um esforço conjunto, o Sistema de Bibliotecas da UFMG, a Escola de Ciência da Informação e os demais departamentos têm trabalhado para a inclusão da produção científica.

O primeiro acervo escolhido para ser trabalhado no Laboratório de Práticas de Biblioteca Digital é formado pelas teses e dissertações de 1978 a 1999, do PPGCI, e pelas monografias dos cursos de especialização da Escola de Ciência da Informação. A parceria com a biblioteca universitária foi fundamental a este projeto para permitir aos alunos o acesso aos sistemas de entrada de dados na biblioteca digital e para vivenciar um aprendizado em campo.

Esse projeto tem representado um esforço para o aprendizado dos alunos em relação à implementação de ações que contribuam para a disponibilização e visibilidade da produção científica da UFMG à sociedade, para discussão do papel das bibliotecas digitais, a importância do bibliotecário, bem como a identificação das facilidades e dificuldades que impactam diretamente no processo.

Como resultado parcial desse projeto, ressalta-se que a metade da produção científica do PPGCI foi trabalhada nessa primeira etapa. Mas, além de dados quantitativos, outros aspectos podem ser citados como situações que contribuíram para o aprendizado dos alunos: questões técnicas referentes à organização do conhecimento, administrativas que compreenderam questões sobre direitos autorais, por exemplo, de formação gerencial que envolveu aspectos de trabalho em equipe, desenvolvimento de habilidades pessoais e gerenciais. Concluindo, ressalta-se a importância desse projeto na formação dos alunos como profissionais bibliotecários que terão participação ativa na construção de repositórios digitais e no entendimento de seu papel para o compartilhamento do conhecimento.

O MAPEAMENTO E A ANÁLISE DA PERCEPÇÃO E IMPACTOS DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA ENTRE USUÁRIOS FINAIS DE INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Nelson Sebastian Silva Jerez, Ariadne Chloe Mary Furnival

Resumo

Objetivos

Este trabalho se propõe pesquisar como o acesso aberto (*open access*) à literatura científica revisada por pares é percebido e compreendido pelo público em geral, dito leigo, e como ele usa, acessa e entende a informação encontrada dessa forma. Procura-se também identificar de qual maneira essa literatura atende às necessidades informacionais desses usuários.

A temática principal é o movimento do *open access*, entendido como acesso digital às publicações de comunicação científica, livre de outras restrições quaisquer que não aquelas provenientes da própria conexão à Internet. No escopo desta pesquisa, não utilizamos o termo “leigo” como nos referindo simplesmente à alguém “ignorante”, mas sim àqueles que não possuem domínio técnico ou saber formal na determinada área em questão, dado que o leigo em um assunto pode muito bem ser um *expert* em outro campo.

Metodologia

Para tanto, foi utilizada como ferramenta a análise quantitativa de dados obtidos por meio da aplicação de questionário estruturado. Foram realizadas entrevistas com 73 pessoas escolhidas aleatoriamente e com participação voluntária. Dessas, 55 foram realizadas *online* e 18 presencialmente. O questionário, consistindo de 26 perguntas fechadas, das quais duas apenas eram de múltipla escolha, sendo algumas obrigatórias e, outras, respondidas condicionalmente à resposta em outras questões anteriores, foi dividido para fins de construção e análise em quatro partes, além de um perfil demográfico simples.

A primeira avaliou o letramento informacional referente à saúde (EHIL – Everyday Health Information Literacy), utilizando-se para tal uma adaptação da ferramenta resumida de monitoração, desenvolvida por Niemelä et al., consistente de quatro perguntas com respostas baseadas na escala Likert de concordância, além de outras duas perguntas da ferramenta estendida, que foram usadas visando a uma perspectiva mais clara da opinião dos entrevistados.

A segunda parte buscava identificar como os usuários acessam a informação de saúde que atende às suas necessidades, e o quanto confiam nos diferentes meios nos quais as encontram.

A terceira parte visa medir a percepção dos entrevistados quanto ao próprio conhecimento sobre literatura científica e o conceito de acesso aberto a essa.

A quarta parte tinha como objetivo avaliar como os sujeitos usam a informação encontrada em seu processo de tomada de decisão.

Resultados

A primeira parte nos mostrou que, apesar de os entrevistados perceberem a importância de estarem bem informados sobre assuntos de saúde, e de identificarem a importância de obterem informações de fontes médicas e/ou científicas, quase na mesma proporção (respectivamente, 98,6% e 97,3%), isso não se traduziu em níveis semelhantes de confiança em suas próprias habilidades para recuperar informação e avaliar sua confiabilidade, em que obtivemos respostas variando entre 11% e 49,3% de discordância, além de percentagens ainda maiores de respostas concordantes com as afirmativas de cunho negativo sobre a dificuldade de entender a informação recuperada (64,4%), ou

sobre a dificuldade de saber em quem acreditar no assunto saúde (65,8%). Ou seja, a maioria dos entrevistados reconhece a importância do assunto, acredita saber onde encontrar a informação (79,4%), mas, ao mesmo tempo, sente-se insegura sobre como lidar com o que encontra.

Também levantamos em qual fonte os entrevistados, usualmente, procuram se informar sobre assuntos relativos à saúde. Os cinco lugares mais apontados pelos entrevistados foram a Internet (83,6%), o médico ou profissional de saúde (74%), conhecidos sem competência específica na área (56,2%), rótulos e bulas de remédios (48%), e conhecidos com competência na área de saúde (42,5%).

No que concerne à Internet, fomos além e perguntamos em qual tipo de *sites* os entrevistados procuravam informação sobre saúde e, posteriormente, perguntamos o quanto confiavam nesses mesmos tipos que eles indicaram previamente. Interessantemente, os repositórios de artigos, apesar de aparecerem apenas na sexta posição, com 26%, estão à frente das *wikis* e dos fóruns, dois tipos de *sites* que acreditávamos terem mais apelo do que a literatura científica. Mas, mais interessante ainda é a análise da credibilidade desses meios como percebida pelos entrevistados.

A curva que representa o grau de confiabilidade que os entrevistados aferem para a maioria dos tipos de *sites* apresenta um formato de sino. Assim, os maiores valores se concentram em torno da região central, com quase todos os tipos tendo a maior parte dos entrevistados avaliando-os como “razoavelmente confiável”, o quarto valor em uma escala de cinco pontos. Os *sites* de notícias apresentaram seu pico de curva no intermediário neutro “nem confiável nem não confiável”, e as *wikis* tiveram um patamar entre ambos esses valores. Os que fugiram dessa distribuição foram, justamente, os repositórios de artigos, que tiveram todas as suas citações no espectro positivo, e, na grande maioria delas, no quinto valor da escala, o “totalmente confiável”, sendo considerado pelos entrevistados como o mais confiável de todos os tipos de *sites*.

Por último, é interessante também notar que 64,4% dos entrevistados mostrariam ou já mostraram informações encontradas na Internet para seu médico ou profissional de saúde. Na terceira parte observamos que 74% dos entrevistados acreditam que não saberiam estabelecer a diferença entre um artigo científico e um artigo jornalístico sobre ciência.

Deparamo-nos também com 83,5% que, da mesma forma, não sabem definir o que é *open access*/acesso aberto, mesmo entre aqueles poucos que afirmaram acreditar saber existir dúvida e até discordância com a definição da BOAI. Também verificamos que, apesar de 57,5% afirmarem conhecer o repositório de acesso aberto Scielo, 62% nunca o utilizaram para encontrar informação sobre saúde. Na quarta parte, os resultados nos mostram que dos 60 entrevistados que responderam ao bloco, uma percentagem sempre acima de 60% utilizou ou utilizaria informação sobre saúde encontrada na Internet, de forma crítica no processo de tomada de decisão, tendo em vista que 75% mudaram ou mudariam de médico por conta desse tipo de informação.

Conclusões

Conclui-se que, apesar do uso cada vez mais disseminado da Internet como fonte de informação cotidiana pelo público em geral, e da vontade latente de utilizar informação mais confiável, representada no estudo pela informação de origem científica, esta ainda encontra barreiras que poderiam ser minimizadas pelo acesso aberto à literatura científica, resultando em potencial melhoria do poder de tomada de decisão do público em geral.

O REPOSITÓRIO ENSP/FIOCRUZ NA PROMOÇÃO DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E DO ACESSO ABERTO

Fátima Santos

Resumo

O Repositório Institucional de Produção Científica da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz), inaugurado em 2012, é uma plataforma tecnológica que agrega uma base de dados com serviços e acesso via *web*. Surge sob a missão de armazenar, preservar, maximizar a visibilidade e uso das produções científicas produzidas na instituição, para que, assim, amplie o impacto de sua pesquisa. Seu principal objetivo é colocar disponível, e com mais visibilidade, a produção científica da ENSP, alinhando-se ao Movimento Internacional de Acesso Aberto ao Conhecimento Científico.

Cada pesquisador da Escola recebe senha e *login* para acesso, e, nesse ambiente, o autor pode verificar os registros que foram inicialmente importados do Currículo Lattes, validar as referências e enviar o arquivo completo para depósito no Repositório. Ao submeter um arquivo completo, o autor informa as condições de disponibilização do documento (acesso aberto ou restrito) e comunica o tempo de embargo exigido pela editora/publicadora, assim como a licença de cessão de obras autorais para o autoarquivamento no repositório. Podem ser depositados: artigos completos publicados em periódicos, artigos aceitos para publicação, livros e capítulos, texto em jornal ou revista, trabalhos publicados em anais de eventos, apresentação de trabalho e palestra, relatórios de pesquisa e relatórios técnicos. O Repositório possui, até o momento, 450 registros com arquivos anexados, fazendo com que a ENSP se alinhe ao movimento internacional de acesso ao conhecimento científico.

OS INVESTIGADORES E A SUA RELAÇÃO COM O ACESSO ABERTO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA: O CASO DO ISCTE-IUL

Teresa Maria Segurado, Maria João Amante, Bruno Marçal, Carina Cunha

Resumo

Este trabalho surge na sequência do inquérito por questionário aplicado, em Portugal, pela Universidade do Minho, no âmbito do projeto MedOAnet (Mediterranean Open Access Network), iniciado em dezembro de 2011, financiado pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia, e inclui seis países europeus do Mediterrâneo (Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal e Turquia) e três parceiros de apoio ao projeto (Alemanha, Reino Unido e Holanda).

O ISCTE-IUL participou neste projeto através da resposta de alguns docentes e investigadores ao referido inquérito por questionário. Contudo, do universo de 284 docentes e 21 investigadores, apenas 23 responderam ao que foi entendido como falta de interesse ou desconhecimento quanto ao tema ou, ainda, falta de informação sobre o mesmo.

Com o objetivo de conhecer a percepção, opinião e prática dos docentes e investigadores do ISCTE-IUL no domínio em apreço, foi considerada como indispensável a aplicação do mesmo questionário, embora com alguns ajustamentos, ao ISCTE-IUL, de forma a recolher informação que permitisse:

- Planear iniciativas e estratégias futuras no domínio do acesso aberto a desenvolver no ISCTE-IUL;
- realizar uma análise comparativa dos resultados alcançados no ISCTE-IUL com os alcançados em âmbito nacional e, se possível, no conjunto dos países participantes no projeto MedOAnet;
- sensibilizar os destinatários para as questões relacionadas com o acesso livre ao conhecimento.

Assim, o questionário aplicado é composto por quatro grupos distintos de questões. O primeiro corresponde a questões relacionadas com variáveis de caracterização pessoal e profissional; o segundo diz respeito à participação em projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), pelo 7º Programa Quadro ou outros; as questões colocadas no terceiro grupo têm como objetivo apurar o grau de conhecimento ou a percepção que os inquiridos têm sobre questões relacionadas com o acesso livre ao conhecimento; já no quarto grupo pretendemos perceber de qual forma o universo inquirido põe em prática, ou não, suas noções/conhecimentos relativamente ao acesso livre ao conhecimento. No total, são apresentadas 37 questões, notando-se que a grande maioria é fechada (26), havendo, no entanto, no final, uma questão aberta para comentários adicionais no âmbito do tema do questionário.

Por último, importa salientar que este trabalho é desenvolvido em parceria com o Gabinete de Apoio à Investigação do ISCTE-IUL.

PERIÓDICOS BRASILEIROS E A FUGA DE ARTIGOS DE ALTO IMPACTO

Rubenildo Oliveira da Costa, Lúcia Maria Sebastiana Verônica Costa Ramos

Resumo

De 2008 a 2011, houve um aumento de 240% (de 31 para 111) no número de títulos de periódicos brasileiros indexados no JCR (Journal Citation Report), base de dados que calcula o fator de impacto de periódicos científicos (PACKER, 2012), refletindo no aumento da classificação do Brasil no *ranking* de artigos indexados.

Porém, tem-se observado o baixo desempenho desses títulos nas últimas edições do JCR, objeto de discussão nas edições de 2010, 2011 e 2012 do Seminário de Avaliação dos Periódicos Brasileiros no JCR, evento promovido pela SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Acredita-se na existência de um círculo vicioso que impede o aumento do fator de impacto de periódicos brasileiros. Se, por um lado, os pesquisadores brasileiros preferem publicar suas pesquisas de maior impacto em títulos de periódicos estrangeiros com alto fator de impacto, citando os mesmos títulos, por outro lado, os periódicos brasileiros costumam publicar mais artigos de pesquisadores brasileiros (até mesmo de sua própria instituição – alto índice de endogenia), e as citações recebidas são, em sua maioria, de pesquisadores e/ou periódicos brasileiros.

A partir dessa hipótese, objetiva-se calcular o fator de impacto de periódicos a partir da produção científica da USP na área de Odontologia, comparando o comportamento de publicação dos pesquisadores em periódicos brasileiros e estrangeiros. E, com isso, demonstrar que é possível avaliar a produção científica além dos indicadores bibliométricos de periódicos científicos disponibilizados pelas bases de dados de citação SJR/Scopus e JCR/Web of Science.

Metodologia

Aplicação de técnicas bibliométricas, utilizando os *softwares* livres BibExcel (análise bibliométrica) e Pajek (representações gráficas). O universo da pesquisa é formado por 797 artigos de pesquisa publicados pela USP na área de Odontologia, no período de 2009 a 2010, e indexados na Scopus (base de citação mais abrangente). Os 797 registros bibliográficos da base foram recuperados no mês de setembro de 2012.

Resultados e conclusão

Apresenta e discute a classificação dos periódicos que publicaram os artigos de mais impacto, comparando-a com a lista de periódicos brasileiros. Apresenta e discute um gráfico de colaboração, demonstrando a colaboração entre unidades da USP. Os artigos sobre Odontologia de mais impacto são aqueles em colaboração com o ICB. A partir dos títulos dos periódicos, é possível dizer quais os assuntos que cada unidade trabalha com mais impacto. Por fim, confirma-se a hipótese proposta de existir um círculo vicioso que impede o aumento do fator de impacto de periódicos brasileiros.

POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO DAS AGÊNCIAS BRASILEIRAS DE FOMENTO À PESQUISA

Michelli Costa, Fernando César Lima Leite

Resumo

No contexto da comemoração dos dez anos da Budapest Open Access Initiative (BOAI), em 2012, novos acontecimentos fortaleceram a discussão do Acesso Aberto (AA). De acordo com Iamarino (2012), os acontecimentos tiveram como estopim o Projeto de Lei (PL) *Research Works Act*, dos Estados Unidos que, em linhas gerais, iria reverter a política do National Institutes of Health (NIH), deixando de promover o AA das publicações dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. Como resposta a esse PL foi organizado um grande movimento de boicote à editora Elsevier, que atualmente conta com a adesão de cerca 13.500 pesquisadores¹.

Segundo Barros (2012)², como resultado desse boicote, o PL foi retirado de discussão, a agência de pesquisa do Reino Unido, a Wellcome Trust, anunciou a obrigatoriedade do AA em sua política e o Banco Mundial lançou seu repositório de AA para as publicações resultantes de seus financiamentos. Esses processos colocaram as agências de fomento no centro das discussões, uma vez que elas são responsáveis por grande parte da gestão dos recursos para pesquisas e, por isso, são importantes mecanismos para a divulgação dos resultados.

Diante desse contexto e da natureza pública do financiamento das pesquisas brasileiras, levanta-se a seguinte questão: Quais são os mecanismos legais das agências de fomento brasileiras para a promoção do AA aos resultados das pesquisas financiadas por elas? Para responder a essa pergunta, o presente trabalho teve por objetivo:

1. Mapear as principais agências brasileiras de fomento à pesquisa e seus editais para o financiamento;
2. identificar, nos editais, as determinações ou orientações para a divulgação em AA dos resultados das pesquisas financiadas pelas agências de fomento mapeadas;
3. avaliar os documentos com caráter de política de AA identificados na literatura científica da área.

Neste trabalho consideram-se como políticas de AA as políticas de informação, as normas, portarias e orientações sobre a divulgação dos resultados das pesquisas financiadas. Para o mapeamento das agências brasileiras de fomento à pesquisa foi utilizada a base de dados "Políticas CTI"³ do Ricyt. Nela foram apresentadas quinze instituições: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Rio de Janeiro (Faperj); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig); Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb); Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná; Fundação de Apoio à Pesquisa de Goiás (Fapego) e Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc).

Todas as instituições são públicas e, segundo dados do Ricyt, em 2010 elas investiram cerca de 35 milhões de dólares em pesquisa. Para o levantamento das determinações ou orientações para a divulgação em AA dos resultados das pesquisas financiadas, foram analisados os termos de outorga e aceitação do benefício (ou seus equivalentes), bem como o último edital destinado ao financiamento de pesquisa e ao apoio às publicações científicas.

Como resultado desta investigação foi identificado que apenas duas instituições, BNDES e Fapesc, indicaram, em seus editais, que os resultados da pesquisa financiada seriam divulgados publicamente no *site* da própria instituição. Nenhum documento analisado mencionou a publicação ou o depósito da publicação em AA. No entanto, foram identificadas iniciativas de divulgação das publicações nas páginas *web* das agências Fapesp, Fapemig, Fundação Araucária e Capes. Nos editais referentes ao apoio às publicações científicas, apenas três agências (CNPq, Capes e Finep) declararam priorizar o apoio a periódicos eletrônicos em AA.

Além desses documentos, foram identificados, na literatura científica da área, dois documentos com caráter de Política de AA das agências analisadas. O primeiro deles é uma *Declaração de acesso livre* do CNPq (FREIRE, 2011)⁴, no qual é feita uma recomendação para que seus beneficiários publiquem segundo os princípios do AA e depositem seus trabalhos em repositórios de AA. Além disso, é declarada a permissão do uso dos recursos financeiros para o pagamento dos custos de publicação no modelo de acesso livre.

O segundo documento é a *Portaria nº 013* da Capes (SOUZA, 2006)⁵, que institui o depósito obrigatório das teses e dissertações em arquivos digitais acessíveis por meio da Internet. Para avaliar o quanto essas políticas contribuem efetivamente para AA, foi utilizada a metodologia do diretório internacional de política de AA Melibea⁶, que permite o cálculo em percentagem do favorecimento da política ao AA⁷.

O resultado da avaliação demonstrou que a política do CNPq contribui em 11,5% e a política da Capes em 50%. A baixa avaliação da política do CNPq deve-se ao fato de esta ser apenas de caráter recomendatório e não criar mecanismos legais para que ela seja efetivamente cumprida. Já a política da Capes trata o depósito em AA como obrigatório, mas não estabelece medidas de sanção no caso de seu descumprimento.

Considerando os resultados, esta pesquisa concluiu que ainda são poucos os mecanismos legais das agências brasileiras para a promoção do AA. Apesar disso, o estudo também aponta para a existência de experiências que podem orientar as mudanças nesse cenário, como os editais da BNDES, Fapesc, as iniciativas da Fapesp, Fapemig, Fundação Araucária e Capes de divulgação das pesquisas financiadas e as políticas de AA do CNPq e Capes.

Notas

1) Disponível em: <<http://thecostofknowledge.com/>>.

2) BARROS, M. A primavera acadêmica e o custo do conhecimento. *Liinc em revista*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 365-377, 2012.

3) Disponível em: <<http://www.politicascsti.net/>>.

4) FREIRE, J. D. *CNPq e o acesso aberto à informação científica*. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

5) SOUZA, A. A Portaria 13 de 2006 da Capes e os direitos autorais. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, 2006.

6) POLÍTICAS MELIBEA: *Directorio y estimador de políticas em favor del acceso abierto a laproducción científica*. Disponível em: <<http://www.accesoabierto.net/politicas/>>.

7) MELERO, R. Validador de políticas de acceso abierto. *Jornadas OS-Repositorios*. Barcelona, 3-5 mar., 2010. Disponible en: <<http://hdl.handle.net/10609/1724>>.

PORTAL DE REVISTAS ELETRÔNICAS: ACESSO ABERTO À PESQUISA CIENTÍFICA

Maria Cláudia Pestana, Lúcia Maria Sebastiana Verônica Costa Ramos

Resumo

A organização da comunicação científica passou por grandes transformações com o advento do fenômeno chamado Internet. A tecnologia, nos diferentes momentos da história, vem provocando uma necessidade emergente em ordenar e estruturar a informação e o conhecimento de maneira que todos possam acessá-la, independente do espaço geográfico em que o usuário se encontre. Com a atenção voltada para esse desenvolvimento, as instituições públicas vêm criando Portais de Revistas Eletrônicas, nas diversas áreas do saber, com o propósito de disponibilizar e permitir o acesso aberto ao texto completo atendendo, assim, às necessidades da comunidade acadêmica.

Objetivo: Demonstrar a importância dos portais de revistas eletrônicas com acesso aberto ao texto completo.

Metodologia: Foram pesquisadas 39 universidades estaduais e 59 universidades federais no território brasileiro para saber quais possuíam um portal de revistas com acesso aberto ao texto completo. Os dados foram tabulados em planilha do Excel.

Resultados: Das 39 universidades estaduais, 7 não possuem um portal e, das 59 universidades federais, apenas 5 não possuem um portal de revistas com acesso aberto ao texto completo. Em alguns casos foi verificado que o acesso é realizado no próprio *site* da instituição, já em outros casos o acesso está descentralizado na Internet.

Conclusões: Com base nos resultados apresentados, podemos inferir que as bibliotecas públicas estaduais e federais têm aderido ao movimento de acesso aberto das revistas brasileiras, levando em conta sua importância para o desenvolvimento da pesquisa no país, corroborando com a relevância que o tema tem alcançado no meio acadêmico.

PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO NUCLEAR BRASILEIRO: INFRAESTRUTURA PARA INTEGRAÇÃO, ACESSO, COMPARTILHAMENTO E REUSO DE DADOS DE PESQUISA

Luana Farias Sales, Luís Fernando Sayão

Resumo

O Instituto de Engenharia Nuclear (IEN), na qualidade de uma das unidades de pesquisa da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), está voltado para a pesquisa científica e tecnológica, para o ensino em nível de pós-graduação e para a inovação no domínio interdisciplinar das ciências nucleares. Como desdobramento de suas atividades acadêmicas e de pesquisa e desenvolvimento, o IEN produz intensamente informações e dados de pesquisa em formatos digitais. Esses recursos informacionais se manifestam em forma de relatórios, teses e dissertações, artigos, multimídias, apresentações, aulas, programas de computador, simulações, ambientes virtuais e coleções de dados, que estão registrados nos mais diversos formatos e mídias.

Os dados de pesquisa consubstanciam a maioria das publicações formais, como artigos e teses; no entanto, uma parte considerável desses recursos informacionais está disperso em computadores dos próprios pesquisadores ou estão armazenados em servidores ou suportes isolados, ameaçados de desaparecerem pelos ciclos de obsolescência tecnológica, pela fragilidade intrínseca das mídias digitais e pela impossibilidade de uma gestão ativa sobre eles, apesar de constituírem uma parte significativa da memória acadêmica e científica do IEN.

Com o objetivo de preservar, integrar, recuperar, compartilhar e reusar, em âmbito nacional, dados e informações da área Nuclear, fazendo com que esses dados sirvam de base para novas atividades de pesquisa, e possam também cumprir seu papel de memória, foi necessário unir tecnologia e gestão na construção de um repositório digital que apoiasse a custódia e a preservação e evitasse a fragmentação da produção técnico-científica e também dos dados digitais de pesquisas.

Assim, foi desenvolvido, no IEN, um repositório digital baseado em um modelo de metadados, cujo foco está na curadoria e integração dos diversos tipos de informações e de coleções de dados de pesquisa produzidos nos laboratórios do IEN; na geração de indicadores para a gestão de C, T & I; na criação de aplicações inovadoras baseadas no reuso dos conteúdos; e na preservação da memória digital do IEN (SALES; SAYÃO, 2013).

Como resultado, espera-se que esse repositório possa se constituir em um protótipo para criação de um modelo de ciberinfraestrutura para a toda a CNEN e, consequentemente, para a área nuclear no país, tendo por base os seguintes objetivos: apoiar e integrar os processos de criação de coleções de material digital para a área nuclear, incluindo dados de pesquisa; produzir conteúdos digitais para a transferência do conhecimento nuclear, especificamente para o ensino a distância, para a divulgação científica e a pesquisa; desenvolver ambientes virtuais e laboratórios para a geração compartilhada de conhecimento e intensificação da interlocução científica local e remota; promover interoperabilidade e a integração entre os diversos serviços e sistemas de informação da CNEN; e tornar visíveis e abertos, a todas as camadas da sociedade – estudantes, pesquisadores, imprensa, formadores de opinião, fazedores de política e o cidadão comum –, os dados e informações produzidos na CNEN.

Referências bibliográficas

SAYÃO, Luís Fernando et al. (Org.). *Implantação e gestão de repositórios institucional: Política, memória, memórias, livre acesso e preservação*. Salvador: EdUFBA, 2009.

SAYÃO, Luís Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: Um novo patamar para a preservação de dados digitais de pesquisa. *Informação & Sociedade*, v. 22, p. 1. 2012. (UFPB. *Online*).

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luís Fernando. Política de implementação para o repositório de publicações técnico-científicas e de dados de pesquisa: Modelo de metadados, padrões e práticas. *RT-IEN 01-2013*, IEN, 2013. 19p.

QUALIDADE E IMPACTO DAS REVISTAS DO SEER: UMA AVALIAÇÃO SEGUNDO AS NOTAS QUALIS E O FATOR DE IMPACTO

Luísa Chaves Café

Resumo

Introdução

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é uma tradução feita pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), do Open Journal Systems (OJS), *software* de gerenciamento e publicação de revistas de acesso aberto desenvolvido pelo Public Knowledge Project (PKP). Atualmente o SEER disponibiliza 1.065 periódicos eletrônicos brasileiros de acesso aberto, criados e gerenciados por diferentes instituições, associações e editores brasileiros (SEER, 2013).

Segundo o Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (DOAJ), o Brasil é o segundo país com maior quantidade de periódicos de acesso aberto no mundo, com 808 periódicos. Os Estados Unidos, em primeiro lugar, possuem 1.275 periódicos cadastrados no Diretório (DOAJ, 2013). A recente criação de vários periódicos de acesso aberto no Brasil pode refletir um avanço do Movimento AA no país. O surgimento dos periódicos no Brasil é facilitado com o *software* SEER e incentivado pelo programa de avaliação de cursos de pós-graduação da Capes, que valoriza cursos que publicam revistas. No entanto, não se conhece o impacto desses periódicos nas comunidades científicas brasileiras e tampouco como são avaliados.

Visando identificar como estão avaliadas as revistas do SEER, e qual é o impacto dessas publicações, fez-se levantamento sobre o fator de impacto das revistas do SEER e sobre as avaliações Qualis que as revistas obtiveram.

Objetivos

O objetivo geral do estudo é conhecer como estão avaliadas as revistas do SEER e como é a visibilidade dessas publicações.

Os objetivos específicos são: identificar o fator de impacto dos periódicos do SEER, segundo o Journal Citation Report (JCR), e identificar as notas Qualis das revistas do SEER.

Metodologia

Consultou-se os periódicos brasileiros presentes no Journal Citation Report (JCR), da base Web of Knowledge. A listagem do JCR apresenta 121 periódicos brasileiros, entre os quais apenas 19 foram criados pelo SEER. Foram observados os fatores de impacto desses 19 periódicos.

Também foram observados os periódicos cadastrados no SEER, que totalizam 1.065 títulos, segundo suas avaliações no Qualis, sistema de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC – Capes). Todos os 1.065 títulos foram pesquisados no portal WebQualis, que recuperou 864 periódicos avaliados. As notas Qualis podem ser A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 a nota máxima, e C peso zero. As revistas são classificadas em diversas áreas do conhecimento e, para cada área na qual foram classificadas, recebem uma nota. Para esse levantamento, considerou-se a nota mais alta da revista. O Qualis utiliza a tabela de áreas do conhecimento da Capes e do CNPq.

Por intermédio do portal WebQualis é possível acessar documentos que especificam os critérios de avaliação, que variam segundo a área do conhecimento. Para algumas áreas do conhecimento, são especificados requisitos mínimos, que, quando não cumpridos, levam a revista a ser avaliada com a nota C. Para outras áreas, a avaliação é feita com base em indicadores como: vida média, índice H, citações por documento.

As notas das revistas do SEER observadas no portal WebQualis foram transcritas em planilha do Excel. Calculou-se o total de revistas segundo a nota obtida.

Resultados

De 1.065 revistas presentes no SEER, apenas 19 têm fator de impacto calculado no Journal Citation Report (JCR), sendo 12 revistas classificadas como "Ciências" e 7 revistas classificadas como "Ciências Sociais". Entre as 19 revistas, 2 têm fator de impacto igual a 0; 5 revistas têm fator de impacto entre 0 e 0,1; 6 revistas têm fator de impacto entre 0,1 e 0,2; 1 revista tem fator de impacto entre 0,2 e 0,3; 3 revistas têm fator de impacto entre 0,4 e 0,5; 1 revista tem fator de impacto entre 0,5 e 0,6; e 1 revista tem fator de impacto entre 0,6 e 0,7.

Verificando as notas Qualis das revistas do SEER, observa-se que a nota mais frequente nos periódicos é a B5. Há 176 periódicos com essa nota, ou seja, 16,52% do total de 1.065 periódicos. Há 173 periódicos com a nota B4, o que corresponde a 16,24% do total. Nota-se que 201 (18,87%) periódicos não foram avaliados pelo sistema WebQualis. Os periódicos avaliados com as notas A1 e A2 representam apenas 7,0% do total, sendo 11 periódicos com a nota A1, e 64 periódicos com a nota A2. Os periódicos que obtiveram nota C, ou seja, peso zero na avaliação, representam 5,16% do total; 101 (9,48%) periódicos obtiveram a nota B1; 140 (13,14%) obtiveram a nota B2; e 144 (13,53%) foram avaliados como B3.

Conclusão

O SEER possibilitou a criação de 1.065 revistas. No entanto, apenas 7,0% desse total obtiveram avaliação A1 e A2 no sistema Qualis. Também se observa que apenas 19 periódicos do sistema possuem fator de impacto no JCR. Esses dados revelam baixa visibilidade dos periódicos brasileiros de acesso aberto. Há facilidade na criação das revistas no SEER, mas não há controle de qualidade dos periódicos do sistema, não sendo feito acompanhamento de fatores determinantes da qualidade das revistas, tais como periodicidade e indexação em bases de dados nacionais e internacionais. Os resultados apontam para a necessidade da melhoria no nível de qualidade dos periódicos de acesso aberto no Brasil, a fim de esse tipo de publicação vir a tornar-se uma opção atraente para os pesquisadores brasileiros.

Referências

CAPES. *Qualis Periódicos*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CAPES. *WebQualis*. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CAPES. *Tabela de áreas do conhecimento*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

ISI WEB OF KNOWLEDGE. *Journal Citation Report*. Disponível em: <<http://admin-apps.webofknowledge.com.ez54.periodicos.capes.gov.br/JCR/JCR?SID=1A2K6edPKnocjdDKIai>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

IBICT. *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas*. Disponível em: <<http://www.ibict.br/seer>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

DOAJ. *Directory of Open Access Journals*. Disponível em: <<http://www.doaj.org/>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

REPOSITÓRIO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: DEMOCRATIZAÇÃO DOS SABERES NA EDUCAÇÃO

Caterina Groposo Pavão, Janise Silva Borges da Costa, Manuela Klanovicz Ferreira, Zaida Horowitz

Resumo

Este trabalho aborda aspectos relacionados à criação de repositórios de Recursos Educacionais Abertos (REA) produzidos em instituições de ensino superior, com o propósito de subsidiar a organização das informações, de forma estruturada e padronizada para maximizar a divulgação, o uso e reuso dos materiais nelas produzidos e possibilitar o compartilhamento de metadados por meio de mecanismos que centralizam as informações contidas nos repositórios em um único portal. Os REA surgiram e desenvolveram-se a partir do movimento em direção à democratização da educação. Nesse sentido, são apresentadas as definições para entendimento de REA como um processo de construção criativo que envolve pesquisa, tempo de elaboração, estruturação e reestruturação de significados para o contexto no qual será empregado.

Não há consenso na literatura quanto à definição de REA, ou objetos de aprendizagem, como também são denominados, sua construção ainda está em discussão, tanto na comunidade acadêmica nacional como internacional, muito embora o objetivo compartilhado por todos seja o de criar bens educacionais de acesso aberto e permanente para o benefício da sociedade como um todo.

A definição apresentada neste trabalho foi elaborada tomando por base, principalmente, as manifestações da Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED), programa da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE) e da Unesco. Para viabilizar a concepção de um repositório de REA é fundamental a formação de uma equipe multidisciplinar integrada por profissionais de TI, bibliotecários e educadores, a fim de aprofundar as discussões e o conhecimento sobre as características tecnológicas e pedagógicas dos mesmos. Identificar e enumerar os tipos de documentos REA são passos essenciais no processo de planejamento do repositório, sobretudo para edificar um conjunto de metadados relevante e consistente que possibilite descrever a diversidade de objetos digitais disponíveis.

A elaboração conjunta do padrão de metadados e a clareza e entendimento de cada um dos elementos assume um papel fundamental para consistência das informações e para qualificar a identificação do objeto, assim como facilitar sua busca, recuperação e visualização pelo usuário final. Outro aspecto relevante refere-se às questões de direito autoral, que impactam fortemente no ambiente tecnológico e informacional quando se pretende disponibilizar recursos educacionais em acesso aberto. Deve-se ter em mente a preservação dos direitos dos autores, que são inalienáveis e irrenunciáveis, e os direitos que estabelecem as condições de reprodução e distribuição da obra. Considera-se de suma importância adotar padrões de descrição de metadados e de interoperabilidade, com o intuito de garantir que os recursos estejam disponíveis para uso pela comunidade, não só a partir de repositório institucional, como também para coleta automática por parte dos provedores de serviços e/ou de portais, que reúnem os metadados e os objetos digitais de vários repositórios, ampliando a visibilidade e maximizando o uso dos REA.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL CRUESP: MAIS DO QUE UM CONSÓRCIO, UM TRABALHO INTEGRADO USP, UNESP E UNICAMP

Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, Luiz Vicentini, Flávia Maria Bastos, Silvana Vidotti

Resumo

Atendendo à solicitação da Fapesp, as três universidades estaduais paulistas se comprometem a implantar o repositório institucional da produção intelectual do Cruesp. A sugestão era que tal repositório Cruesp: a) serviria de modelo para o estado paulista; b) de subsídio e fomento para um portal integrado a ser desenvolvido pela equipe do Programa Scielo, aglutinando as demais universidades paulistas; c) e, principalmente, de base para a constituição da Política de Acesso Aberto da Fapesp.

Dentro dessa proposta, o repositório Cruesp tem como objetivo:

- Desenvolver uma metodologia para implementação de repositórios institucionais universitários, com base em padrões internacionais de interoperabilidade e acessibilidade, visando à geração de um portal integrado da produção intelectual produzida nas universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp).

E como objetivos específicos:

- Consolidar uma metodologia única para construção de repositórios institucionais da produção intelectual Cruesp, visando aumentar a visibilidade e acessibilidade de suas pesquisas e maior internacionalização de seus resultados, especialmente aqueles obtidos em projetos financiados pela Fapesp.

- Implantar um repositório institucional da produção intelectual em cada uma das três universidades estaduais paulistas, seguindo padrões e protocolos internacionais, de modo a dotá-los das características mínimas necessárias para interoperabilidade entre si e entre outros sistemas nacionais e internacionais, em especial com o SciELO.

- Estabelecer metodologia de trabalho coordenado entre repositório Cruesp e Projeto SciELO e Biblioteca Virtual da Fapesp, visando ao contínuo e sistemático intercâmbio de dados entre eles, sendo o primeiro para coleta de metadados WOS e o segundo para *link* correlacional entre o texto completo dos repositórios e a descrição e relatório do projeto original.

- Criar um Programa de Formação em Serviço com foco nas equipes das bibliotecas Cruesp, visando integrá-las ao projeto e prepará-las para a gestão da produção da comunidade de suas respectivas unidades, bem como atuação direta com docentes, alunos e servidores para melhoria contínua do repositório Cruesp.

Muito embora a implantação de um repositório institucional em qualquer uma dessas universidades seja um projeto de longo prazo, dada sua grandeza e profundo envolvimento com todos os sistemas corporativos já existentes, as equipes dos sistemas de bibliotecas Cruesp comprometeram-se a criar a infraestrutura básica para um repositório que atenda à demanda de suas universidades, e assumiram o compromisso de lançar, em outubro de 2012, uma versão piloto do repositório Cruesp a partir da integração dos três repositórios por meio do sistema de descoberta e entrega utilizado pela USP. Para tanto, os três repositórios deverão estar povoados com os metadados e texto completo dos artigos de seus pesquisadores publicados em revistas SCIELO e indexados pela Web of Science do ano de 2012.

Esse pôster descreve o projeto piloto iniciado e que servirá de base para a consolidação dos respectivos repositórios institucionais individuais em cada uma das universidades envolvidas.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO: VISIBILIDADE, COOPERAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA

Roger de Miranda Guedes

Resumo

O Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro (RI-FJP) tem o objetivo de incrementar a promoção, difusão e uso da produção intelectual da Fundação João Pinheiro reunindo, preservando e favorecendo a visibilidade da informação científica resultante das atividades da instituição. Apresenta-se o RI-FJP partindo dos aspectos relacionados à sua concepção (técnicos, gerenciais e políticos) e avançando para o plano de estratégias que visam à adesão da comunidade institucional às práticas de autoarquivamento.

REPOSITÓRIO: UMA SOLUÇÃO POSSÍVEL PARA O ACESSO, VISIBILIDADE E PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO PRODUZIDO EM PANAFETOSA – OPAS/OMS

Dayse Carias Bersot, Cícera Henrique da Silva

Resumo

Um repositório institucional de acesso aberto é algo que vai além de um simples arquivo para armazenar documentos. Em primeiro lugar, responde ao compromisso de uma instituição em tornar visível o conhecimento que ela gera, além de preservar a produção de toda a rede de profissionais que trabalha com informação: bibliotecários, técnicos informáticos, pesquisadores e gestores de instituições. Uma eficiente participação de todas as partes permitirá que o repositório seja uma realidade e ofereça ao público todo o conhecimento gerado, explicitando a identidade da instituição.

Por muito tempo, pensava-se o ambiente da biblioteca como um lugar tranquilo, onde o silêncio era obrigatório e o cenário estava completamente distante da agitação da vida cotidiana. Nos últimos anos, a nova imagem da biblioteca vem se consolidando como um espaço sem muros, caminhando rumo aos avanços que a tecnologia vem disponibilizando.

Atualmente, fala-se muito dos ambientes virtuais e de um novo modelo de trabalho feito na prática cotidiana das bibliotecas, que passou a ser feito em espaços digitais, além da possibilidade de pesquisas e visitas a acervos de museus e arquivos sem sair de casa, utilizando os recursos que a Internet pode oferecer.

Nesse sentido, podemos perceber que estamos inseridos em um contexto no qual a Sociedade do Conhecimento, as mudanças e as inovações tecnológicas ocorrem em um ritmo tão acelerado, que se torna fundamental identificar e gerir inteligentemente o conhecimento das pessoas nas organizações. Essa nova era pressupõe uma imensa oportunidade de disseminar democraticamente as informações e utilizá-las para gerar novos conhecimentos que levem as novas gerações em direção a uma sociedade mais justa e informada.

Diante desse contexto surge a necessidade de o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – OPAS/OMS (PANAFETOSA) estar inserido na prática da preservação, utilizando as ferramentas tecnológicas. PANAFETOSA é um organismo internacional que faz parte do Programa de Saúde Pública Veterinária da Organização Pan-Americana e Mundial da Saúde, que tem como missão fundamental exercer cooperação técnica com os países do continente americano na organização, desenvolvimento e fortalecimento de programas de ação nacionais e regionais para o controle e erradicação da febre aftosa, no desenvolvimento de ações ligadas a zoonoses de impacto na saúde humana e produção animal e, por último, e não menos importante, atuar nas iniciativas ligadas à inocuidade dos alimentos.

Esse papel de coordenação permite antever a importância da informação como elo entre os países e como principal motor nos programas de prevenção, que se apoiaram no esclarecimento e entendimento de formas de contaminação das doenças.

Entre os principais feitos de PANAFETOSA – OPAS/OMS está o desenvolvimento semi-industrial da vacina antiaftosa e a transferência de tecnologias para os países, realizados no período de 1978 a 1984. Esse fato, sem dúvida, é um importante marco na memória das equipes de profissionais que trabalharam na instituição, sedimentando sua relevância no cenário da Saúde Pública Veterinária.

De 1990 a 1991 foram incorporados métodos de biotecnologia no diagnóstico e controle da vacina. No que diz respeito à formação de recursos humanos, de 1953 até 1991, foram capacitados mais de 5.000 profissionais em cursos e projetos da instituição. Isso mostra a importância do trabalho realizado por PANAFETOSA – OPAS/OMS, e o valor de toda a história registrada e preservada na instituição.

A febre aftosa retorna ao cenário agropecuário e encontra-se disseminada em quase todos os continentes. Além de preocupações com a saúde animal e produtividade agropecuária, os governos se mobilizam para garantir sua fatia no comércio exterior, já que existem restrições pesadas para comercialização de carnes de rebanhos suspeitos de contaminação. O Rio Grande do Sul, estado brasileiro, sofreu grandes prejuízos, com consequências visíveis no que tange aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Do ponto de vista do conhecimento, o que se pensava fazer parte da memória e história, retorna à atualidade. Todas as fontes produzidas que até então faziam parte do acervo histórico da instituição foram usadas como suporte para as novas ações a serem revistas ou implementadas.

Nasce, assim, uma oportunidade única de trabalhar-se com a memória do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa – OPAS/OMS, que vem, ao longo de seus quase 62 anos de existência, desenvolvendo e reunindo um expressivo acervo documental, resultado de suas atividades de pesquisa, tecnologia, produção e controle de vacinas. Documentos que relatam os resultados de ações de coordenação entre países, de programas de educação para prevenção, além de um acervo iconográfico que retrata as diferentes fases da instituição e que eternizam momentos únicos.

O acervo documental que se encontra mais organizado é o do Centro de Gestão do Conhecimento/Biblioteca (CGC), estruturado em catálogos de fichas que cobrem o período de 1951 a 1986, e em uma base de dados local (Nutshell Plus), cobrindo o período de 1951 até o ano de 2004, e também há muita documentação histórica indexada na Biblioteca Virtual de Saúde Pública Veterinária. Esse acervo é misto, somando a produção de artigos, boletins, relatórios técnicos, fotografias e material de eventos nos quais a instituição participou e/ou organizou. Desconhece-se, entretanto, se outros departamentos de PANAFOTSA – OPAS/OMS guardam documentos que possam complementar os do CGC.

Diante da realidade apresentada, observa-se que a história e a memória deveriam estar em posição de destaque na instituição. Pensou-se que a criação de um repositório institucional atuaria como fonte que concentraria toda a informação e todo o conhecimento histórico, além de atuar como ferramenta de divulgação e disseminação do conhecimento. Atualmente, as informações que compõem a memória da instituição não têm qualquer tipo de tratamento para rastreabilidade e recuperação rápida.

A disponibilização do conteúdo que compreende a história e a memória de PANAFOTSA – OPAS/OMS apresenta-se, assim, como bastante importante, na medida em que se busca articular, em um mesmo ambiente, organizado sobre a mesma lógica, o conhecimento construído ao longo de mais de seis décadas de existência da instituição.

REPOSITÓRIOS DIGITAIS: UM ESTUDO DE CASO DO REPOSITÓRIO ELETRÔNICO INSTITUCIONAL (REI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Fabiana da Silva França, Adriana Carla Silva de Oliveira, Guilherme Ataíde Dias, Francisca Arruda Ramalho

Resumo

Introdução

O crescimento das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC) otimizou as diversas formas de comunicação científica, com novos produtos e serviços, dentre eles, os repositórios eletrônicos. As ferramentas de trabalho advindas das TDIC quebraram paradigmas de acesso à informação e mudaram efetivamente a forma de publicação do conhecimento registrado, proporcionando novos rumos à comunicação científica. Nesse contexto, surge a questão norteadora da presente pesquisa: A recuperação da informação no Repositório Eletrônico Institucional (REI) da UFPB, quanto aos critérios de usabilidade, é de fácil acesso?

Objetivo

Verificar a usabilidade do Repositório Eletrônico Institucional da UFPB à luz de uma abordagem de avaliação de interfaces homem-máquina, como ferramenta para recuperação da informação.

Metodologia

Para alcançar os objetivos, previamente formulados, foi elaborado um instrumento de coleta de dados em forma de lista de inspeção para verificar a usabilidade do repositório, tendo sido escolhido o padrão internacional ISO 9241, que aborda os requisitos ergonômicos para o trabalho de escritório, contando com computadores equipados com terminais de vídeo (ISO 9241, 1998). A pesquisa foi norteadora por uma abordagem qualitativa; ao mesmo tempo em que possui natureza exploratória, também apresenta características descritivas, pois tem como principal finalidade a descrição das características de determinada população ou fenômeno. A pesquisa está em fase de análise dos resultados.

Resultados esperados

O principal resultado esperado é identificar quais recursos e serviços estão sendo utilizados no repositório da UFPB, quais não estão atendendo às necessidades informacionais dos usuários de forma satisfatória e quais os critérios que estão ausentes no ambiente virtual do REI. Ao mesmo tempo busca-se enumerar subsídios para uma avaliação criteriosa do repositório com foco na recuperação da informação, visando oferecer um serviço de melhor qualidade aos usuários. Ao final da pesquisa espera-se que os resultados permitam conhecer: a) os recursos e serviços que estão sendo utilizados; b) os recursos que não estão atendendo às necessidades informacionais dos usuários de forma satisfatória; c) os recursos que estão ausentes no ambiente; d) os mecanismos de recuperação das informações no repositório; e) e o uso do autoarquivamento. Espera-se também contribuir, de forma significativa, mediante as diretrizes de usabilidade verificadas, para melhorar a interface do repositório como importante instrumento de recuperação da informação, à luz de uma abordagem de interfaces homem-máquina, em prol da comunidade acadêmica e da sociedade.

REVISTAS EM ACESSO LIVRE DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO: CRIAR VALOR PARA A COMUNIDADE

Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco, Diana Silva

Resumo

A implementação de uma plataforma integrada para disponibilização de publicações científicas e académicas produzidas na Universidade de Aveiro (UA) surge da necessidade de reunir num único ponto a informação produzida pelos departamentos e unidades de investigação da UA, bem como responder à necessidade que foi sendo demonstrada pelos editores das publicações em realizar mudanças à forma de publicação, à passagem para ambiente *web* das mesmas e a promoção dos conteúdos publicados.

Num esforço integrado com os departamentos, as comunidades de investigação e as unidades de apoio, as bibliotecas da UA avançaram em 2009 com a criação da plataforma Revistas em Acesso Livre da Universidade de Aveiro (<<http://revistas.ua.pt>>), baseada no *software* Open Source OJS – Open Journal Systems.

A implementação da plataforma Revistas em Acesso Livre da UA e a seleção do *software* OJS possibilitou dar resposta a diversas questões, nomeadamente: a disponibilização de informação na *web* de forma integrada e dinâmica; a criação de *workflows* para o processo editorial das revistas; mecanismos que possibilitem a divulgação e o aumento da visibilidade das publicações, bem como responder às questões ligadas à preservação digital dos conteúdos.

O presente pôster tem como finalidade partilhar a metodologia aplicada pelas bibliotecas da UA na implementação da plataforma Revistas em Acesso Livre da UA, na definição de uma estratégia de proximidade com as equipas de edição e publicação e na aposta da criação de conteúdos de apoio para a promoção da informação e para a indexação das publicações em sistemas externos.

Durante o processo de implementação da plataforma de alojamento de revistas e do acompanhamento feito aos editores das mesmas, verificou-se que as publicações a integrar apresentavam características diferentes e a estratégia prevista pelas bibliotecas da UA foi sendo adaptada às especificidades das publicações.

Foram identificadas revistas apenas publicadas em formato papel (versão impressa) que pretendiam em alguns casos eliminar a versão impressa, a partir do momento em que a revista fosse publicada em ambiente digital e outras em que existe o interesse em manter ambas as versões. Em ambiente digital foram identificadas revistas que eram publicadas através de um *site web* estático, sem qualquer tipo de descrição bibliográfica ou funcionalidades de interoperabilidade, que permitissem a integração com os motores de pesquisa na *web*, etc. e que pretendiam avançar para a publicação via OJS. Para além destes, houve ainda casos em que as revistas nasceram com a integração na plataforma Revistas em Acesso Livre da UA (OJS).

Nesse cenário pouco homogéneo, as bibliotecas da UA têm tido um papel de mediação no processo de publicação, baseada na proximidade com os editores e na oferta de um serviço de formação e *helpdesk*.

De forma a tornar mais flexível o processo de passagem para o meio digital e a gestão do fluxo de edição foram criados pacotes que se ajustam às particularidades das revistas alojadas. A oferta de serviços personalizados foca-se no modelo de criação e gestão da revista que pode, numa primeira fase, passar por uma dependência de tarefas, concentrada numa única pessoa ou na equipa da biblioteca da UA ou na adaptação imediata ao fluxo editorial do sistema de alojamento.

A maioria das revistas alojadas não assumiram de imediato o controlo no fluxo de edição da plataforma, adaptando o processo de edição já praticado na publicação da versão impressa. Esta opção está relacionada com fatores como a falta de tempo dos editores e

responsáveis para a adaptação ao sistema de publicação e a gestão *online* da revista e dificuldades na percepção do processo de auto-submissão e configuração da revista na plataforma.

Neste contexto as bibliotecas da UA ficaram, em alguns dos casos, responsáveis pela criação e configuração da revista na plataforma, carregamento dos números correntes e retrospectivos das publicações (para alguns casos houve mesmo a necessidade de digitalização dos originais), controle de qualidade e uniformização dos metadados.

Os conteúdos foram disponibilizados em acesso aberto, sendo que o incentivo ao mesmo não foi considerado um aspecto crítico. O acesso livre à informação foi até ao momento uma decisão natural por parte dos editores e responsáveis pelas revistas. Em casos excepcionais foi considerado o embargo, sendo os números retrospectivos inseridos na plataforma depois de ultrapassado o período definido para restrição de acesso.

A estratégia adotada pelas bibliotecas da UA passa também pela formação e incentivo à autonomização dos processos para editores e responsáveis das revistas, bem como pela criação de conteúdos de apoio sobre a indexação de revistas em bases de dados e/ou diretórios externos (Google Scholar, DOAJ – Directory of Open Access Journals, OAIster, etc.).

Pretende-se, através do serviço de *helpdesk* e formação, apoiar os editores na parametrização das revistas na plataforma, na comunicação com os agentes envolvidos no processo de submissão e revisão da publicação, na construção de mecanismos de divulgação e relançamento da revista em ambiente digital, aumentando, assim, o impacto da produção e a visibilidade alcançada.

SERVIÇOS PARA O ACESSO ABERTO EM PORTUGAL: O PROJETO RCAAP

José Carvalho, Eloy Rodrigues, João Moreira

Resumo

O Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) é uma infraestrutura nacional que pretende promover a visibilidade e acessibilidade da produção científica portuguesa, melhorar o acesso à sua produção científica e integrar a iniciativa portuguesa no contexto internacional do acesso aberto.

Para atingir os seus objetivos, o projeto centrou-se no desenvolvimento de um conjunto de serviços de apoio à comunidade, quer de quem produz (autores) como de quem gere (gestores de repositórios) e de quem utiliza a produção científica (investigadores):

- PORTAL DE PESQUISA

O Portal RCAAP agrega a produção científica das instituições portuguesas, quer através dos seus repositórios de literatura científica quer de revistas em acesso aberto, assim como dados científicos. Além disso, integra ainda a produção científica integrada no projeto OASISbr. Do mesmo modo, o Portal RCAAP disponibiliza para esse projeto toda a produção científica portuguesa para pesquisa no portal brasileiro.

- SERVIÇO DE ALOJAMENTO DE REPOSITÓRIOS

O Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais (SARI) aloja gratuitamente repositórios científicos e assegura toda a componente técnica de manutenção do serviço, permitindo à instituição centrar-se na sua gestão.

- SERVIÇO DE VALIDAÇÃO DE REPOSITÓRIOS

Uma vez que o projeto adotou as diretrizes Driver, foi criado um validador de interfaces OAI-PMH para averiguar o cumprimento dessas diretrizes. Esse processo de validação foi também integrado no Portal de Pesquisa RCAAP para o processo de agregação diária.

- SERVIÇO DE ALOJAMENTO DE REVISTAS CIENTÍFICAS

O Serviço de Alojamento de Revistas Científicas (SARC) aloja gratuitamente revistas através do sistema OJS e assegura toda a componente técnica de manutenção do serviço, permitindo ao editor centrar-se no processo editorial.

- REPOSITÓRIO COMUM

Este repositório foi criado para instituições com pequena dimensão no que diz respeito à produção científica. É uma forma rápida de iniciar o processo de divulgação em acesso aberto.

- SCEUR

Baseado nas orientações para estatísticas de uso, o Serviço Centralizado de Estatísticas de Uso de Repositórios (SCEUR) agrega diversos eventos, como *downloads* e consultas do repositório para comparar ou obter indicadores de repositórios.

- REPOSITÓRIO DE DADOS CIENTÍFICOS

Este repositório pretende disponibilizar um espaço de partilha dos dados científicos para promover a sua curadoria, gestão e disponibilização em conjunto com a literatura científica a que deram origem.

- DIRETÓRIO LUSO-BRASILEIRO

O Diretório Luso-Brasileiro pretende manter um registo dos repositórios e revistas em acesso aberto, em Portugal e no Brasil.

- *HELPDESK*

O serviço de apoio ao utilizador é transversal a todos os serviços do projeto, permitindo apoio por e-mail e telefone, tanto para aspetos técnicos como de gestão dos serviços e suas configurações.

Esse conjunto de serviços têm proporcionado um contexto bastante favorável para Portugal no desenvolvimento do acesso aberto, traduzindo-se no crescente número de repositórios, revistas e, consequentemente, de registos em acesso aberto, assim como nas várias políticas que têm sido implementadas nas instituições.

TREINAMENTO SEER A DISTÂNCIA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPASSE DE TECNOLOGIA

Milton Shintaku, Andrea Valadão, Ronnie Brito

Resumo

A Educação a Distância (EaD) não é, propriamente, uma novidade possibilitada pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ou seja, pela Internet. Em uma revisão histórica, Alves (2011) apresenta, cronologicamente, que o repasse de informações a distância tem raízes bíblicas, com as epístolas de São Paulo, mas que, sistematicamente, apenas no século XVIII apresenta metodologia de tutoria a distância, por meio de um anúncio de jornal, pela *Gazeta de Boston*, na edição de 20 de março de 1728, pelo professor Caleb Phillips. Assim, o ensino a distância tem longa história.

Entretanto, é indiscutível que a EaD tomou grande impulso com a Internet, da mesma forma que com outras tecnologias, como os correios, o rádio e a televisão. Iniciativas privadas como o Instituto Universal Brasileiro, datado de 1941, ou governamentais, como o Projeto Minerva da década de 1970, do século passado, foram de indiscutíveis avanços para a época.

Nos dias atuais, o impulso dado pelas tecnologias disponíveis na Internet apoiam, significativamente, a EAD. Esta se torna uma opção valiosa ao repasse de informações, uma possibilidade para formação adequada ao momento atual.

Nesse contexto, o presente trabalho foca na iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) de ensino a distância sobre a ferramenta Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Um levantamento de abordagem etnográfica, que reúne informações sobre o serviço SEER a distância (SEERaD). Um estudo descritivo que visa apresentar a iniciativa de repasse de tecnologia, com uso de EAD à comunidade.

O SEERaD foi implementado em 2010 com tecnologia Moodle, amplamente utilizada em EaD. Inicialmente, um teste piloto foi ofertado a colaboradores do Ibict, com fins de ajuste à metodologia. O SEERaD teve sua implementação mais ativa em 2011, com seis das nove edições, retomado em 2013, com planejamento de três cursos ajustando o material didático e a metodologia.

Mesmo que o curso tenha a duração estimada em duas semanas, com tempo previsto de uma hora por dia útil, o presente estudo revela que, seguindo um preceito básico da EaD, que respeita o ritmo dos alunos, em grande parte, estende-se o prazo para término do curso em uma semana, totalizando três semanas, que inviabiliza a oferta de mais de um curso por mês.

Composto de abordagem prática, o SEERaD promove simulação na criação completa de revistas, com todas as etapas, da criação da revista, propriamente dita, até a publicação completa de um número da mesma.

Outro ponto importante na EaD é a possibilidade de transcender o aspecto geográfico. Nesse aspecto o SEERaD atendeu, praticamente, a todo o Brasil. Mesmo com certa predominância de treinandos de Brasília, dos 249 treinandos, 38% são do Distrito Federal, seguidos por São Paulo com 27% e Minas Gerais com 18%. Constatou-se que das 27 unidades federativas brasileiras, o SEERaD atingiu 23 estados. Revela-se o atendimento à questão da abrangência geográfica do treinamento.

Por fim, o SEERaD, em processo de revitalização, prepara-se para novos desafios com aporte para atualizações, atendendo às necessidades de capacitação técnica e tecnológica da comunidade usuária do SEER.

Referências bibliográficas

ALVES. L. Educação a distância: Conceitos de história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*. São Paulo, v. 10, 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/_brazilian/edicoes/2011/2011_Edicaov10.htm>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica: O papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre. *Encontros Bibli*. Santa Catarina, 2007. Número especial. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12nesp1p1>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

UM ESTUDO DA PERCEPÇÃO DO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA POR PESQUISADORES BRASILEIROS

Ariadne Chloe Mary Furnival, Pedro Carlos Oprime, Nelson Sebastian Silva Jerez

Resumo

O **objetivo** foi o de examinar como a crescente circulação da informação científica em Acesso Aberto (OA) é percebida pela comunidade científica brasileira, localizando-se dentro de um corpo de estudos internacionais sobre a percepção do OA pelos produtores e usuários da informação científica. Especificamente, visou-se: identificar as opiniões da comunidade científica brasileira em relação à crescente disseminação de publicação em OA, referente tanto à “via verde” quanto à “via dourada”; identificar os fatores que afetem sua aceitação ou resistência em publicar suas pesquisas nas revistas em OA ou depositar cópias de seus trabalhos em repositórios de OA; mapear aspectos do comportamento informacional desses pesquisadores como usuários de informação no que diz respeito ao seu acesso, uso e percepções de fontes disponíveis em OA.

Subjacente a tais estudos é a premissa de ser relevante aprofundar níveis de compreensão das opiniões e atitudes de cientistas sobre o OA, já que existe um consenso que um dos principais “gargalos” à adoção ampla de práticas da disseminação aberta da informação científica é justamente a postura do pesquisador diante dessas novas práticas.

Foi adotada uma **abordagem metodológica** quantitativa, para garantir a maior cobertura possível do universo dos sujeitos da pesquisa, usando o método *survey* para o levantamento de dados, do tipo descritivo para identificar quais atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população. O *survey* foi composto por 29 questões fechadas, utilizando uma escala Likert, e agrupadas em três grandes conjuntos que visaram captar: a) o grau de conhecimento dos preceitos e práticas de OA detidos por pesquisadores; b) suas opiniões em relação ao OA; e c) suas práticas e hábitos atuais em relação à publicação e uso de trabalhos científicos.

A amostragem foi não probabilística, usando, para fundamentá-la, a base de dados de acesso público, a GeoCapes, que mostra que há 52.547 doutores permanentes distribuídos nas universidades brasileiras. O tamanho da amostra com 95% de confiança de erro de estimativa de 2,04% para mais e para menos é de 2.300 doutores, aproximadamente. Depois, foi calculado o tamanho da amostra para cada UF, e o convite para acessar e responder ao *survey online* (usando o *software* em código aberto, Limesurvey (<<http://www.limesurvey.org/>>)) foi enviado no e-mail do pesquisador. Para que fossem os mais atualizados e confiáveis, os e-mails de contato dos pesquisadores foram colhidos de artigos publicados em 2013, em revistas científicas no SciELO e na Web of Science (WoS). A pesquisa está em andamento, e até hoje, o retorno de *surveys* completados na íntegra foi baixo: 185 dos 1.329 enviados.

No geral, os **resultados preliminares** revelam que os pesquisadores brasileiros detêm uma percepção positiva do OA, 70,88% concordando totalmente, e 23,63% parcialmente, com o princípio que o público em geral tem o direito de ter acesso aos artigos resultantes da pesquisa científica financiada pelos cofres públicos. Como tem sido levantado na literatura sobre *surveys* já realizados nesse campo, o possível risco de viés nos resultados é que os respondentes sejam oriundos dos grupos daqueles pesquisadores fortemente a favor ou contra OA. Tal viés talvez seja evidente no resultado que 52,20% dos respondentes concordam totalmente com a noção que o OA pode aumentar o impacto das publicações científicas, contribuindo, assim, para a potencial evolução dos campos científicos, e, na mesma linha, 85% acreditam que o OA suscita maior visibilidade aos grupos de pesquisa e às IES.

Foi interessante notar que 54% dos respondentes concordam com a possibilidade de suas instituições ou das agências de fomento à pesquisa obrigarem os pesquisadores a disponibilizar os resultados de pesquisa em OA. Também para cerca de 75% dos respondentes, o acesso fácil às publicações científicas por pesquisadores no Brasil, via a plataforma Capes Periódicos, não diminui a relevância da promoção e adoção do OA no

Brasil. Tampouco a maioria adere a certos mitos em torno do OA, 39,6% discordando totalmente com a noção que é mais fácil plagiar artigos disponíveis em OA (comparado com 7% que concordam totalmente).

De modo semelhante, 54% dos respondentes discordaram totalmente com a afirmação que publicações disponíveis em OA, seja em repositórios, seja em revistas, passam por uma avaliação pelos pares menos rigorosa. Mais de 41% dos respondentes discordaram totalmente com a colocação que os dados brutos de pesquisas não deveriam ser disponíveis em repositórios digitais, mas, ao mesmo tempo, 48,35% responderam que nunca tinham depositado dados brutos em um repositório. Em termos de hábitos de uso da informação, mais de 60% de respondentes afirmaram usar artigos encontrados em canais de OA, mas costumam referenciar a versão do mesmo artigo publicado em revistas assinadas.

Em relação ao autoarquivamento em repositórios, houve uma perceptível preferência (53% dos respondentes) pelo depósito do *postprint* revisada pelos pares, à versão *pre-print*. Trinta e oito por cento manifestaram uma preferência de publicar em revistas com fator de impacto alto em detrimento àquelas revistas em OA, e foi expressiva (72%) a quantidade de respondentes que nunca usou a licença Creative Commons em seus trabalhos.

As **conclusões provisórias** desta pesquisa em andamento, no geral, apontam para uma percepção positiva do OA pela comunidade científica brasileira. A disseminação das publicações científicas em OA é entendida pelos respondentes como uma forma de melhorar a eficiência e efetividade do sistema de comunicação científica, suscitando potenciais vantagens, tanto para os pesquisadores-autores quanto para as instituições de ensino e pesquisa e para a sociedade em geral. Mas é interessante observar que tais percepções positivas existem ao lado de práticas de publicação e citação ainda mais convencionais. Espera-se que os resultados possam, eventualmente, subsidiar políticas institucionais (das universidades públicas brasileiras) de comunicação, mediação e divulgação científica em canais de OA.

Notas do Editor

- Respeitou-se a escolha dos autores que optaram pelos resumos expandidos ou ampliados.
- As informações constantes nas Referências Bibliográficas é de responsabilidade dos autores, já que este *Caderno* é composto dos resumos dos trabalhos, e não dos trabalhos completos.

**CONFERÊNCIAS PLENÁRIAS – RESUMOS DAS
MESAS**

MESA I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO

Fapesp: Política de acesso aberto à ciência em São Paulo

Carlos Henrique de Brito Cruz

Resumo indisponível, pois não enviado

Developing a framework for open access policies in the United States

Heather Joseph

Governments fund research with the expectation that new ideas and discoveries will advance science, stimulate the economy, and improve the lives of its citizens. Because taxpayers underwrite this research, they have a right to expect that its distribution and use will be maximized, and that they will have access to the resulting articles and data. In the U. S., policymakers are increasingly aware of the potential of creating policies to ensure such open access to publicly funded research articles. By removing barriers to sharing and enabling productive reuse of research outputs, especially thorough computational analysis, data and text mining, we can increase its use and application, and speed up the translation of this knowledge into innovative applications – products and services which will benefit the public, fuel economic growth, and provide opportunities for the creation of new jobs. This talk will explore the framework that is currently under development in the United States to ensure that effective policies are established to provide access to research articles and data – with a particular emphasis on current Obama Administration and Congressional efforts.

Proposta de políticas de acesso aberto da FCT

João Nuno Ferreira

A disponibilização dos resultados da investigação científica através da internet, de forma aberta, livre e sem custos para o utilizador, tem registado um apoio crescente em nível internacional. Contando com o apoio de investigadores, universidades e instituições de I&D, organizações internacionais e agências públicas financiadoras de investigação, as vantagens da disponibilização de publicações em acesso aberto são amplamente reconhecidas. Estes benefícios incidem sobre a investigação de forma direta, facilitando a interdisciplinaridade e aumentando a sua visibilidade, mas também causam impacto em nível social e económico, levando a investigação a profissionais de outras áreas, a empresas e a públicos interessados.

Portugal é reconhecido na Europa pela sua política inovadora em matéria de acesso aberto, tendo o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) um papel essencial no aumento da visibilidade das universidades portuguesas na Internet e na rápida expansão dos repositórios institucionais de acesso aberto em nível nacional. No sentido de motivar o desenvolvimento contínuo das políticas de acesso aberto em nível nacional, a FCT pretende participar de forma ativa na implementação de estratégias neste âmbito para a investigação que financia. De forma a apoiar o acesso sem restrições aos resultados da investigação que resulta de financiamento público, a FCT pretende implementar uma Política de Acesso Aberto que será apresentada nesta conferência.

MESA II – DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO

Direito autoral e acesso aberto

Marcos Alves de Souza

Resumo indisponível, pois não enviado.

Os direitos dos autores e as necessidades dos utilizadores de obras intelectuais

Claudia Trabuco

Resumo indisponível, pois não enviado.

Copyright's relationship with open access – Legislative framework that contextualizes OA policies and practices

Victoria Owen

An examination of aspects of national information policy and copyright legislation that support OA initiatives. The role academic library will be explored in the context of copyright and open access.

MESA III – A CIÊNCIA ABERTA E A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

Open Science and open data

John Wilbanks

Resumo indisponível, pois não enviado.

Science as an open enterprise: Open data for an open science

Peter Elias

This presentation details the recommendations made by a Working Group established by the Royal Society¹, the UK's foremost independent scientific academy, dedicated to promoting excellence in science. The report of the Working Group, *Science as an open enterprise*, published in June 2012, calls for greater openness and transparency in the scientific process, particularly with regard to data management and data sharing. Professor Peter Elias CBE, a member of the Working Group, will elaborate on these recommendations, focussing specifically on their implications for international scientific efforts.

Notes

1) The Royal Society is a self-governing Fellowship of many of the world's most distinguished scientists, drawn from all areas of science, engineering and medicine. The Society's fundamental purpose, as it has been since its foundation in 1660, is to recognize, promote and support excellence in science and to encourage the development and use of science for the benefit of humanity.

Socionet CRIS approach to support open science activities

Sergey Parinov

The last 10 years we are developing a current research information system (CRIS) called Socionet.ru to support open science activities for russian language scientific community and, as well, for 450 research organizations of Russian Academy of Sciences. We recognize open science as a more efficient model of research activity for individuals and organizations based on three main pillars: (1) open access – advanced approaches to shape and share research outputs with world-wide research community; (2) open re-use – new tools for scientists to re-use available research outputs for producing new scientific knowledge; and (3) open research assessment – publicly available research performance statistics updated daily in automated mode by Socionet CRIS services for individual scientists and research organizations. The presentation will provide a picture of the main Socionet CRIS functionality and supported open science use cases.

RELATORIA DO EVENTO

Abertura e relatoria final: Rosaly Favero Krzyzanowski

ABERTURA

Às 19 horas do dia 06 de outubro de 2013, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Auditório István Jancsó, foi iniciada a sessão de Abertura da 4ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto, após apresentação do Coro de Câmara Comunicantus da ECAUSP. Com a palavra, a Profa. Dra. Sueli Mara Soares Pinto Ferreira, presidente da Comissão Organizadora da 4ª CONFOA e coordenadora do SIBiUSP, agradeceu a todos os presentes, convidando, para compor a mesa de abertura do evento, a Profa. Dra. Telma Maria Zani, pró-reitora de graduação, representando o magnífico reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Grandino Rodas; a Profa. Dra. Maria Carmen Romcy de Carvalho, coordenadora geral de Pesquisa e Produtos Consolidados do Ibict; o Prof. Dr. Rui Vieira de Castro, vice-reitor de Universidade do Minho, Portugal; e o Prof. Dr. João Nuno Ferreira, membro do Conselho Executivo da Fundação para a Computação Científica Nacional, de Portugal.

Dando continuidade à sessão, a professora Sueli relatou o histórico da CONFOA, destacando o acordo entre Brasil e Portugal para estudos e tomadas de decisões nesses países, com relação ao acesso aberto à informação científica, extrapolando para outros países. Expôs seu objetivo e a importância da visibilidade da produção científica de forma ampla e irrestrita, destacando políticas que vêm sendo criadas para o aumento do acesso aberto no país. Discorreu, ainda, sobre o programa a ser desenvolvido na 4ª CONFOA, com expectativas de maior discussão e difusão do conhecimento científico.

A professora Romcy destacou a relevante importância da integração do repositório científico de Portugal com o Portal Brasileiro de Acesso Aberto do Ibict e desejou, a todos os presentes, sucesso no evento.

O professor Rui relatou sua experiência na Universidade do Minho com relação às ações adotadas para o desenvolvimento de políticas e projetos voltados ao acesso aberto.

O professor João Nunes informou sobre as mudanças ocorridas na Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que se torna, também, financiadora de ciência em Portugal, com vários projetos em instituições de pesquisa no país, contando com cerca de 22.000 investigadores, além de pequenas indústrias. A Fundação está voltada a três eixos básicos: Conhecimento, Conectividade e Compartilhamento, e a preocupação especial é com a adoção de política direcionada para o acesso aberto em Portugal.

A professora Telma falou de sua preocupação em implantar o Portal da Produção do Ensino da Graduação da USP, pautada na necessidade de divulgar esses trabalhos ao público em geral.

Encerrada essa sessão, a professora Sueli apresentou o Portal Cruesp, relativo ao repositório da produção científica das três instituições: USP, Unesp e Unicamp. Ressaltou que sua interface possibilita a busca integrada às três universidades e a busca individual. O Portal contém, nesta data, cerca de 50.000 registros únicos, fazendo a identificação das agências de fomento Fapesp, CNPq e Capes, que apoiaram os trabalhos científicos. Mostrou, ainda, se os textos são completos, abertos ou embargados. Salientou a questão da normalização dos artigos, especialmente no caso da autoria. Informa que só estão trabalhando, por enquanto, com os últimos três anos e utilizando, como recurso, os dados obtidos das bases Web of Science e SciELO. Mas muito ainda tem de ser realizado para uma gestão compartilhada com vistas a um controle maior da produção científica das três universidades e sua divulgação.

Agradeceu, por fim, a todos os que contribuíram e apoiaram a implantação do Repositório Institucional Cruesp. A seguir, foi composta a mesa para o Lançamento do Repositório Institucional do Cruesp, com a presença da Profa. Dra. Glaucia Maria Pastore, pró-reitora

de Pesquisa da Unicamp e coordenadora dos Trabalhos da Comissão de Pesquisa do Cruesp; professora Maria José Mendes Gianini, pró-reitora de Pesquisa da Unesp; e Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da Fapesp.

A professora Maria José parabenizou as três universidades pelas ações em prol do Repositório de Produção Científica, do Cruesp. Ressaltou o esforço para seu lançamento em tempo recorde.

O professor Brito, em nome da Fapesp, parabenizou esse acontecimento e considerou compensador observar a resposta das três universidades ao desafio da Fapesp. Explicou que essa ação é fundamental para atender a um dos objetivos da Fundação. A prestação de contas da Fapesp aos contribuintes do estado de São Paulo torna-se obrigatória, no sentido de disponibilizar a informação sobre seus apoios financeiros. Assim, o repositório é um dos meios para atender à exigência dessa prestação. Destacou, a seguir, dois empreendimentos apoiados pela Fapesp, com vistas à visibilidade da informação científica: o SciELO e a Biblioteca Virtual da Fapesp. Parabenizou, ainda, todos os envolvidos com esse projeto.

A professora Glaucia cumprimentou todos e afirmou que o Repositório é uma grande conquista. Aprender a colocar à disposição da sociedade a produção científica das três universidades foi algo imenso advindo da dedicação, empenho e competência da equipe envolvida.

MESA I – POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO ABERTO

Moderador: Hélio Nogueira da Cruz – BRASIL - Vice-reitor da Universidade de São Paulo

Relatora: Célia Regina de Oliveira Rosa

Fapesp: Política de acesso aberto à ciência em São Paulo

Carlos Henrique de Brito Cruz – BRASIL - Diretor científico da Fapesp

Brito Cruz salientou a política de OA estimulada pela Fapesp, que detém 1% da receita do contribuinte para financiamento das solicitações de apoio e informou que 21.000 solicitações de apoio são realizadas por ano. Em 2012, cerca de 1 bilhão e 70 milhões foram aplicados em projetos acadêmicos.

Existe a parceria não só com instituições de ensino e pesquisa, mas também com empresas como a Peugeot Citroën, para apoio à pesquisa científica e tecnológica cooperativa entre pesquisadores em atividade no estado de São Paulo e a empresa, parceria essa em benefício da pesquisa pública no estado de São Paulo e desenvolvimento da ciência, dentre elas, o acesso aberto. Destacou cinco ações relacionadas ao acesso aberto: Coleção Scielo, a qual abriga as revistas publicadas no Brasil, BVS Fapesp, Política de Acesso Aberto, cujas pesquisas são publicadas em repositórios de acesso aberto, além da *Revista Pesquisa Fapesp* e da Agência Fapesp, ambas para divulgação da ciência ao público em geral.

Apresentou histórico do Portal Scielo iniciado em 1997 com apenas 10 revistas, proposta de Rogério Meneghini e Abel Parker para tornar a ciência produzida no Brasil visível mundialmente. Apresentou panorama do total de revistas nos idiomas: inglês (54%), português (62%) e em ambos os idiomas (16%). Ressaltou que, em 450.000.000 artigos vistos, o destaque no *ranking* Webometrics mostra a BVS Fapesp com 180 mil registros informacionais de projetos apoiados pela Fundação. Frisou o compromisso de divulgação

dessas informações como maneira de proporcionar satisfação ao contribuinte e como elemento da política de AO.

Developing a framework for open access policies in the United States

Heather Joseph – ESTADOS UNIDOS – SPARC

Heather Joseph destacou a eficácia da política de acesso aberto no EUA e informou sua missão de expansão da distribuição da pesquisa e que a mesma beneficia mais investimentos em seu país, gera novas ideias, acelera a descoberta científica, inovação, crescimento da economia e serviços. Ressaltou a necessidade de remoção de barreiras como financiamento legal e técnicas que bloqueiam nosso acesso à literatura, à disponibilidade *free* dos artigos na Internet pública. Relatou a importância da participação das pessoas nas petições para a Casa Branca e cita a NIH como modelo para possibilitar o acesso a mais de um milhão de usuários em nível internacional, utilizando revistas sobre acesso aberto publicadas no PUB Med Central.

Proposta de políticas de acesso aberto da FCT

João Nuno Ferreira – PORTUGAL - Membro do Conselho Diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Informou sobre princípios orientadores para o AO, como resultados de pesquisa financiados por fundos públicos, os quais devem ser disponibilizados o mais breve possível de forma aberta, gratuita e sem restrições. Comentou sobre a otimização da circulação, acesso e transferência. Discorreu sobre a realização de uma consulta pública sobre política de *open access* como: custos de publicação em revistas de AO; insuficiência dos períodos de embargo; apoio financeiro à publicação digital, liberdade de escolha do autor e preocupação com a importação de custos.

As falas demonstraram a preocupação com as políticas de acesso aberto no mundo, em prol do desenvolvimento da ciência e para o bem da sociedade científica, acadêmica e do público em geral.

MESA II – DIREITOS AUTORAIS E ACESSO ABERTO

Moderador: Rubens Beçak – Brasil - Ministério da Cultura

Relatores: Luzia Issuzu Toyoda e André Serradas

Direito autoral e acesso aberto

Marcos Alves de Souza – Brasil - Ministério da Cultura

O painelistas iniciou com a afirmação de o acesso aberto utilizar a Lei de Direitos Autorais e suas possibilidades. Aponta haver necessidade de viabilização de políticas de acesso aberto por meio de contratos e outros dispositivos legais. Financiadores podem demandar políticas de uso da informação científica, como, por exemplo, políticas de acesso aberto.

Destacou que a lei brasileira de direitos autorais é uma das mais restritivas do mundo no que se refere ao uso das obras por bibliotecas e instituições similares. O acesso aberto

segue a Lei do Direito Autoral, está dentro da legislação autoral, basta que aquele que financia a obra preveja uma política de acesso aberto para a obra.

Também disse que, de acordo com a lei autoral brasileira, as bibliotecas não podem emprestar livros, não podem fazer sequer uma cópia para preservação. Tal lei constrange o funcionamento das bibliotecas, mas a política de acesso aberto pode superar essas barreiras.

A Lei do Direito Autoral sempre protege a pessoa física que escreve a obra. Não há renegociação de ordem moral. O acesso aberto respeita o direito autoral.

Os direitos dos autores e as necessidades dos utilizadores de obras intelectuais

Cláudia Trabuço – Brasil - Universidade Nova de Lisboa

A painelistas apresentou as diferenças entre acesso aberto e acesso livre, em que o primeiro carrega as questões relativas aos direitos dos vários aspectos envolvidos com a obra. Salientou que os direitos do autor, quando exclusivos, podem ser questionados em função do interesse daqueles que investiram recursos públicos para obtenção de determinados conhecimentos. Aprofundou a questão das limitações dos direitos exclusivos do autor, por meio da análise das leis de vários países e a inclusão das bibliotecas nesse contexto. No âmbito acadêmico os pesquisadores/autores concedem, mas também recebem conhecimento pela circulação possibilitada pelos repositórios abertos. Considerou, por fim, que o conflito relativo à liberação de documentos de repositórios de acesso aberto nem sempre parte dos autores, mas sim dos editores comerciais.

A Convenção de Berna, de 1886, delimita que fica reservada à legislação dos países, à União e aos acordos particulares existentes ou a restabelecer entre elas a regulamentação da faculdade de utilização lícita, mas na medida justificada pelo fim. Exceção sobre ensino e investigação.

Prevê a utilização de todas as tecnologias e meios de disseminação de informação. Aplica-se a todas as obras protegidas. De acordo com a Convenção, não há barreiras relativas ao público ao qual serão dirigidas as comunicações educacionais em causa. Sobre a reprodução de cópias – reproduzir apenas uma cópia de uma obra, reproduzir até três cópias de uma obra não publicada para preservação e segurança, reproduzir até três cópias de uma obra publicada apenas para substituir uma cópia que se encontra danificada, deteriorada ou furtada.

O artigo 75º do *Código de direito de autor e direitos conexos*, de Portugal, quanto à reprodução de cópias, prevê atos específicos de reprodução entre outras entidades, podem ser praticados por bibliotecas públicas, museus, para servir às suas próprias necessidades, e colocados à disposição do público por meio de computadores localizados nas bibliotecas e museus que integram suas coleções para fins de estudo.

No Brasil, o *Projeto de revisão da lei de direito de autor*, de 2010, comenta que a reprodução é necessária à conservação, preservação de qualquer obra sem finalidade comercial, colocando à disposição do público obras intelectuais que integram as coleções ou acervos daquelas instituições para pesquisa. Há reprodução, distribuição e comunicação ao público de obras protegidas quando são utilizadas para fins educacionais e informativos.

Copyright's relationship with open access - Legislative framework that contextualizes OA policies and practices

Victoria Owen – Canadá - Chief Librarian, University of Toronto Scarborough

O direito autoral está relacionado ao acesso aberto. Cada país possui sua própria lei de direito autoral. Em relação à questão de direito público no Canadá, há um equilíbrio particular de interesse público. A lei inclui tudo o que está relacionado com o trabalho protegido. Direitos econômicos, morais e direitos dos usuários formam um conjunto de direitos no Canadá. Segundo a lei canadense, os direitos econômicos respondem, em grande parte, do trabalho – produzir, reproduzir, traduzir. As universidades canadenses contam com uma política de direito autoral.

A painelistas ressaltou as diferenças entre o *copyright* e o acesso aberto, com ênfase nos benefícios desse último. A legislação deve respeitar a lei, porém também atender a exceções que serão utilizadas individualmente, como uso pelas bibliotecas, biblioteca e arquivos. Ao finalizar, resalta a responsabilidade de bibliotecários e educadores quanto ao fomento do acesso aberto em suas instituições. Informou também que o acesso aberto é compatível com os direitos autorais, desde que se respeite as leis de cada país.

MESA III – A CIÊNCIA ABERTA E A GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

Moderador: Roberto Marcondes Cesar Junior – Brasil - Diretor do Núcleo de Pesquisa em e-Science

Relatora: Erinalva da Conceição Batista

Open science and open data

John Wilbanks – Estados Unidos – Advisory boards of the US. S. National Library of Medicine's PubMed Central

O painelistas apresentou as principais diferenças entre dados e conhecimento, dados fechados e abertos e exemplos de iniciativas em *open data*.

Os dados apresentam questões de privacidade, política, tecnologia e propriedade intelectual. Para se constituírem em dados abertos, deve-se eliminar a questão da propriedade intelectual.

Nos Estados Unidos foi realizado Mapeamento de Dados Genéticos em formato aberto, mas não disponibilizados para qualquer pessoa; para se ter acesso a eles, é preciso passar por um processo de avaliação.

Os dados abertos são essenciais para a inovação da ciência, permitem trabalhar de forma colaborativa; para isso devem conter acessibilidade, adaptabilidade, facilidade de domínio e incentivo.

O palestrante alertou para a questão da ciência e da cultura, pois a ciência deve estar mais perto da população por intermédio dos dados abertos. Os dados geram conhecimento se possuírem valor agregado.

Há uma tensão entre dados obtidos por meio de pesquisas e cientistas. Qualquer pesquisa se transforma em dados, porém é necessário um padrão para os dados serem considerados “científicos”.

Science as an open enterprise: Open data for an open science

Peter Elias – Reino Unido - Royal Society, United Kindom

O painelista iniciou a palestra apresentando a história da Royal Society of United Kindom, desde que cientistas, incluindo Isaac Newton, reuniram-se em 1660 para formar uma sociedade com o objetivo de promover a ciência, na época denominada filosofia natural. Em 1666 começa-se a imprimir os dados das experimentações científicas, validados por seus iguais e, assim, surgiu a primeira “revista científica” da história.

Peter Elias apresentou dados da revista *Nature*, na qual se mostra não ser possível extrair dados, pois não há metadados para descrevê-los e não estão estruturados para esse fim. Mostrou gráfico com aumento de dados produzidos na ciência, porém explicou que há muita perda de informação.

Há cerca de um ano e meio foi criado um grupo de estudos formado por cientistas os quais estão estudando dados científicos e, após um ano e meio, geraram um relatório dessa discussão.

O painelista explicou a diferença entre dados, informação e conhecimento. Dados precisam de metadados que servem para descrevê-los, que devem ser rastreados e utilizados rapidamente. A disponibilização de dados deve fazer parte do treinamento dos cientistas. Os dados abertos devem ser acessíveis, inteligíveis e utilizáveis por outras pessoas. A comunicação precisa ser eficaz, e isso envolve o público; há pessoas sem formação científica que gostam da ciência e querem tomar parte dessa comunidade.

Outra questão sobre os dados abertos são os interesses financeiros, especialmente os da indústria farmacêutica, além de questões de segurança, privacidade e confiabilidade. Os dados devem constituir um padrão, e não uma exceção.

O palestrante discorreu sobre os problemas de dados fraudulentos que vêm ocorrendo na divulgação científica. Todos os estudos de “disponibilização dos dados científicos” estão sendo levados à discussão nas esferas superiores governamentais, como os ministérios das ciências e os membros do Grupo G8.

Socionet CRIS approach to support open science activities

Sergey Parinov – Rússia - Central Economics and Mathematics Institute of Russian Academy of Sciences

O painelista apresentou as iniciativas de apoio à ciência aberta. Atualmente, há uma crise no sistema de publicações tradicionais. A Nano Publicação é uma alternativa ao conceito tradicional de publicação; nesse modelo, pequenas partes das pesquisas são rapidamente compartilhadas.

Na ciência aberta há uma “revisão por pares” pública. Sergey expôs um quadro comparativo entre publicação e sistema de ciência aberta. Nesta última há formas mais flexíveis de publicação e, também, maior cooperação, pois os autores e comunidade participam ativamente da discussão sobre dados de determinada pesquisa.

A ciência aberta apresenta novos mecanismos para reutilização dos dados e novas formas de métricas e extração de dados estatísticos.

Foram apresentadas algumas iniciativas de tecnologia para Ciência Aberta, tais como:

Plataforma CRIS – Sistema para identificar modelo que sirva à construção de publicação periódica.

CERIF – Modelo de dados de pesquisa.

SOCIONET RU – Sistema de publicação periódica para a comunidade russa.

Open Access by SOCIONET – Utiliza modelo da Nano Publicação.

ROAR – Russian Open Access – Repositório para depósito em acesso aberto.

Peter concluiu que os modelos de negócio das iniciativas em acesso aberto apresentam características como: compartilhamento, novas conexões, novas formas de extração de dados estatísticos e indicadores qualitativos e quantitativos.

COMUNICAÇÕES I – POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Coordenadora: Bianca Amaro – Brasil - Ibict

Relatora: Rosaly Favero Krzyzanowski

Diretrizes OpenAire para repositórios de dados, repositórios de literatura e sistemas CRIS

Pedro Príncipe, Eloy Rodrigues, José Carvalho e Ricardo Saraiva

Informou-se sobre as diretrizes OpenAire para repositórios de dados iniciados em 2011. Trata-se de uma rede de infraestrutura participativa sobre políticas de acesso aberto, que apoia a interoperabilidade de repositório de dados de publicações científicas, que estejam no espaço OpenAire. Requer-se que os pesquisadores depositem suas publicações em repositórios institucionais oriundos de projetos financiados por agências de fomento no país. É preciso destacar a necessidade relevante de infraestrutura humana para a gestão desse projeto. A rede agrega, hoje, 6 milhões de publicações de 387 repositórios e 53 revistas de acesso aberto.

Disponibilidade em acesso aberto da produção científica dos países da África lusófona

Martins Fernando Guambe, Gema Bueno de la Fuente

A comunicação foi realizada por meio de gravação e apresentação de *slides* pela impossibilidade da presença dos autores. Demonstrou-se que a iniciativa de acesso aberto é ainda incipiente nos países da África lusófona. É importante observar que apenas alguns países dessa região adotam políticas de acesso aberto, embora desiguais.

As revistas são poucas, irregulares, com baixa presença nos indexadores internacionais, prejudicando o desenvolvimento e a visibilidade da pesquisa daquele continente. Os

pesquisadores africanos têm publicado os resultados de suas pesquisas em revistas internacionais, conforme se verifica na base Scopus. Conclui-se que há necessidade de promover-se a construção de repositórios científicos de acesso aberto e incentivar o autoarquivo por pesquisadores.

Os critérios para cadastramento no OpenDoar e os repositórios institucionais luso-brasileiros

Maria Fernanda Mascarenhas Melis

Maria Fernanda apresentou os critérios para registro de repositórios no OpenDoar e a presença do Brasil e de Portugal nesse diretório. Afirmou que muitos repositórios não estão registrados, mas também que há necessidade de atualização das informações ali presentes. Além disso, as bases de dados referenciais e portais de revistas não são aceitos em função do controle de qualidade do diretório.

COMUNICAÇÕES II – PERCEPÇÃO DO ACESSO ABERTO

Coordenador: João Mendes Moreira

Relatora: Adriana Flamino

Publicações em acesso aberto na área de Ciências Agrárias: O que pensam os pesquisadores?

Jean Carlos Ferreira dos Santos, Marko Synésio Alves Monteiro

O primeiro comunicador, Jean Carlos Ferreira dos Santos, mostrou os dados qualitativos de sua pesquisa sobre a percepção de pesquisadores da área de Ciências Agrárias acerca dos meios de publicação em acesso aberto, Movimento *Open Access* e os elementos frequentemente levados em consideração pelo pesquisador no momento de publicar os resultados de suas pesquisas. Foram identificados aspectos variados acerca do contexto acadêmico em que os pesquisadores estão inseridos, manifestações de apoio, mas também de críticas ao acesso aberto. Há ideia de os periódicos em acesso aberto possuírem um sistema de revisão, por pares, frágil em relação às revistas comerciais, e o autor considerou haver muita pressão das agências de fomento e das instituições para que os pesquisadores publiquem cada vez mais nos periódicos bem avaliados.

Em relação às escolhas dos pesquisadores na área de Agrárias, no momento de publicar, não se leva em consideração se a revista é de acesso aberto, mas sim se a revista é de alto impacto, internacional, se acolhe melhor o artigo científico e que este esteja de acordo com o escopo da revista, com maior potencial de leitura e citação pela comunidade científica. Outro fator muito importante e que exerce bastante influência nas escolhas dos pesquisadores é o Qualis do periódico.

Os pesquisadores dessa área também estão procurando a internacionalização, até por uma necessidade, porque isso é exigido deles, estão publicando mais em inglês.

De maneira geral, os pesquisadores apoiam o acesso aberto e reconhecem a relação entre acesso gratuito e resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, embora alguns deles tenham afirmado não conhecerem as propostas relacionadas ao Movimento *Open Access*.

Identificou-se com essa pesquisa que há necessidade de maior reflexão acerca do papel das agências de fomento no apoio ao acesso aberto, conscientização dos pesquisadores sobre as publicações em acesso aberto, buscando, dessa forma, enfraquecer determinados “mitos” sobre esse tipo de publicação e também o fortalecimento dos periódicos nacionais.

A perspectiva dos bibliotecários quanto à implantação de ferramentas de acesso aberto na Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Ligia Patrícia Torino, Emanuelle Torino, Felipe Matheus Melzer

A segunda comunicadora, Emanuele Torino, relatou a experiência dos membros do Comitê Gestor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná na implantação e desenvolvimento dos repositórios da UTFPR.

Mostrou o contexto da universidade desde 1909 a 2012, as mudanças e crescimentos ocorridos nesse período. Em 2012 a universidade alcançou 5.031 itens de produção científica, uma grande quantidade, considerando o tamanho e alcance da Universidade.

A primeira ação antes da implantação dos repositórios foi definir a política de informação da Universidade. E uma das políticas firmadas foi que o pesquisador deve publicar em periódicos de acesso aberto.

Outras ações foram definidas como as definições das instruções normativas conjuntas (graduação e pós-graduação) e política de submissão.

Vários repositórios foram implantados: RIUT – Repositório Institucional; ROCA – Repositório de Outras Coleções Abertas (TCCs de Graduação e TCCs de Especialização); PERI – Portal de Periódicos Institucionais; e EVIN – Portal de Eventos Institucionais. Além disso, foi desenvolvida uma ferramenta para facilitar a busca nas diferentes ferramentas.

Os repositórios utilizam o *Código de catalogação anglo-americano* (AACR2) e *Vocabulários controlados* da Biblioteca Nacional (BN) e Library of Congress (LC). Possuem administradores dos sistemas, submetedores e validadores de metadados. E estão bem posicionados no *ranking* Web.

Identificou-se, com essa pesquisa, que não há dúvidas quanto à utilização do *software* DSpace e o uso de políticas que regem as atividades.

Há necessidade de mudança cultural na instituição, sensibilizar a gestão para o acesso aberto, sensibilizar a comunidade para o autoarquivamento, cumprimento das normas definidas, ambiente virtualizado para testes, mais pessoal e *hardware* e, também, há a necessidade de adotar-se um processo de registro de memória das atividades realizadas.

Mapeamento e análise das mudanças associadas ao acesso aberto à literatura científica com bibliotecários e profissionais de informação de universidades públicas federais e estaduais do Brasil

Rafael Antonio Di Foggi, Ariadne Chloe Mary Furnival

A terceira comunicadora, Ariadne Chloe Mary Furnival, relatou a experiência com sua pesquisa de mapeamento e análise da percepção dos bibliotecários quanto ao acesso aberto. De 1.038 questionários enviados, 375 foram respondidos, um total de 34,6 %.

Ficou muito grata com a colaboração do SIBiUSP ao enviar os formulários para os bibliotecários do sistema. Obteve respostas de 48 IES (Instituições de Ensino Superior).

O acesso aberto apresenta uma série de novas oportunidades e também desafios. Há uma maior visibilidade de serviços e produtos relacionados a repositórios institucionais.

"As bibliotecas têm sido cautelosas em abraçar o acesso aberto, mas o OA existe com ou sem as bibliotecas." (Charles Bailey)

As Bibliotecas Universitárias (BUS) são os órgãos mais competentes e adequados dentro da Universidade para trabalharem com os repositórios institucionais; deveriam conscientizar seus usuários sobre o OA e direitos autorais; deveriam exercer papel de incentivadoras de políticas de promoção do OA em suas unidades; deveriam criar cargos para profissionais de OA e trabalharem com projetos dessa área.

No entanto, identificou-se com essa pesquisa que os profissionais bibliotecários estão se aprofundando no assunto, mas este ainda está muito incipiente na comunidade. Há necessidade de mais eventos, cursos, palestras e sensibilização sobre o tema. Seria muito importante que conteúdos sobre acesso aberto fossem incorporados nos currículos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES).

COMUNICAÇÕES III – TECNOLOGIAS APLICADAS A REPOSITÓRIOS CIENTÍFICOS

Coordenador: Eloy Rodrigues – Portugal - UMinho

Relator: André Serradas

UPBox e DataNotes: Ferramentas colaborativas para dados de investigação em domínios diversos

Cristina Ribeiro

A comunicação foi realizada por meio de gravação e apresentação de *slides* pela impossibilidade do comparecimento da autora. Inicialmente, foi destacado que a possibilidade dos dados de pesquisa serem depositados em repositórios cai após a publicação. Nesse contexto, propõe-se o uso de duas ferramentas colaborativas e um *workflow* para a gestão dos dados durante o processo de pesquisa.

Além do trabalho dos pesquisadores, apresentou o curador como um dos responsáveis pela gestão dos metadados e depósito em repositórios de dados. Concluiu apontando que os dados preparados com as ferramentas ficam descritos e disponíveis para depósito. Indicou como desafio a escolha de modelos de metadados para anotação.

A importância das palavras-chave dos artigos científicos depositados no repositório Estudo Geral: Estudo comparativo com os termos atribuídos na MedLine

Ana Miguéis, Ana Luísa Silva, Bruno Neves, Álvaro Trindade, José Augusto Bernardes

Apresentou-se a análise das palavras-chave em língua inglesa, de artigos publicados na área médica, indexados na MedLine e depositados em repositório. A comparação da versão do editor com aquela do indexador permite informar sobre a importância das palavras-chave para representação da informação.

Ao final, recomendou-se o autodepósito com preenchimento completo dos formulários nos repositórios institucionais para garantia da obtenção de todos os metadados necessários.

CrossRef, DOI (Digital Object Identifier) e serviços: Estudo comparativo luso-brasileiro

Edilson Damasio

O comunicador percorreu sobre a instituição CrossRef e seus serviços para a comunidade acadêmica, com destaque para o sistema DOI e suas funcionalidades. O autor detalhou as informações sobre a quantidade de afiliações por instituições do Brasil e de Portugal, respectivas publicações e também o número de nomes DOI atribuído em cada país.

Ressaltou que os serviços da CrossRef são importantes para publicação em acesso aberto e preservação dos metadados. Ao finalizar, destacou que Brasil e Portugal somam 5% dos afiliados com representação significativa junto da CrossRef.

COMUNICAÇÕES IV - REVISTAS E EDITORAS DE ACESSO ABERTO

Coordenador: José Carvalho – PORTUGAL - SDUM - UMinho

Relator: Anderson de Santana

Revistas em acesso livre da Universidade de Aveiro: Criar valor para a comunidade

Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco, Diana Silva

Explanou-se sobre a experiência da Universidade de Aveiro com a publicação eletrônica de revistas. O mote da publicação foi abandonar versão impressa e trabalhar com uma versão eletrônica *online*, que saísse do modelo estático de acesso ao conteúdo, além de aumentar a visibilidade das revistas e criar um fluxo o qual, independente da mudança de gestores, pudesse ser continuado. Surgiu em 2009, utilizando o *software* OJS. Salientou-se o papel da biblioteca como mediadora, apoiadora do processo editorial, digitalização e integração dos conteúdos. O serviço é oferecido em pacotes, que se diferem por conta da participação das bibliotecas. Sem auxílio, dificilmente os editores seguem pelo caminho do acesso aberto.

A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais

Flávia Rosa, Milton Shintaku, Rodrigo França Meirelles, Susane Barros, Caio Schwarcz Hoffmann

Foi exposto o papel das editoras universitárias como difusoras da produção científica e sua relação com os repositórios institucionais, que assumem o papel de fornecer mais visibilidade e acesso, além de constituírem o sistema depositário desses conteúdos. Foram analisadas trinta e uma editoras filiadas à ABEU, e essas foram questionadas sobre seu envolvimento com a política de acesso da instituição e qual a visão das mesmas sobre o acesso aberto. Onze responderam (dez públicas e uma privada), e três não disponibilizam de forma alguma seu conteúdo.

A única instituição que disponibiliza seus conteúdos é a EDUFBA. A editora conta com incentivo do Edital ELIVRO, além de outros que surgem, e seus conteúdos são disponibilizados após seis meses em seu repositório institucional. Isso é condição para o autor publicar na editora. Foram citadas ainda outras editoras que estão seguindo o mesmo caminho. Pôde-se concluir serem poucos os RIs com livros disponíveis em acesso aberto e que essa é uma área com uma grande demanda; ademais, o foco das editoras não é o lucro, mas a democratização da informação.

Uso de periódicos eletrônicos nas instituições do ensino superior e de pesquisa em Moçambique

Ranito Zambo Waete, Maria Aparecida Moura, Manuel Valente Mangué

O estudo tinha como intuito identificar qual a percepção sobre o acesso e uso dos periódicos eletrônicos por professores de IES de Moçambique. Foram analisados os portais de periódicos Hinari, Inasp, Agora e Capes e o nível de conhecimento e grau de satisfação de usuários-alvo. Os autores entrevistaram também bibliotecários das principais IES de Moçambique. Foram selecionados 20 IES que utilizam os portais, sendo cinco centros de pesquisa e cinco universidades.

Destacaram-se, dentre os resultados, as dificuldades socioculturais, econômicas e tecnológicas (velocidade de redes); além disso, as TICS são bastante afetadas por toda a comunidade moçambicana, devido aos altos custos de acesso e manutenção e baixa qualidade dos serviços. Vinte e oito por cento dos usuários entrevistados não utilizam os periódicos e constata-se que isso se deve ao total desconhecimento sobre o assunto.

Quanto ao uso dos portais de periódicos eletrônicos, mesmo sendo baixo (1/4 dos usuários não conhecem os portais), esse número é preocupante, pois os investimentos são altos e o orçamento baixo. Além disso, a quantidade de periódicos impressos utilizados ainda é alta, e também é um fator preocupante. Pôde-se concluir que os problemas enfrentados no acesso e conhecimento das ferramentas por Moçambique são similares aos brasileiros.

COMUNICAÇÕES V – REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Coordenadora: Sueli Mara Ferreira – Brasil - SIBiUSP

Reladoras: Elisabeth Adriana Dudziak e Margareth Artur

Panorama atual dos repositórios institucionais das instituições de ensino superior no Brasil

Tiago Rodrigo Marçal Murakami, Sibele Fausto

Os autores apresentaram o cenário de evolução da comunicação científica e a utilização dos repositórios institucionais como uma alternativa digital à disseminação científica. A natureza de tais repositórios pode ser temática ou institucional, e disseminaram-se a partir do uso de *softwares* livres. O objetivo do estudo foi o de realizar um levantamento dos Repositórios Institucionais (RIs) de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, com o intuito de analisar quantitativa e qualitativamente o panorama nacional atual.

Foram identificados 41 repositórios institucionais de IES no Brasil. Em relação ao *software* adotado, o DSpace é o *software* predominante. Em relação à natureza da instituição, a maior parte pertence a instituições federais de ensino. Em termos geográficos, há predomínio de RIs na região Sudeste. O padrão Dublin Core é o mais utilizado. A

variedade de dados levantados permitiu a organização de um *Catálogo de repositórios institucionais de Instituições de Ensino Superior no Brasil* e um *Mapa navegável dos repositórios institucionais de Instituições de Ensino Superior no Brasil*.

Integração de informação e interoperabilidade: O repositório institucional como suporte à gestão da investigação na Universidade de Aveiro

Diana Silva, Ana Bela Martins, Ana Bella Nolasco

Mediante o vídeo apresentado, explicou-se que a implementação de repositórios de acesso aberto nas instituições de ensino superior cria valor para as universidades. Particularmente, o Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA) é um sistema de informação em regime de autoarquivo que armazena, preserva e disponibiliza acesso aberto, via *web*, à produção científica da Universidade de Aveiro desde 2011. Pontuou-se que são vários os desafios em relação à interoperabilidade entre sistemas. Alguns dos aspectos críticos são: o desenvolvimento de mecanismos de identificação individual de registos e documentos digitais por meio de identificadores persistentes como o *handle* e DOI; a identificação de autores no âmbito institucional e fora da instituição; a informação descritiva (metadados) com um alto nível de granularidade.

Análise das políticas de autoarquivamento nos repositórios brasileiros e portugueses

Tainá Batista

A comunicadora iniciou sua palestra discorrendo sobre o Movimento do Acesso Aberto e a importância do autoarquivamento.

O objetivo do trabalho foi apresentar a existência das políticas de autoarquivamento e identificar o material de apoio a essas políticas, por intermédio do OpenDoar.

A autora atentou para a necessidade de política que determine o depósito no repositório institucional e também destacou o baixo número de repositórios dotados de autoarquivamento.

Por fim, ressaltou não haver conceito bem definido sobre repositório institucional pelo Movimento de Acesso Aberto.

Contribuição do evento para difusão e transferência do conhecimento

Dada a atual relevância do tema, que permeia a ciência com um todo, com repercussão em vários setores da sociedade, a 4ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto configurou-se um evento de extrema relevância que, em longo prazo, visa à criação de massa crítica e a geração de políticas públicas sobre o acesso aberto, instrumentando também a tomada de decisões institucionais em relação à promoção do acesso à informação e ao conhecimento gerado pelas pesquisas científicas e acadêmicas no Brasil e em Portugal, extrapolando seus resultados, inclusive, para outros países.

O acesso aberto representa uma ruptura no antigo paradigma de restrição e falta de visibilidade da produção científica. Preconiza que, tanto a comunidade científica como os

governos devem fazer esforços para que o conhecimento científico, veiculado, principalmente, em artigos de periódicos, seja disseminado de forma ampla e gratuita.

A 4ª Conferência Luso-Brasileira sobre Acesso Aberto intencionou contribuir para a promoção do compartilhamento, da discussão, da geração e da divulgação de conhecimentos, práticas e pesquisas sobre o acesso aberto em todas as suas dimensões e perspectivas, servindo de catalisador à disseminação de políticas, pesquisa e desenvolvimento na área.

Observação: Como testemunho de grande difusão de conhecimento proporcionado pela 4ª CONFOA, o evento, transmitido pelo IPTVUSP, teve quase 800 acessos por dia.

Número de participantes

Evento: 266 – Oficinas: 274

ÍNDICE ONOMÁSTICO

<i>Adriana Carla Silva de Oliveira</i>	62, 98
<i>Álvaro Trindade</i>	21
<i>Ana Bela Martins</i>	39, 49, 99
<i>Ana Bella Nolasco</i>	39, 49, 99
<i>Ana Luísa Silva</i>	21
<i>Ana Miguéis</i>	21
<i>André Freitas de Lucena</i>	68
<i>André Nito Assada</i>	63
<i>Andrea Valadão</i>	103
<i>Anne-Solweig Gremillet</i>	58
<i>António Moitinho Rodrigues</i>	65
<i>Ariadne Chloe Mary Furnival</i>	41, 81, 105
<i>Bruno Marçal</i>	84
<i>Bruno Neves</i>	21
<i>Caio Schwarcz Hoffmann</i>	27
<i>Carina Cunha</i>	84
<i>Carlos Henrique de Brito Cruz</i>	108
<i>Caterina Groposo Pavão</i>	93
<i>Célia da Consolação Dias</i>	80
<i>Celia Regina de Oliveira Rosa</i>	63
<i>Cícera Henrique da Silva</i>	96
<i>Clara Parente Boavida</i>	70
<i>Claudia Trabuco</i>	109
<i>Clayton Martins Pereira</i>	77
<i>Cristina Ribeiro</i>	51
<i>Dayse Carias Bersot</i>	96
<i>Diana Silva</i>	39, 49, 99
<i>Diego José Macedo</i>	66
<i>Douglas Anselmo de Oliveira</i>	57
<i>Edilson Damasio</i>	29
<i>Eloy Rodrigues</i>	31, 61, 70, 101
<i>Emanuelle Torino</i>	25
<i>Erinalva da Conceição Batista</i>	63
<i>Fabiana da Silva França</i>	98
<i>Fátima Santos</i>	83
<i>Felipe Matheus Melzer</i>	25
<i>Fernando César Lima Leite</i>	86
<i>Flávia Maria Bastos</i>	94
<i>Flávia Rosa</i>	27
<i>Francisca Arruda Ramalho</i>	98
<i>Gabriel Franklin Mathias</i>	66

<i>Gema Bueno de la Fuente</i>	33, 36
<i>Gerald Jean Francis Banon</i>	77
<i>Gleibson José da Silva</i>	57
<i>Guilherme Ataíde Dias</i>	56, 62, 98
<i>Hagllaupy de Barros Ribeiro</i>	57
<i>Hálda Cristina Rocha Fernandes</i>	69
<i>Heather Joseph</i>	108
<i>Ílina Cordeiro de Macedo Pontes</i>	56
<i>Jan Leduc de Lara</i>	63
<i>Janise Silva Borges da Costa</i>	93
<i>Jean Carlos Ferreira dos Santos</i>	47
<i>João Moreira</i>	101
<i>João Nuno Ferreira</i>	108
<i>John Wilbanks</i>	109
<i>José Augusto Bernardes</i>	21
<i>José Carvalho</i>	31, 79, 101
<i>José Eduardo Santarem Segundo</i>	54
<i>Juliana Rabelo do Carmo</i>	57
<i>Laucivaldo Cardoso de Oliveira</i>	63
<i>Ligia Patrícia Torino</i>	25
<i>Luana Farias Sales</i>	89
<i>Lúcia Maria Sebastiana Verônica Costa Ramos</i>	85, 88
<i>Luís Fernando Sayão</i>	89
<i>Luísa Chaves Café</i>	91
<i>Luiz Vicentini</i>	94
<i>Manuel Valente Manguê</i>	52
<i>Manuela Klanovicz Ferreira</i>	93
<i>Marciana Leite Ribeiro</i>	77
<i>Marcos Alves de Souza</i>	109
<i>Marcos Roberto Pereira Silva</i>	54
<i>Maria Aparecida Moura</i>	52
<i>Maria Cláudia Pestana</i>	88
<i>Maria do Carmo Avamilano Alvarez</i>	69
<i>Maria Eduarda Pereira Rodrigues</i>	65
<i>Maria Fernanda Mascarenhas Melis</i>	43
<i>Maria Imaculada da Conceição</i>	69
<i>Maria João Amante</i>	84
<i>Marko Synésio Alves Monteiro</i>	47
<i>Martins Fernando Guambe</i>	33, 36
<i>Michelli Costa</i>	86
<i>Milton Shintaku</i>	27, 66, 68, 72, 103
<i>Nelson Sebastian Silva Jerez</i>	81, 105
<i>Pedro Carlos Oprime</i>	105
<i>Pedro Príncipe</i>	31, 61, 79
<i>Pellen Marie</i>	58

<i>Peter Elias</i>	109
<i>Rafael Antonio Di Foggi</i>	41
<i>Raíssa Mendes</i>	75
<i>Ranito Zambo Waete</i>	52
<i>Ricardo Saraiva</i>	31, 79
<i>Roberto Novaes</i>	66
<i>Rodrigo França Meirelles</i>	27
<i>Roger De Miranda Guedes</i>	95
<i>Ronnie Brito</i>	103
<i>Rosaly Favero Krzyzanowski</i>	111
<i>Rosilene Paiva Marinho de Sousa</i>	56, 62
<i>Rubenildo Oliveira da Costa</i>	85
<i>Sergey Parinov</i>	110
<i>Sibele Silva de Fausto</i>	45, 63
<i>Silvana Vidotti</i>	94
<i>Sthefanie Cordeiro de Araújo Formiga</i>	56
<i>Sueli Mara Soares Pinto Ferreira</i>	63, 94
<i>Susane Barros</i>	27
<i>Taina Batista</i>	23
<i>Teresa Maria Segurado</i>	84
<i>Tiago Rodrigo Marçal Murakami</i>	45, 63
<i>Vasso Kalaitzi</i>	70
<i>Victoria Owen</i>	109
<i>Victoria Tsoukala</i>	70
<i>Washington Ribeiro Segundo</i>	72
<i>Zaida Horowitz</i>	93

Realização

Universidade de São Paulo
Sistema Integrado de Bibliotecas
Complexo Brasileira USP
Rua da Biblioteca, s/n – Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo - SP
Tels.: 3091-1546/3091-4195
e-mail: atendimento@sibi.usp.br

SIBiUSP 2013

Realização:



Organização:



Patrocínio:



Apoio:

